



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XL — Nº 047

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 11 DE MAIO DE 1985

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 66ª SESSÃO, EM 10 DE MAIO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

Nº 103/85 (nº 253/85, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

1.2.2 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafos do seguinte projeto:

— Projeto de Lei da Câmara nº 11/85 (nº 4.024/84, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas e dá outras providências.

1.2.3 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 102, de 1985, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a ampliar as oportunidades de trabalho dos estímulos.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR NELSON CARNEIRO — Ajuste das referências salariais do serviço público federal de nível médio ao salário mínimo.

SENADOR ROBERTO SATURNINO — Justificando projeto de lei que encaminha à Mesa, que dispõe sobre a forma de escolha de dirigentes de universidades mantidas pela União.

SENADOR JORGE KALUME — Decisão do Congresso Nacional na sessão do dia 8 do corrente,

extinguindo a fidelidade partidária; instituindo o voto do analfabeto e representação política para o Distrito Federal; eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente da República e para os prefeitos das capitais e estâncias hidrominerais e área de segurança nacional; e permitindo as coligações partidárias. Correção do Presidente José Fragelli na condução daquela sessão.

SENADOR VIRGÍLIO TAVORA — Convocando as lideranças partidárias com assento no Senado, para discutirem as diretrizes básicas da atual administração no setor financeiro-econômico, expostas pelo Ministro da Fazenda na Câmara dos Deputados, na última quarta-feira.

1.2.5 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1985, de autoria do Sr. Senador Roberto Saturnino, que dispõe sobre a forma de escolha dos dirigentes das universidades mantidas pela União, e dá outras providências.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 57/85, requerendo urgência para o Ofício S/2, de 1985, do Governador do Estado do Rio Grande do Norte, solicitando autorização do Senado Federal para realizar operação de crédito externo no valor de cinquenta milhões de dólares. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 58/85, solicitando urgência para o Ofício S/8, de 1985, através do qual o Prefeito municipal de Anápolis (GO), solicita autorização do Senado para que aquela prefeitura possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil dólares). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 26/79, que acrescenta parágrafos ao art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 2/80, que dispõe sobre a escolha e a nomeação dos dirigentes das Fundações de Ensino Superior. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 340/80, que acrescenta parágrafo único ao art. 373 da Consolidação das Leis do Trabalho, facultando à empregada com prole o direito à jornada de trabalho reduzida, com remuneração proporcional. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 18/80, que dispõe sobre aposentadoria especial do músico. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 320/80, que revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NIVALDO MACHADO — Audiência concedida pelo Ministro Marco Maciel aos dirigentes da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, na qual foi tratada a liberação de parte dos recursos para normalização do pagamento e funcionamento das universidades federais autárquicas.

SENADOR MÁRIO MAIA — Reiterando apelo ao Sr. Ministro da Fazenda no sentido da liberação de recursos para custeio e comercialização da borracha natural produzida na Amazônia.

SENADOR AMÉRICO DE SOUZA — 58º aniversário da VARIG.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Justificando projeto de lei que encaminha à Mesa, instituindo a "Semana Nacional da Democracia".

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

SENADOR MILTON CABRAL — Preservação dos atuais mecanismos do FINOR.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Justificando projeto de lei que encaminha à Mesa, criando o Serviço Nacional de Alistamento Eleitoral e dá outras providências.

SENADOR CARLOS ALBERTO — Concessão do 13º salário para o funcionalismo público.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Autonomia municipal.

SENADOR RAIMUNDO PARENTE — Descumprimento, por parte da empresa Transportes Aéreos da Bacia Amazônica — TABA, de obrigações decorrentes da concessão para exploração de linha aérea de terceiro nível na Região Amazônica.

SENADOR MARTINS FILHO — Cartã do Sr. François Silvestre de Alencar, de apoio à posição de S. Exª em relação a pedido de empréstimo externo pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Telegrama do prefeito de Antônio Martins — RN ao Governador José Agripino Maia a respeito de violência praticada naquele município.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Humberto Lucena, pronunciado na sessão de 8-5-85.

3 — ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 74 a 76, de 1985

**4 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CEN-
GRAF**

Ata de reunião, realizada em 25-2-85.

**5 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
CONGRESSISTAS**

Ata de reunião do Conselho Deliberativo, realizada em 25-4-85.

6 — ATAS DE COMISSÃO

7 — MESA DIRETORA

8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDO

**9 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-
MANENTES**

Ata da 66ª Sessão, em 10 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Fragelli,

Passos Pôrto, Mário Maia

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. ACHAM-SE PRE-
SENTES OS SRS. SENADORES:**

Jorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Queiros — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Cesar Cals — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo o número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário irá proceder à Leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projeto de Lei sancionado:

Nº 103/85 (nº 253/85, na origem) de 8 de maio do corrente ano, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 226, de 1983 (nº 5.693/81, na Casa de origem), que declara de utilidade pública o Grupo Espírita Cristão "André Luiz de Interlagos", sediado na cidade de São Paulo — SP. (Projeto que se transformou na Lei nº 7.311, de 8 de maio de 1985).

OFÍCIO

*DC SR. 1º-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DE-
PUTADOS ENCAMINHANDO À REVISÃO DO SE-
NADO; AUTOGRAFOS DO SEGUINTE PROJETO:*

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 11, DE 1985

(nº 4.024/84, na Casa de origem)

Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas, os cargos constantes do Anexo a esta lei.

Parágrafo único. O preenchimento dos cargos de provimento efetivo previstos neste artigo far-se-á de acordo com as normas legais e regulamentares estabelecidas para os demais Tribunais Eleitorais, observadas as disposições do § 2º do art. 108 da Constituição Federal.

Art. 2º As despesas decorrentes do disposto nesta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias pró-

prias do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas ou de outras para esse fim destinadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

(ANEXO À LEI Nº de de de 198)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE ALAGOAS

Cargos criados (Art. 19)

GRUPO-SERVIÇOS AUXILIARES - Cód. TRE-SA-800					
Cargos	Categoria Funcional	e	Classe	Código	Referência
1	Agente Administrativo		E	TRE-SA-801	NM-30 a 32
2	Agente Administrativo		C	TRE-SA-801	NM-25 a 29
3	Agente Administrativo		B	TRE-SA-801	NM-21 a 24
4	Agente Administrativo		A	TRE-SA-801	NM-17 a 20
10					
2	Datilógrafo		E	TRE-SA-802	NM-21 a 23
5	Datilógrafo		B	TRE-SA-802	NM-17 a 20
8	Datilógrafo		A	TRE-SA-802	NM- 9 a 16
15					
GRUPO-OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - Código TRE-NS-900					
Cargos	Categoria Funcional	e	Classe	Código	Referência
1	Auditor		A	TRE-NS-934	NS- 5 a 11
1					
1	Contador		A	TRE-NS-924	NS- 5 a 11
1					
GRUPO-OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MEDIO - Código TRE-NM-1000					
Cargos	Categoria Funcional	e	Classe	Código	Referência
1	Técnico de Contabilidade		B	TRE-NM-1042	NM-24 a 29
1	Técnico de Contabilidade		A	TRE-NM-1042	NM-17 a 23
2					
1	Telefonista		A	TRE-NM-1044	NM- 4 a 11
1					
GRUPO-SERVIÇOS DE TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA - Código TRE-TP-1200					
Cargos	Categoria Funcional	e	Classe	Código	Referência
1	Motorista Oficial		B	TRE-TP-1201	NM-17 a 23
1	Motorista Oficial		A	TRE-TP-1201	NM- 7 a 16
2					
2	Agente de Portaria		B	TRE-TP-1202	NM- 7 a 16
3	Agente de Portaria		A	TRE-TP-1202	NM- 1 a 6
5					

LEGISLAÇÃO PERTINENTE

LEI Nº 4.049,
DE 23 DE FEVEREIRO DE 1982

Torna extensivas aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais disposições das Leis nºs 3.780 e 3.826, de 1960, e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os padrões ou níveis de vencimento e os símbolos dos cargos em comissão e das funções gratifica-

das dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas — Pará — Piauí — Rio Grande do Norte — Paraíba — Alagoas — Espírito Santo — Mato Grosso — Ceará — Pernambuco — Bahia — Rio de Janeiro — Guanabara — Santa Catarina — Rio Grande do Sul — Minas Gerais — São Paulo — Maranhão — Paraná — Goiás e Sergipe, ficam reajustados nos valores seguintes:

PJ-	70.000,00
PJ-0	65.000,00
PJ-1	63.000,00
PJ-2	58.000,00
PJ-3	54.000,00

PJ-4	50.000,00
PJ-5	47.000,00
PJ-6	44.000,00
PJ-7	41.000,00
PJ-8	36.000,00
PJ-9	33.000,00
PJ-10	30.000,00
PJ-11	27.000,00
PJ-12	25.000,00
PJ-13	23.000,00
PJ-14	21.000,00
PJ-15	19.000,00

Art. 2º Os valores do vencimento mais a gratificação mensal das funções gratificadas dos Quadros de Pessoal a que se refere o artigo anterior são:

1-F	46.000,00
2-F	44.000,00
3-F	42.000,00
4-F	40.000,00
5-F	38.000,00

TABELA VI

Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

SECRETARIA

Quadro do Pessoal

Número de cargos	Cargos	Nível ou Símbolo
------------------	--------	------------------

Cargos em Comissão

1 Diretor de Secretaria PJ- 1

Cargos isolados de provimento efetivo

2 Chefe de Zona Eleitoral (*) PJ- 4

1 Porteiro PJ- 8

2 Contínuo PJ-12

5 Servente (*) PJ-12

Cargos de Carreira

1 Oficial Judiciário PJ- 8

2 Oficial Judiciário PJ- 8

4 Oficial Judiciário PJ- 7

5 Auxiliar Judiciário PJ- 8

6 Auxiliar Judiciário (*) PJ- 9

Funções Gratificadas

1 Secretário do Presidente 2-F

1 Secretário do Procurador Regional 3-F

1 Secretário do Corregedor 3-F

(As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 102, DE 1985

Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a ampliar as oportunidades de trabalho dos estivadores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea "a", do inciso III, do art. 285 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

"a) O serviço enumerado nos incisos I e II será contratado com o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A atual redação da alínea "a", do inciso III, do art. 285, CLT, constitui uma falha e um prejuízo específico para a classe dos arrumadores, eis que pelo que aí está dito, eles somente são contratados para a movimentação de mercadorias quando não houver pessoal próprio. Em outras palavras, só há serviço para os estivadores, quando sobrar.

Tal é, portanto, o lado injusto do dispositivo que o presente projeto objetiva corrigir, tudo em atendimento a reivindicações do Sindicato dos arrumadores de Florianópolis, no Piauí.

Sala das Sessões, 10 de maio de 1985. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Art. 285. A mão-de-obra do serviço de capatazias nos portos organizados será remunerada por unidade (tonelagem, ou cubagem ou quantidades de volumes), na conformidade do disposto nesta Seção.

Parágrafo único. Considera-se serviço de capatazias nos portos o realizado com a movimentação de mercadorias por pessoal da administração do porto, compreendendo:

- I — com relação à importação:
 - a) a descarga para o cais, das mercadorias tomadas nos convés das embarcações;
 - b) o transporte dessas mercadorias até aos armazéns ou local designado pela administração do porto, para seu depósito, inclusive o necessário empilhamento;
 - c) abertura dos volumes e manipulação das mercadorias para a conferência aduaneira, inclusive o reacondicionamento, no caso da mercadoria importada do estrangeiro;
 - d) o desempilhamento, transporte e entrega das mercadorias nas portas, ou portões dos armazéns, alpendres ou pátios, onde tiverem sido depositadas ou junto dos vagões em que tenham de ser carregadas, nas linhas do porto.

- II — com relação à exportação:
 - a) o recebimento das mercadorias nas portas ou portões dos armazéns, alpendres ou pátios da faixa interna do cais designada pela administração do porto, junto a vagões que as tenham transportado nas linhas do mesmo porto, até essa faixa interna do cais;
 - b) transporte das mercadorias desde o local do seu recebimento até junto da embarcação em que tiverem de ser carregadas;
 - c) o carregamento das mercadorias, desde o cais, até ao convés da embarcação.

- III — com relação ao serviço:
 - a) quando não houver o pessoal da administração a que se refere o parágrafo único, o serviço enunciado nos itens I e II poderá ser contratado com o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias;
 - b) os trabalhadores do atual Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador passam a denominar-se "arrumadores", adaptando-se a esta nova designação o nome do sindicato;
 - c) ao sindicato definido na letra "b" anterior compete:
 - 1) contratar os serviços definidos no art. 285 da Consolidação das Leis do Trabalho, com a Administração do Porto, quando não houver pessoal próprio, de porto organizado;
 - 2) exercer a atividade definida no citado art. 285, itens I e II e respectivas alíneas, nos portos não organiza-

dos e nos armazéns, depósitos, trapiches, veículos de tração animal ou mecânica, vagões, etc., em quaisquer locais em que as mercadorias tenham sido recebidas, entregues, arrumadas ou beneficiadas, e, bem assim, ligar ou desligar as que necessitem de auxílio de guindastes ou de outros aparelhos mecânicos, nas empresas, firmas, sociedades ou companhias particulares;

- d) consideram-se serviços acessórios da mesma atividade profissional:
 - 1) o beneficiamento das mercadorias que dependem de despejo, escolha, reembarque, costura, etc.;
 - 2) empilhação, desempilhação, remoção e arrumação das mercadorias;
 - e) o exercício da profissão dos trabalhadores definidos neste item III será fiscalizado pela Delegacia do Trabalho Marítimo, onde houver, e pela Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho;
 - f) aplica-se à mão-de-obra dos trabalhos no movimento de mercadorias disposto na Seção IX do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O projeto que vem de ser lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em 30 de abril último, diante do anúncio dos valores do novo salário mínimo, formulamos apelo ao governo no sentido de fazer com a necessária urgência o ajuste, também, das referências no serviço público que fossem superadas pelo novo índice.

No dia 3 do corrente, o *Correio Braziliense*, ocupando-se também do problema, afirma que "cerca de 200 mil servidores da União tiveram seus salários superados pelo valor do salário mínimo vigente a partir desse mês, o que equivale dizer que eles terão aumentos que variam até 98%. Os servidores são os de nível médio, enquadrados nas primeiras 16 referências do Plano de Classificação de Cargos. O ganho do servidor será debitado do que ele receberá em 1º de julho, data do aumento do funcionalismo público".

Como se verifica dessa nota chamamos a atenção do governo sobre assunto da maior gravidade e urgência, uma vez que esses 200 mil servidores se encontram hoje em grande desvantagem na aquisição do mínimo indispensável à sobrevivência.

Renovamos, portanto, agora quando o clamor dos prejudicados repercute na imprensa, para que se faça com urgência a devida correção das categorias funcionais absorvidas pelo novo salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estou apresentando à Casa, hoje, um projeto de lei dispondo sobre o processo da escolha dos dirigentes das universidades mantidas pela união.

Tomamos conhecimento e louvamos a iniciativa do Sr. Ministro da Educação de criar comissão de alto nível para estudar e propor a revisão, de um modo geral, de toda a estrutura e funcionamento das universidades brasileiras. De outro lado sei, também, Sr. Presidente, da existência de vários projetos tramitando no Congresso, na Câmara e aqui mesmo no Senado, versando sobre a mesma matéria, a matéria sobre a qual apresento este

projeto que anuncio, fato este que atesta a importância e a oportunidade da discussão deste assunto.

Sr. Presidente, quero acrescentar a essa discussão, e este é o propósito da apresentação deste projeto, mais este ponto de vista, mais esta proposição, mais esta alternativa que resulta de um trabalho conjunto de companheiros do Rio de Janeiro, vinculados à área universitária, com o objetivo tão-somente, como eu disse, de alargar a discussão e a faixa de alternativas em cogitação. O propósito é o de democratizar e aperfeiçoar a nossa universidade, consolidando sua autonomia, como centro de produção de informações, de idéias e de inovações tecnológicas próprias à realidade nacional.

A influência crescente, Srs. Senadores, dos meios de comunicação de massa na formação da opinião pública brasileira, como, aliás, ocorre em todo o mundo, assim como as possibilidades de manipulação das informações pelos interesses capitalistas que controlam esses meios, ou pelos governos de um modo geral, que querem defender suas posições e suas posições políticas, aumenta muito a importância da preservação da universidade como centro de debates e de confronto de opiniões, livre dessas influências e dessas manipulações, na busca permanente de uma verdade, mas de uma verdade que sirva aos interesses da Nação. O projeto que apresento tem como justificativa algumas palavras das quais seleciono as seguintes, para acrescentar ao meu pronunciamento de hoje, Sr. Presidente. Digo na justificativa:

Foi a universidade brasileira duramente castigada durante o arbítrio que o Movimento de 1964 impôs ao país. Fulminada pelo Decreto-lei nº 477 e por outros aparatos legais, o obscurantismo imperou na maior parte das instituições, o movimento estudantil foi reprimido, a organização dos docentes e funcionários sufocada.

O escopo da presente proposição situa-se justamente no sentido de introduzir na universidade brasileira o processo de redemocratização que, no País, teve início em 1979. A denominada "Abertura" só chegou à universidade como um eco do que ocorreu na sociedade; excetuando-se a revogação do famigerado Decreto-lei nº 477, nada foi feito de efetivo para tornar a universidade uma instituição aberta, democrática e autônoma, onde convivam harmonicamente seus três segmentos — professores, alunos, e funcionários — e seja cumprido seu papel de pólo irradiador de cultura e ciência, de centro formador de consciências críticas e questionadoras, de foro de discussão.

A eleição direta dos dirigentes universitários, assim como sua representação nos órgãos colegiados, é uma das principais reivindicações da comunidade universitária brasileira, expressa em todas as instâncias de suas entidades representativas.

Estabelecendo como forma de escolha dos dirigentes universitários o sufrágio universal e garantindo aos três segmentos da comunidade representação legítima nos órgãos de decisão, estamos assegurando o processo de democratização e transformação a que nos referimos anteriormente.

Entendemos que os dirigentes universitários devem ser mandatários da sua comunidade, e que esta comunidade universitária é composta por uma elite intelectual perfeitamente apta a exercer o papel de mandante neste processo, participando, inclusive, do poder decisório; entendemos, outrossim, que o exercício destas funções virá viabilizar a construção de uma nova universidade, indispensável à consolidação do regime democrático entre nós e à produção cultural à altura das aspirações nacionais e de um verdadeiro projeto brasileiro de desenvolvimento.

Era esta a notícia, Sr. Presidente, que eu queria dar à Casa, pedindo a sua atenção especial para este projeto, dada a oportunidade e a importância desse assunto no momento presente da vida brasileira. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Já que estou inscrito e fui convocado neste momento, resolvo, então, expor alguns assuntos relacionados com o Congresso Nacional.

Desejo, nesta oportunidade, Sr. Presidente, dizer da minha alegria acerca da sessão do Congresso Nacional realizada no dia 8, e que foi pela madrugada adentro. Posso considerá-la memorável, quando este Poder, mais uma vez, deu uma demonstração de grandeza e voltou a experimentar aquela alegria dos velhos tempos. É o vento da felicidade, Sr. Presidente, que está soprando no nosso meio, e, num gesto que dignificou o Poder Legislativo, aprovamos cerca de dez proposições das mais importantes. Gostaria de lembrar aos meus estimados colegas algumas delas, como o fim da fidelidade partidária, o fim da sublegenda, o voto para o analfabeto. Na hora em que votávamos esta última, voltei ao meu passado de Deputado Federal, quando dei o meu voto a favor do analfabeto.

Quanto à representação política para o Distrito Federal foi, também, uma medida das mais justas, porque Brasília, hoje, com mais de um milhão de habitantes, não pode ficar jungida ao desejo de uma só pessoa. Deixem que o seu próprio povo escolha seus dirigentes. Quanto à inelegibilidade dos atuais prefeitos nomeados, posso dizer que foi uma decisão sábia e vejo ali, o nobre companheiro, estimado Senador Martins Filho, confirmando o que estou dizendo, não só pelos interesses de S. Ex^a no Rio Grande do Norte, mas antes do interesse estadual, regional ou global. S. Ex^a vê o Brasil no seu todo.

No que respeita às coligações partidárias foi uma das medidas mais justas, como acontecia até os idos de 1963; com relação às eleições diretas para prefeitos das capitais, estâncias hidrominerais e municípios que antes eram considerados Áreas de Segurança Nacional. Por que o povo desses municípios que são as células-mãe da nacionalidade, não tem o direito de escolher seus dirigentes? E tem ainda o estímulo à vida pública, à vida política, porque o político do município, no dia seguinte, poderá ser guindado ao cargo de prefeito, vereador, etc...

Eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República...

O Sr. Nivaldo Machado — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. JORGE KALUME — Ouvirei V. Ex^a, com muita alegria e com muito prazer, logo que concluir o meu raciocínio.

Eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República era uma aspiração que todos nós desejava-mos, um anseio geral e que também foi a arma que todos os partidos lançaram mão. O PDS, na sua campanha defendeu isso, como também o PMDB, e todos os demais partidos que hoje representam essa situação.

Liberdade para a criação de novos partidos. Está certo, não podemos ficar jungidos a poucas siglas partidárias. Mas também gostaria de lembrar que se viermos a criar — não eu — um partido de esquerda radical, eu quero perguntar a seus criadores se nos países de origem nós poderemos criar um partido, também, liberal como são os nossos? Eu só concordarei, no futuro, se nós pudermos implantar um PDS, um PMDB, um PT, um PTB, ou PDT. É preciso que haja reciprocidade e não um partido que pode crescer e nos subjugar no futuro.

E com esse meu verdadeiro devaneio, Sr. Presidente, eu quero me congratular com V. Ex^a, que comandou ou exercitou a Presidência na sua plenitude, não só com a experiência que lhe é peculiar, mas também com a autoridade que o cargo lhe dá e lhe deu. Isto também ocorreu com os seus antecessores, como Luiz Viana, Nilo Coê-

lho. E quando presidiu a abertura de um projeto enviado a esta Casa e ao Congresso Nacional, pelo ex-Presidente João Figueiredo, Nilo Coêlho que, segundo informação fidedigna, morreu em consequência do seu entusiasmo. Isso eu disse a V. Ex^a, ontem, pois às vezes V. Ex^a se excede no seu entusiasmo. É como já ultrapassou a casa das duas décadas é preciso se conter mais um pouco — permita-me esta sugestão — porque nós não queremos perdê-lo. Finalmente, Jarbas Passarinho teve o seu apogeu como o também o nosso colega a quem V. Ex^a substituiu, Moacyr Dalla. Então, podemos dizer que a partir da administração Viana Filho até a de V. Ex^a, o Congresso Nacional viveu momentos memoráveis.

Vou agora ouvir, com muita alegria, o nobre Senador pelo Estado de Pernambuco.

O Sr. Nivaldo Machado — Senador Jorge Kalume, não obstante concordar em gênero, número e grau com as conclusões que V. Ex^a desenvolve, sumariando as reformas aprovadas há dois dias pelo Congresso Nacional, o meu aparte foi solicitado na ocasião em que V. Ex^a tratava do problema da autonomia das Capitais, dos municípios de segurança nacional e outros que tinham cercada a sua capacidade de escolha dos governantes, eu quero dizer que, se nós completamos agora, com essa reforma, todo aquele elenco de condições e pressupostos relativos à autonomia política municipal, concedendo ao eleitorado das capitais o direito de escolher seus dirigentes, precisamos estar atentos, quando se concede essa prerrogativa, ao problema da autonomia financeira. Sem dúvida alguma, os municípios são autônomos nos termos que a Constituição Federal assinala, mas é preciso notar que essa autonomia, muitas vezes, não passa de mera ficção jurídica, de mero ornamento, de ficção legal, porque a grande parte desses municípios, V. Ex^a bem o sabe, principalmente os do interior, lhes falta aquilo que é necessário para a concretização da tão almejada autonomia política. Sem os recursos necessários para que se possam satisfazer, não diria a todas as reivindicações das comunidades, pelo menos a grande parte delas, aquelas reivindicações básicas, através do agente do poder local, o prefeito — que é quem ouve o povo, é quem sente os seus dramas, é quem tem a oportunidade, juntamente com o vereador de, nas horas de angústia e aflição do povo, enxugar a lágrima do sofredor, — sem os recursos financeiros — e isto é óbvio, essa autonomia se tornará inócuca.

Pensamos, eu, V. Ex^a com certeza, e todo o Congresso Nacional, que é necessária a implementação da reforma tributária, para que na distribuição dos recursos entre as três esferas do Poder se dê um quinhão maior exatamente àquela área mais carente, aquela que precisa atender, com equipamentos sociais e serviços básicos, às necessidades das populações locais. Congratulo-me com V. Ex^a pela análise embora rápida, devida à exiguidade de tempo, que está fazendo em torno dos pontos fundamentais aprovados pelo Congresso, sem dúvida uma grande vitória do povo, através dos seus representantes. É preciso que se diga: se houve um momento na vida deste País, nos últimos anos, pelo menos, em que houve identificação total entre o povo e o Congresso que o representa, nenhum momento foi maior, foi tão perfeito, quanto daquela noite em que se aprovaram várias reformas ao texto da Constituição ora vigente. Portanto, concordo com V. Ex^a inclusive com observações feitas em relação ao interesse e ao esforço comuns feitos pelo Presidente José Fragelli para, pondo ordem aos trabalhos, conduzi-los da melhor maneira, a fim de que não se frustrasse — era esta a sua grande preocupação — a grande esperança nacional pelas reformas básicas necessárias a que esta Nação volte ao leito democrático, e possa exercer o regime compatível com a dignidade da pessoa humana, com base em instituições estáveis, evitando a interrupção do ciclo democrático, como tem ocorrido, de quando em quando, durante a vida republicana. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JORGE KALUME — Devo dizer ao estimado colega, Nivaldo Machado, que a grande vertente da reforma tributária já foi iniciada ano passado, haja vista, a Emenda Passos Pôrto. Eu reputo a Emenda Passos Pôrto, a Emenda Calmon e a abertura iniciada pelo Governador Geisel, os três grandes acontecimentos desses últimos anos.

O Sr. Nivaldo Machado — Senador Kalume, quero me penitenciar da omissão do nome do Senador Passos Pôrto porque, sem dúvida, acompanhei a reforma tributária básica para os municípios, de autoria dele, que lutou como gigante, e todo o Brasil reconhece, para que ela fosse efetivada, dando lugar a que uma maior soma de recursos pudesse ser levada aos Municípios para efetivação e implantação daqueles serviços básicos da comunidade. Vereador, na minha terra, duas vezes Prefeito, Deputado que sempre viveu próximo ao povo — moro na própria cidade de Olinda e amanheço o dia cercado por solicitações de toda ordem. Posso dar o testemunho de quanto foi um desafoço para o administrador municipal, para o Prefeito, para o Vereador que reivindica a toda hora, sob a pressão do eleitorado, o quanto foi um desafoço, uma ajuda substancial, o aumento dos recursos destinados, em consequência da reforma aludida.

Este, o aparte complementar para que eu pudesse me penitenciar da omissão.

O SR. JORGE KALUME — A omissão, nesta altura da vida política, como sói de V. Ex^a, a vida dinâmica, é natural. Mas V. Ex^a manteve no cérebro e no coração a Emenda Passos Pôrto, haja vista que veio ao meu encontro, novamente. Muito obrigado, mais uma vez, a V. Ex^a

Quanto às eleições municipais, estas devem acontecer e devem ser uma realidade, devem se materializar logo, porque é preciso exercitar democracia através da eleição, porque só assim nós iremos conscientizar os nossos irmãos do interior, para se voltarem a este bem sagrado que é democracia, o que vale dizer, a liberdade política plena.

O Sr. Nivaldo Machado — De pleno acordo com V. Ex^a, porque dá oportunidade ao exercício do direito de voto, um dos mais importantes da cidadania.

O Sr. Passos Pôrto — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Ouço V. Ex^a com maior prazer.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador Jorge Kalume, ouvi com muita atenção o discurso de V. Ex^a, agradecendo o aparte do nobre Senador Nivaldo Machado, ambos me dão a oportunidade de uma reflexão sobre tudo isto que se diz durante este período, de que as eleições de Prefeitos das Capitais teriam que ser feitas este ano, no dia 15 de janeiro, antecipando-se ao encontro das eleições de 1986. Eu sempre advoguei a tese de que só exercício do voto não significa o uso da plenitude do processo político e democrático. Eu parto do princípio de que tudo isso participa de uma retórica, de uma euforia natural de um processo de democratização. Creio, e aliás a tese de ambos vem ajudar meus argumentos, de que enquanto não se tirar a legislação que oprime o processo administrativo brasileiro, na hipótese, enquanto não se der os recursos e as competências aos Municípios para o exercício daquela autonomia municipal, que a Constituição chama de seu peculiar interesse, nada vale o Prefeito eleito, ou prefeito nomeado, porque quando ele se instala na prefeitura, ele é cercado por uma legislação toda ela autoritária, desde a cassação do seu mandato, à cassação do Vereador, que é dentro de uma legislação que lhe dá uma certa fragilidade, no exercício da sua autoridade política. Então, eu confesso a V. Ex^a que preferia mil vezes que a eleição das Capitais tivesse sido em 86, e antes nós tivéssemos tirado aquilo que se tem chamado muito aí de entulho autoritário da Constituição e das próprias

legislações ordinária e complementar, que estruturam a administração pública brasileira. Então, o que vai acontecer é que o Prefeito assume em 1985, no final do Governo do Estado, num ano eleitoral que vai enfrentar logo em 86, e não vai ter condições nem de trabalhar, numa legislação que não lhe dá autonomia financeira; ele não tem recursos, a começar pela cidade de São Paulo, que é o maior exemplo de dificuldade administrativa. Se V. Exª conversar com o Prefeito Mário Covas vai ficar até penalizado de ouvir que o maior Município do Brasil, o mais rico, não tem condições de pagar nem as desapropriações que são feitas por interesse público ou social. Nós estamos vivendo uma situação interessante: vai-se embalando com essa ilusão de que se fazendo a eleição, já se fez o processo democrático, quando a democracia está justamente no comportamento da estrutura de poder no País. O que vale o Prefeito eleito, se ele não tem condições de administrar a democracia no seu Município? São essas as reflexões críticas que eu gostaria de trazer ao debate, no instante em que V. Exª, com muita oportunidade, discute as conquistas dessa madrugada de dois dias atrás, quando o Congresso Nacional votou o emendão.

O SR. JORGE KALUME — Os argumentos de V. Exª são válidos, e eu acolho, com alegria, as suas reflexões. Mas mesmo sem recursos é preferível que haja eleição em 1985 nas Capitais. É um ponto de vista que vem sendo ansiado por todo o Brasil. É bom que o povo da Capital escolha logo o seu comandante, o seu dirigente e não ficar ao talante da vontade de um Governador. Esta é a minha opinião, Exª

Mas, Sr. Presidente, já naveguei através de palavras, e eu quero, nesta oportunidade, reafirmar, mais uma vez, o meu espírito democrático e a alegria de ter visto o nosso Congresso Nacional viver os seus momentos de euforia.

Eu desejo que o Congresso continue a sua caminhada, sem vacilar, nesta ascendente, em busca da sua plena autonomia.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora, como Líder.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE — Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Quarta-feira última, ensejo tivemos, em assistindo toda sessão da Câmara dos Deputados, em que S. Exª, o Sr. Ministro Francisco Dornelles, não em seu nome, mas de todo o Governo a que pertence, estabelece as diretrizes básicas do comportamento da atual administração no setor financeiro-econômico. Vieram à mente tantas dúvidas, tantas perplexidades, que achamos dentro do jogo democrático atual, no qual esportivamente sempre discutimos com a Oposição de outrora — hoje situação — esses delineamentos básicos, de que deveríamos, por uma questão de dever, e, quase que uma obrigação convocar as lideranças do Governo, para uma discussão sobre a condução de uma política que realmente influenciará nos destinos da República, pelos anos a fora. Gostaríamos, porém, como é nossa maneira de agir, fazê-lo sem apanhar de surpresa aqueles que, por obrigação, por direito ou por convicção não que defender esses postulados, estas vigas mestras de conduta, lá apresentados, repetimos; não em nome próprio, mas do governo a que pertenciam. Assim, quando S. Exª afirma que o déficit de caixa — e aqui não vamos nos ater se tinha ou não razão para tal dizer — ser de 84 trilhões de cruzeiros, já as publicações do seu Ministério dizem 84,9, esperamos uma justificativa cabal.

Quando S. Exª nos acena com a redução de despesas da ordem de 37,7 trilhões de cruzeiros de uma emissão de moeda de 26,5 trilhões de cruzeiros, mais uma colocação de letras do tesouro — papéis do Tesouro — além daquelas necessárias para resgatar a dívida interna devido a

emissão anterior de mais de um **surplus** de 10 trilhões. Nós nos perguntamos se realmente não há a necessidade de aqui nesse Senado, que foi palco de tantas discussões sobre o problema, que não tracemos, já que ao Congresso foi justamente atribuída esta responsabilidade de decidir qual das quatro grandes alternativas haveria de ser adotadas para cobrir esse déficit. Na realidade, o que nos foi apresentado foi a tomada de todas as quatro. Necessário, profundamente necessário, se torna esta discussão em profundidade.

Assim pois, Sr. Líder do PMDB, estão V. Exªs, está a Liderança do PFL, ausente pelo menos às duas que no momento fazem coro com a atual política adotada, convocadas para terça-feira, aqui presentes estarem para que comecemos a responder justamente aquilo que o Senhor Presidente da República solicitou ao Congresso: uma definição sobre essas alternativas, uma crítica construtiva sobre o caminho a trilhar e, ao mesmo tempo, responder algumas daquelas acusações bem fortes, sem tergiversações, que não a Oposição, mas justamente os partidários, da situação os Srs. Deputados que dão apoio a atual administração fizeram a toda explanação, à diretriz tomada pelo Governo para a solução dos partidos políticos, e em aproveitando discutirmos toda a questão em tom de cordialidade, mas, ao mesmo tempo, de muita seriedade, sem que a eloquência queira cobrir a ausência de argumentos.

A adoção da nova forma de correção monetária, que senhores, sem sombra de dúvida, olhando ao longe para o futuro deste País vai fazer a desgraça das estatais; aumentar a dívida pública brasileira e, ao mesmo tempo, fazer a felicidade de todos os investidores especulativos que este País tem às dezenas.

O Sr. Roberto Saturnino — V. Exª permite um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Pois não, eminente Senador Roberto Saturnino. Apenas dizendo a V. Exª que com muita propriedade não incluímos o PDT nem sua liderança como defensores, digamos, do esquema que foi mostrado e que, a nosso ver é muita continuação daquele que foi muito combatido pelos adeptos do atual Governo. Mas neste ponto não queríamos entrar no mérito, porque desejamos que seus defensores, aqui presentes, estejam, para nós discutirmos no dia atrasado.

O Sr. Roberto Saturnino — Muito bem, nobre Senador Virgílio Távora, nobre Líder acho que a sugestão de V. Exª, mais do que sugestão, a convocação mesmo é muito oportuna, extremamente importante. É preciso realmente o Congresso responder a esta responsabilidade, que lhe é agora atribuída, jogada sobre os ombros. Há declarações várias, partidas do Ministro Francisco Dornelles, até do Presidente da República, segundo as quais ao Congresso caberia decidir politicamente os rumos do plano de ação governamental no setor econômico, razão pela qual nós congressistas precisamos até nos preparar...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Atender o seu prego, não é?

O Sr. Roberto Saturnino — ... para esta decisão política. E nada melhor do que começar com um debate profundo da explanação feita pelo Ministro Dornelles na Câmara dos Deputados, já que nós Senadores, nem todos podemos assistir — eu mesmo não pude ir à Câmara, mas li pelos jornais, embora tivesse feito uma leitura detalhada, mas não tive a oportunidade de participar, de ouvir debates. Assim é que travar este debate aqui no Senado é realmente importante, é indispensável. Eu diria é indispensável, razão pela qual apóio, com muita ênfase a sugestão, a convocação que V. Exª está a fazer neste momento. Acho até que nós deveríamos dedicar uma sessão especial, tal a importância deste assunto, uma sessão especial; se o Regimento não abre possibilidades para isto, até os líderes poderiam acordar, no sentido de se criarem

condições para que houvesse um debate tão profundo, quanto possível sobre essa matéria, exigindo mesmo o tempo quase que de uma sessão inteira. Assim é que apoio inteiramente e cumprimento V. Exª pela iniciativa, apenas sugiro que a sua convocação ao invés de situar-se entre segunda e terça-feira da próxima semana, se situe entre terça e quarta-feira, dado que segunda-feira é um dia que normalmente a Casa não está plenamente cheia.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Eminente Senador, agradecer-lhe a gentileza do pronunciamento não precisa aqui ser feito. Não é necessário agradecer sua atitude porque já conhecemos V. Exª e sabemos quantas vezes debatemos assuntos dos mais diversos. V. Exª nunca fugiu à discussão, e acreditamos que nós dois, modéstia à parte, muito contribuimos para que determinadas distorções que no tempo eram difíceis de serem apresentadas ao Poder Executivo, fossem pelo menos por ele consideradas. Queremos dizer a V. Exª que falamos em segunda e terça-feira, justamente para que ficasse bem patente que era o mais breve espaço de tempo. Sexta-feira não o fazíamos, pelo patente esvaziamento deste Plenário, pela ausência das Lideranças maiores desses dois Partidos, e seria como que uma atitude até muito pouco esportiva, cobrir esta ausência com um discurso, com uma dissertação, mas que depois seria a nós cobrado como o aproveitamento de uma situação de ausência de debatedor. Sabe V. Exª que nunca fizemos isso.

Mas, lançamos um apelo ao PMDB e ao PFL para que estejam aqui quarta-feira. Acordamos com o eminente Líder do PDT para, não em termos de brigas, mas em termos justamente da procura do esclarecimento daquilo que se nos afigura ser a verdade, respondendo, por outro lado, a um prego do próprio Chefe do Poder Executivo que — acreditamos em suas palavras — deseja esta colaboração construtiva sob a forma de sugestões e mesmo de críticas.

Esta, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eram as palavras que aqui trazemos, deixando mais uma vez claro que deve ser traduzido como uma homenagem que pretendemos prestar ao PMDB e ao PFL, não tratar, no momento, deste assunto, na ausência da unanimidade de sua Bancada.

Sr. Presidente, era o que tínhamos a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, Projeto de Lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 1985

Dispõe sobre a forma de escolha dos dirigentes das Universidades mantidas pela União, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Reitor e vice-Reitor de Universidade mantida pela União serão eleitos diretamente, nos termos desta Lei.

§ 1º O Estatuto ou Regimento da Universidade poderá determinar a vinculação de voto entre candidatos a Reitor e vice-Reitor.

§ 2º Os mandatos de Reitor e vice-Reitor serão de 4 (quatro) anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva.

§ 3º O Diretor e vice-Diretor de estabelecimento isolado de ensino superior mantido pela União terão processo de escolha idêntico ao de Reitor e vice-Reitor de Universidade mantida pela União.

Art. 2º Nas eleições previstas no artigo anterior, são eleitores todos os:

I — professores integrantes da carreira do magistério da Universidade;

II — Alunos regularmente matriculados no curso de graduação, mestrado e doutorado da universidade; e

III — servidores não docentes desta.

Art. 3º O voto será pessoal, secreto e obrigatório.

Art. 4º As eleições serão feitas em urnas distintas, quais sejam:

I — as em que votarão os professores;

II — as em que votarão os alunos e os servidores não docentes;

Art. 5º Na apuração dos resultados das eleições, o número de votos apurados nas urnas do inciso I do artigo anterior será multiplicado pelo fator 5 (cinco).

Art. 6º As eleições observarão o seguinte procedimento:

I — registro prévio dos candidatos, sendo elegíveis todos os professores dos quadros da Instituição;

II — realização dentro do recinto da Instituição;

III — identificação dos eleitores;

IV — garantia de sigilo de votos e inviolabilidade das urnas; e

V — apuração imediata, após término da votação.

Parágrafo único. O processo eleitoral será dirigido por uma Comissão Eleitoral constituída por 5 (cinco) membros:

I — 1 (um) indicado pelo Reitor;

II — 1 (um) indicado pelo Conselho Universitário;

III — 1 (um) indicado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE);

IV — 1 (um) indicado pela associação representativa dos docentes; e

V — 1 (um) indicado pela associação representativa dos servidores não docentes;

§ 2º Em caso de inexistirem as entidades previstas nos incisos III, IV e V do parágrafo anterior, caberá ao Conselho Universitário escolher, dentre os componentes da respectiva categoria, os membros designados nestes incisos.

Art. 7º Os Diretores e vice-Diretores de Unidades Universitárias, assim como os Diretores de Centros Setoriais, serão eleitos em pleito direto, observando-se os mesmos critérios estabelecidos nos arts. 2º e 6º destas Leis.

Parágrafo único. A duração dos mandatos dos cargos previstos no presente artigo será de 4 (quatro) anos, vedada mais de uma reeleição consecutiva.

Art. 8º A nomeação de dirigentes de Universidades e de estabelecimentos isolados de ensino superior não mantidos pela União, obedecerá aos seguintes princípios:

I — os dirigentes de universidades ou estabelecimentos isolados particulares serão escolhidos na forma dos respectivos estatutos e regimentos; e

II — os dirigentes de universidades ou estabelecimentos isolados estaduais e municipais serão escolhidos na forma da legislação do Estado ou Município e dos respectivos estatutos e regimentos.

Art. 9º O corpo discente terá representação com direito a voz e voto, em todos os órgãos colegiados da Universidade, bem como nas comissões que vierem a ser instituídas.

§ 1º Os representantes estudantis integrarão os órgãos colegiados na proporção de no mínimo 1/4 (um quarto) do total de membros.

§ 2º Para a investidura nos cargos de representante estudantil, o aluno deverá estar regularmente matriculado na instituição.

Art. 10. Haverá, na forma dos respectivos estatutos e regimentos, professores eleitos diretamente por seus pares em todos os colegiados da universidade.

Art. 11. Os servidores não docentes terão representação com direito a voz e voto, de pelo menos um membro em cada órgão colegiado da Universidade, excetuado o Conselho de Ensino e Pesquisa, ou equivalente.

Art. 12. Ficam respeitados os mandatos em curso.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o art. 16 da Lei nº 5.540, com a redação que lhe deu a Lei nº 6.420, de 3 de junho de 1977.

Justificação

Foi a universidade brasileira duramente castigada durante o arbítrio que o Movimento de 1964 impôs ao País. Fulminada pelo Decreto-lei nº 477 e por outros aparatos legais, o obscurantismo imperou na maior parte das instituições, o movimento estudantil foi reprimido, a organização dos docentes e funcionários sufocada.

O escopo da presente proposição situa-se justamente no sentido de introduzir na universidade brasileira o processo de redemocratização que, no País, teve início em 1979. A denominada "abertura" só chegou à universidade como um eco do que ocorreu na sociedade; excetuando-se a revogação do famigerado Decreto-lei nº 477, nada foi feito de efetivo para tornar a universidade uma instituição aberta, democrática e autônoma, onde convivam harmonicamente seus três segmentos — professores, alunos e funcionários — e seja cumprido seu papel de pólo irradiador de cultura e ciência, de centro formador de consciências críticas e questionadoras, de foro de discussão.

A eleição direta dos dirigentes universitários, assim como sua representação nos órgãos colegiados, é uma das principais reivindicações da comunidade universitária brasileira, expressa em todas as instâncias de suas entidades representativas.

Estabelecendo como forma de escolha dos dirigentes universitários o sufrágio universal e garantindo aos três segmentos da comunidade representação legítima nos órgãos de decisão, estamos assegurando o processo de democratização e transformação a que nos referimos anteriormente.

Entendemos que os dirigentes universitários devem ser mandatários da sua comunidade, e que esta comunidade universitária é composta por uma elite intelectual perfeitamente apta a exercer o papel de mandante neste processo, participando, inclusive, do poder decisório; entendemos, outrossim, que o exercício destas funções virá viabilizar a construção de uma nova universidade, indispensável à consolidação do regime democrático entre nós e à produção cultural à altura das aspirações nacionais e de um verdadeiro projeto brasileiro de desenvolvimento.

Sala das Sessões, 10 de maio de 1985. — Roberto Saturnino.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.420, DE 3 DE JUNHO DE 1977

Altera a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que "fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola médica e dá outras providências".

Art. 1º O art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 16. A nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades, e de Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior obedecerá ao seguinte:

I — o Reitor e o Vice-Reitor de universidade oficial serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, escolhidos em listas preparadas por um Colégio Eleitoral especial, constituído da reunião do Conselho Universitário e dos órgãos colegiados máximos de ensino e pesquisa e de administração, ou equivalente;

II — os dirigentes de universidades ou estabelecimentos isolados particulares serão escolhidos na forma dos respectivos estatutos e regimentos;

III — o Diretor e o Vice-Diretor de estabelecimento isolado de ensino superior mantido pela União, quando constituído em autarquia, serão no-

meados pelo Presidente da República, e no caso de Diretor e Vice-Diretor de unidade universitária, pelo Ministro da Educação e Cultura, escolhidos em lista preparada pelo respectivo colegiado máximo;

IV — nos demais casos, o Diretor será escolhido conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino.

§ 1º Ressalvado o caso do inciso II deste artigo, as listas a que se refere este artigo serão sextuplas.

§ 2º No caso de instituições de ensino superior mantidas pela União, será de 4 (quatro) anos o mandato dos dirigentes a que se refere este artigo, vedada a recondução ao mesmo cargo, observado nos demais casos o que dispuserem os respectivos estatutos ou regimentos, aprovados na forma da legislação vigente.

§ 3º No caso de instituições federais, a organização das listas para escolha dos Vice-Reitores, Diretores e Vice-Diretores, de unidades universitárias, quando se tratar de universidades, e dos Vice-Diretores, na hipótese de estabelecimentos isolados, será feita até 4 (quatro) meses depois da posse dos respectivos Reitores ou Diretores, conforme o caso.

§ 4º Além do Vice-Reitor, as instituições de ensino superior mantidas pela União poderão dispor de Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos ou autoridades equivalentes, designados pelo Reitor, até o máximo de 6 (seis) englobadamente, conforme dispuserem os respectivos estatutos.

§ 5º Ao Reitor e ao Diretor caberá zelar pela manutenção da ordem e disciplina no âmbito de suas atribuições, respondendo por abuso ou omissão."

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Educação e Cultura.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Não há quorum para deliberação.

Em consequência, as matérias da Ordem do Dia, todas em fase de votação, constituída dos Requerimentos nºs 57 e 58, de 1985; Projetos de Lei do Senado nºs 26/79 e 2, 340, 18 e 320, de 1980, ficam com a sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nivaldo Machado.

O SR. NIVALDO MACHADO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na semana passada ocupei esta tribuna para fazer um apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, no sentido de liberar o crédito de 32 bilhões de cruzeiros, para custeio e comercialização da borracha natural produzida na Região Amazônica. Lembrei a S. Exª, naquela ocasião, que esse pleito já estava feito àquele Ministério através do Ministério de seu colega, o Sr. Ministro Roberto Gusmão que, por solicitação do Superintendente

da SUDHEVEA, encaminhara a solicitação àquele órgão das finanças desta República.

Entretanto, Sr. Presidente, apesar de, na ocasião, termos mostrado a dramaticidade por que passam no momento os produtores de borracha da Região Amazônica, especificamente os produtores de borracha dos altos rios de pequeno calado, apesar de demonstrarmos as dificuldades regionais e temporais, até agora as autoridades fazendárias se mostraram completamente insensíveis e fazendo ouvidos moucos à apelação do Estado do Acre, que passa por momentos difíceis agora, por esta falha que está ocorrendo no financiamento do custeio e da comercialização da borracha.

Sr. Presidente, quero reiterar mais uma vez, porque isto tem sido feito através da voz de todos os Parlamentares do Acre, da Oposição e do Governo, no Senado e na Câmara Federal, para que a voz daquele Estado chegue aqui, nos contrafortes do Sul, mas nos parece sempre que os homens aqui do asfalto, os homens que estão enclausurados em seus gabinetes de ar refrigerado, os homens que têm os gabinetes em Brasília e em São Paulo, parece que consideram, por um lapso ou desconhecimento da geografia, ou por comodismo, que Norte do Brasil é só da Bahia para cima.

Sr. Presidente, nós, os nortistas, os que pertencemos à grande Região Norte, e aqui para fazer uma lembrança de conhecimentos escolares às autoridades ministeriais da Nova República, que a Região Norte é constituída dos Estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia e os Territórios de Roraima e Amapá, é uma região completamente diferente da Região nordestina. A Região nordestina é uma região seca e árida, ora é seco demais, ora chove copiosamente, causando catástrofes tanto pela seca, quanto pelo excesso de chuva. Nós, da Região Norte, ao contrário, somos até perdulários na quantidade de água, porque os rios imensos, caudalosos, as chuvas são copiosas e têm um regime mais ou menos uniforme, periódico, dos intervalados, período não chuvoso com período mais chuvoso.

Nós temos chamado a atenção, exaustivamente, para que os homens do Sul tenham um pouco mais de sensibilidade para o Norte do País. Quando nós trazemos os problemas aqui para serem resolvidos de maneira urgente, quando nós dizemos que são uma emergência as nossas necessidades, é porque é realmente uma emergência. Mas o que tem se visto é que se faz o apelo e levam-se meses, às vezes anos, para ser atendido. No caso específico do nosso pleito presente, nós temos solicitado e justificado a urgência da liberação deste crédito. Porque já começa a estiada na Amazônia Ocidental e os rios começam a baixar rapidamente as suas águas, e tanto fica difícil o escoamento da borracha produzida nos altos seringais quanto, também, por outro lado, fazer chegar a estes seringais e dos seringais nos adentrados das selvas as colocações dos seringueiros, as cotas de mantimento para aquele período da safra da borracha.

Esse pessoal do Sul, Sr. Presidente, que lá no Acre até nós chamamos pejorativamente de paulistas, porque os paulistas foram para o Acre, estão comprando os seringais, arrastando os seringais nativos, transformando-os em campos de pastagens. Então não são propriamente os paulistas, são alguns empresários do Sul, mas, como havia muitos paulistas no meio, os paulistas estão levando a picha pejorativa de destruidores da natureza amazônica, e há uma certa razão nesta denúncia.

Pois bem, Sr. Presidente, este nosso apelo, que tem sido feito aqui constantemente, reiteradamente, não tem chegado aos ouvidos das autoridades fazendárias. O Sr. Ministro Dornelles parece que dele não teve conhecimento. E eu acho que não teve mesmo porque hoje, de manhã, eu estive no Ministério da Fazenda, conversando com o Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, o Sr. Sebastião Marcos Vital, e, para minha surpresa e espanto, quando tratei do assunto com S. Ex^a, dizendo a ele que não tinha ido falar com ele, tinha ido falar com o

Ministro Dornelles, ele me informou que o Ministro estava em Nova York tratando dos assuntos da dívida externa do País. Eu disse, pois bem, mas o Secretário serve para o que eu quero. Ele disse, "Bom, se é assunto do interesse geral, do interesse da Nação e da Região, naturalmente o Senhor vai ser atendido". Respondi, então, ao Sr. Secretário que eu não ia ao Ministério, nem me interessava ir a qualquer Ministério tratar dos meus interesses particulares, porque dos meus interesses particulares, desde que nasci, que me entendo na vida, eu sei tratar. Quando vou ao Ministério vou tratar de interesse da Nação, de interesses da Amazônia, de interesses do meu Estado, porque os meus interesses particulares eu sei como resolvê-los. Estou com 59 anos de idade e até hoje os resolvi, sem necessidade de favores ministeriais, nem do outro nem deste Governo. Mas, para minha surpresa, o Secretário do Ministério da Fazenda me informou que não tinha absolutamente conhecimento do assunto. Pedi a ele que me informasse, porque eu tinha que vir ao Senado dar satisfação aos produtores de borracha que estão nos telegrafando, estão expedindo telex todos os dias, estão pressionando as nossas autoridades, o nosso Governador, os Senadores, os Deputados Federais, e agora mesmo o superintendente da borracha teve que ir a Rio Branco reunir os produtores da borracha para dar uma satisfação de que o crédito vai sair, mas está dependendo do Ministro da Fazenda atender o pedido do Ministro da Indústria e Comércio, que mandou, mas o Conselho Monetário Nacional vai-se reunir para aprovar ou não o crédito. E esse processo de pedido de crédito, Sr. Presidente, e meus pares, Srs. Senadores, para espanto meu, que os acreanos e os amazônidas estavam esperando que entrasse agora na reunião do Conselho Monetário Nacional, do dia 2, que se reuniu recentemente, não entrou, nem se deu qualquer satisfação aos produtores de borracha, nem ao Governador do Acre nem ao Superintendente da SUDHEVEA, nem a nós Senadores que apelamos aqui desta tribuna para que o crédito fosse liberado, nem sequer fomos ouvidos. Quer dizer, a nossa palavra não saiu daqui do recinto por debaixo desta cúpula do Senado.

O Sr. César Cals — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO MAIA — Já permito o aparte a V. Ex^a, depois de permitir o aparte ao nobre Senador Jorge Kalume.

Então, Sr. Presidente, eu acho que é a hora de desburocratizar o crédito. Falava-se tanto do governo passado. E agora, neste governo, pelo menos de início, nós estamos tendo mais dificuldades de liberação de créditos de emergência do que no Governo passado. Portanto, é de se lamentar que o Secretário do Ministro da Fazenda, na ausência do Ministro da Fazenda, não tivesse elementos à mão para informar de um processo de tamanha importância, que envolve 32 bilhões em crédito para socorrer os produtores de borracha da Amazônia. Foi preciso telefonar para alguém de lá e alguém informou que o processo deveria estar em estudo nos órgãos técnicos para saber se era possível ou não entrar em pauta na reunião do dia 22.

Sr. Presidente, não é possível! Nós não podemos esperar mais! A matéria deve entrar em pauta no dia 22 e o Sr. Francisco Dornelles, antes de viajar, se fosse um homem sensível, deveria ter assinado, ad referendum do Conselho; se S. Ex^a conhecesse um pouco a Amazônia, se soubesse o que é a Amazônia, o que são os sacrifícios, como é sacrificioso produzir borracha nos adentrados da selva da Amazônia, S. Ex^a teria deixado, ad referendum do Conselho, o crédito liberado, com a mesma presteza com que mandou para o Congresso a solução do problema do Sul brasileiro, que foi aprovado ontem, com crédito de 900 bilhões. Isto para resolver o problema de um banco, Sr. Presidente. É bem verdade que nós estamos de acordo em que se solucione o problema dos bancos, porque estão envolvidos 25 mil funcionários, mas no Acre,

Sr. Presidente, mesmo não sendo 900 bilhões, apenas 32 bilhões, que é uma gota d'água num oceano, é para resolver o problema do Estado, pode-se dizer, porque a economia do Acre ainda é basicamente extrativista, é para resolver o problema de 350 mil habitantes do Acre.

Concedo o aparte ao nobre Senador Jorge Kalume e, em seguida, ao nobre Senador César Cals.

O Sr. Jorge Kalume — É com renovada alegria que vejo o estimado colega de representação defendendo os sagrados interesses do Acre, por que não dizer do Brasil, uma vez que borracha é fundamental, hoje, para a vida dos povos. Haja vista o que aconteceu na Segunda Grande Guerra, quando os seringais do Oriente foram bloqueados pelas forças, vamos dizer, inimigas, na época. E os aliados tiveram que recorrer aos seringais amazônicos, ou amazônidas, como eu costumei dizer, que se encontravam, inclusive, adormecidos e foram sacudidos para produzir borracha, para que nós ganhássemos a guerra. Portanto, nós demos uma contribuição valiosíssima para o triunfo dos aliados. O que se vê, o que se depreende é a timidez de alguns dirigentes da Nova República, V. Ex^a vai me permitir essa franqueza, é timidez. Os da Velha República habituaram-se à vida administrativa, conheciam a geografia física do País que administravam e os da Nova República, embora pertencessem aos quadros da Velha República, não se preocupavam com esse problema. E até que eles consigam aprender a geografia física do Brasil, enquanto estão estudando nós estamos penando, sofrendo. Ora, é sabido que o Brasil precisa importar borracha para alimentar o seu parque manufatureiro, isto é coisa elementar. Quer dizer, vemos escoar as nossas divisas, os nossos dólares para importação, quando podíamos produzir, aqui, em larga escala, a borracha necessária. E o que é que se faz? Cortam-se os créditos para importarmos mais, quer dizer, alimentando a inflação. Já fiz vários apelos a S. Ex^a, o Sr. Ministro Francisco Dornelles, usei esta tribuna três vezes em março, logo após a sua portaria proibindo qualquer crédito durante 60 dias, no qual inseriu a Amazônia, quando uma região daquelas, depauperada, carente, deveria ficar livre dessa medida que, para ele, dentro do seu universo, seria ou será salvadora para as finanças brasileiras. Eu disse certa vez, aqui, — V. Ex^a é médico e sabe disso — para depauperado não se aplica, não se receita fome, deve-se alimentar o depauperado, para que ele volte a produzir. É o caso da nossa Amazônia. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO MAIA — Pelo menos com o caldo da caridade. Agradeço o aparte de V. Ex^a, que é um dos homens mais ilustres do Acre e desta República; é um pequeno produtor, também, um pequeno produtor de borracha nos férteis seringais de Xapuri, e é professor no assunto, muito mais do que eu, pois nunca tive outra atividade que não a minha atividade profissional de médico, como V. Ex^a sabe. Mas V. Ex^a lidou, produziu, conhece as dificuldades do homem, do seringalista. V. Ex^a é um empresário que eu considero da maior importância para a integração da Amazônia, porque é um verdadeiro "general" daquelas selvas. V. Ex^a sempre comandou um exército de homens rudes, muitas vezes analfabetos, mas com um alto conceito de preservação da natureza, por que os seringalistas jamais permitiram que se destruísse a floresta ou a mata; pelo contrário, eles fazem uma conceituação do extrativismo da borracha altamente conservacionista. Eles preservam as plantas, as árvores lactíferas, porque justamente delas que é extraída a riqueza.

O Sr. Jorge Kalume — Só para ajudar V. Ex^a: V. Ex^a foi até modestíssimo ao falar em 30 bilhões; 30 bilhões nem sequer atendem ao Estado do Acre.

O SR. MÁRIO MAIA — Exato, eu disse que era uma gota d'água no oceano. Trinta bilhões é uma gota d'água. E veja que esses 30 bilhões são para toda a Amazônia. Não seriam suficiente nem para o Acre.

O Sr. Jorge Kalume — Nós precisamos, no mínimo, só para financiamento de custeio, não da comercialização plena da borracha, no mínimo, de 200 bilhões. Mesmo 200 bilhões, para um orçamento como o nosso, de 130 trilhões, nada representa. É um dinheiro que vai e volta, trazendo resultados para o País, para o Tesouro. Era este o reparo que gostaria de fazer.

O SR. MÁRIO MAIA — Exato. É um dinheiro que circula muito pouco dentro das nossas fronteiras. Quer dizer, é um dinheiro que vai enriquecer ainda mais o parque industrial de São Paulo porque demora muito pouco por lá, V. Ex.^a sabe. É um dinheiro que corre velozmente; os seringalistas apanham o financiamento no banco e compram, geralmente, os produtos em outras praças, como São Paulo,...

O Sr. Jorge Kalume — Circula menos de doze meses.

O SR. MÁRIO MAIA — Não é verdade? Então, o dinheiro chega, através do banco, e volta para os grandes centros, para São Paulo, para tornar São Paulo maior ainda, porque a circulação, dentro do Estado do Acre, é muito rápida e ele está relacionado apenas com o custeio e a comercialização. O dinheiro da comercialização também é muito rápido, o Acre quase que não auferesse benefícios.

O Sr. César Cals — V. Ex.^a concederia um aparte?

O SR. MÁRIO MAIA — Ouço V. Ex.^a, com muito prazer.

O Sr. César Cals — Nobre Senador Mário Maia, na realidade, V. Ex.^a faz uma denúncia que considero da maior gravidade: o Sr. Secretário Geral do Ministério da Fazenda, portanto Ministro Interino, na ausência do Ministro Dornelles S. Ex.^a é o Ministro, desconhece que o crédito para produtores de borracha está bloqueado no Ministério da Fazenda, sem ir ao Conselho Monetário Nacional, por falta de um parecer do Ministério da Indústria e do Comércio.

O SR. MÁRIO MAIA — Mais grave ainda, é que temos informação de que já existe o parecer do Ministério da Indústria e do Comércio, com o voto do Ministro da Indústria e do Comércio favorável. É mais grave, ainda.

O Sr. César Cals — Mais grave ainda. É preciso que esses homens assumam o Ministério, não fiquem só no discurso. O que se pode ver é que uma boa parte daqueles que fazem a Nova República ainda estão no tempo do discurso, eles têm que sair do discurso para a ação. Mas, quero adicionar à sua denúncia a minha sobre o mesmo assunto: é que no distrito agropecuário de Manaus há projetos em que os recursos já estão no Banco da Amazônia, o BASA, e que não são liberados porque há um bloqueio por sessenta dias para esses bancos operarem, como se os tecnocratas que estão na direção não soubessem que na parte agrícola há prazos limitados para se empregar esses recursos no plantio, sob pena de se perder uma safra ou todo um trabalho de longos anos. É incrível!

O SR. MÁRIO MAIA — O milho, por exemplo, é plantado e dá depois de três a quatro meses. Naturalmente, se V. Ex.^a for esperar quatro meses pelo dinheiro, o milho não será plantado e se for não é colhido.

O Sr. César Cals — Exatamente, também, com relação à borracha na manutenção dos seringais. Às vezes, fico um pouco desanimado em saber que muitos discursos e apelos já foram feitos aqui, neste Senado, para que essas medidas não fossem de caráter genérico. Acho que deve ser feito um estudo adequado à cada região e à cada cultura, não pode ser de caráter genérico.

O SR. MÁRIO MAIA — Exatamente.

O Sr. César Cals — Então, fazer discurso para dizer que vai combater a inflação sem recessão, isto está muito diferente da ação. A ação é, além da recessão, talvez um atraso enorme naquilo que já foi produzido ou naquilo que já foi semeado. De sorte que eu quero cumprimentar V. Ex.^a pela maneira prática como está fazendo essa denúncia, e entendo que nós deveríamos, principalmente os Senadores dessas regiões em desenvolvimento, chamar, convocar, nas comissões adequadas, como a de Assuntos Regionais, isso para não se convocar todo dia um ministro, mas convocar esses homens para que eles venham aqui conhecer a realidade, porque eles não vão conhecer nos seus gabinetes, além disso eles não vão conhecer porque não têm tempo para viajar, porque estão fazendo planos... Então, é preferível atravessar a Esplanada dos Ministérios e vir até o Senado e, nas comissões, conhecer a realidade através dos depoimentos dos representantes dessas regiões em desenvolvimento como a de V. Ex.^a. Era isto que eu queria acrescentar à oportuna denúncia de V. Ex.^a

O SR. MÁRIO MAIA — Agradeço o aparte de V. Ex.^a porque ele é puramente técnico. E a minha formulação também é uma formulação política, mas despida de qualquer outra intenção senão o exercício preciso da política no que diz respeito às nossas responsabilidades de Senadores da República, com relação aos problemas do País e, nas suas subdivisões, das respectivas regiões.

Como V. Ex.^a acentuou no seu aparte, é claro que os problemas de financiamento, de custeio e de comercialização do trigo, no Rio Grande do Sul, e da soja, no Sul e aqui no Cerrado; a comercialização agora da maçã, que começa a ser produzida em alta escala nos climas amenos e frios dos altiplanos de Santa Catarina, não pode ser na mesma época em que ocorre, na zona tórrida, tropical, de natureza heterogênea da Amazônia, o extrativismo da borracha, que é completamente diferente da pecuária, do extrativismo da lavoura do trigo e da soja do Sul. Ela tem um ciclo perfeito, medido e contado no tempo; pode ser planejada a produção da borracha, porque a natureza na Amazônia tem uma certa uniformidade, tem o período das chuvas e o período das secas. No período da estiada, o homem vai, se adentra na mata e, a partir do período que começa a escassear as chuvas, começa então o corte para a extração do látex, que vai de abril a outubro. Daí em diante já se torna difícil pelo próprio aspecto climático, pela própria manifestação da natureza. Assim, o seringueiro termina a faina da coleta da borracha pelo corte das madeiras, porque começam as chuvas torrenciais em que todo o dia chove e não adianta ir ao trabalho, porque a água ao descer pelos caules dilui, expulsa o leite das tigelas que estão na extremidade mais baixa do corte oblíquo sobre a árvore, fica como se chama na região aguado, ou completamente transformado em água.

Nessa época, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os próprios seringueiros aproveitam esse lapso de tempo durante a chuva — e a natureza aí é pródiga e o homem soube aproveitar a sua oferta — pois ao começarem as chuvas coincide que os ouriços das castanheiras estão maduros e começam a cair no mês de novembro e dezembro. Então, ele deixa de cortar a seringa e passa à coleta da castanha, faz o que se chama "quebrar a castanha", para aproveitar aquele tempo e não ficar ocioso.

É esta a intermitência do trabalho do amazônida na floresta: do extrativismo da borracha à coleta da castanha. Portanto, há um período definido, há datas quase precisas, senão meses bem específicos de quando se deve começar o corte da seringueira e quando se deve interromper.

Portanto, pode-se fazer um estudo objetivo, racional do financiamento dessas atividades que não podem ser desencontradas, financiar o seringueiro quando ele está em pleno corte, isto não tem sentido, é uma incoerência,

é um completo desconhecimento dos problemas da região. Eu até gostaria de dizer, para não ser anti-regimental, que é uma burrice, mas é uma falta completa de inteligência ou de conhecimento dos problemas da região.

Neste caso, se o Governo ouvir o nosso apelo, há de atentar para, no ano vindouro, planejar de uma maneira racional porque esse vício não é deste Governo agora, vem dos Governos anteriores e se projeta como uma sombra macabra neste Governo, os mesmos erros, as mesmas falhas, o mesmo descaso — projetar um modo do financiamento sair na época exata e adequada para o mister da exploração da borracha.

Sr. Presidente, com essas considerações, eu quero, por fim, para que não fique como um protesto, mas como uma advertência amarga, dramática, sofrida e dorida daquela nossa região, transformar essas minhas palavras, essas minhas críticas, que acredito, por mais acerbas que sejam, tenham a finalidade construtiva, transformar num apelo veemente ao Presidente do Conselho Monetário Nacional, que há de voltar agora, breve, no começo desta semana, das negociações da nossa dívida externa, o Ministro da Fazenda Francisco Dornelles, apelo dramaticamente para o Presidente do Banco Central, o Sr. Antônio Carlos Lemgruber para que S. S.^a faça desembasar rapidamente este processo, e chame os seus assessores para darem os pareceres competentes, para que a tramitação se faça com a maior urgência possível, porque a situação é de emergência, Sr. Presidente, semelhante à que está ocorrendo no Nordeste pela enchente, não tão com a dramaticidade das mortes por afogamento e a fome por falta de alimentos, mas a fome por falta de chegar os alimentos naquela Região, o que se equivale.

Faço um apelo veemente ao Sr. Secretário-Geral da Fazenda, o Sr. Ministro interino, Sebastião Marcos Vital, com quem estive há pouco, e me recebeu cortês e delicadamente, para que S. S.^a determine a seus assessores, que problemas como estes têm que ficar sobre a sua mesa para lhe dar pronta, cabal e precisa resposta aos Parlamentares — aos Deputados e aos Senadores do Governo — para que esses parlamentares possam vir à tribuna defender o Governo da Nova República, e não usarem da tribuna, constrangidamente, para criticar o Governo. Este seria o prazer, Sr. Presidente, que eu teria de estar na tribuna, elogiando o Governo, congratulando-me com o Governo com as providências que ele teria tomado quanto ao nosso apelo. Mas, infelizmente, eu me vejo nesta triste situação de estar criticando o Governo, embora construtivamente. E um apelo ao Sr. Dr. João Batista de Abreu que, fiquei sabendo, é o assessor do Conselho Monetário Nacional para assuntos dessa natureza, para que S. S.^a ajude a dar o parecer no voto do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, que já deu voto favorável, e coloque na pauta do dia 22, pelo menos, se o Sr. Ministro não der uma solução antecipada, o pleito dos 32 bilhões de cruzeiros.

Sr. Presidente, não é uma ameaça, mas se isso não acontecer, declaro que daquela data em diante começarei a ter desesperanças quanto à Nova República. Se assim acontecer, ela já estará muito mais velha do que o que se chama a Velha República.

Portanto, tem que se agilizar, tem que se tomar providências enérgicas nos casos de emergência.

Em Medicina, quando há doença, temos que tratá-la no menor prazo possível. Mas, quando o caso é uma emergência, não se discute. Quando é feito o diagnóstico de cirurgia de emergência, nem se pede outro exame; coloca-se o paciente na mesa e opera-se o paciente.

De modo que o caso do Acre é um caso de emergência. Tem que se dar uma solução imediata ao caso, senão o paciente falecerá por falta de tratamento adequado e decisão precisa e corajosa dos Srs. Ministros, que no caso,

são os médicos da economia da Amazônia, no que toca à produção da borracha.

Sr. Presidente, feitas estas considerações e estes apelos e imaginando que, desta vez, eles sejam ouvidos e que os assessores dos Ministérios presentes na Casa tenham ouvido o meu discurso e o levem ao conhecimento dos Ministros do nosso Partido, do nosso Governo e dêem uma solução ao caso, porque do contrário nós vamos começar a nos aborrecer; e como diz a gíria, lá no Norte, vamos começar a engrossar o caldo, Sr. Presidente.

O Sr. Virgílio Távora — Agora já é ameaça.

O SR. MÁRIO MAIA — Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Américo de Souza.

O SR. AMÉRICO DE SOUZA (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Numa época em que vemos tantos insucessos administrativos, empresas e conglomerados tidos como sólidos fracassarem ao sabor dos descabimentos dos seus administradores, é mister que exultemos quando uma empresa consegue completar seu 58º aniversário com sucesso.

Referimo-nos, Sr. Presidente, à VARIG — Viação Aérea Rio-grandense — que no dia 7 deste mês completou mais um aniversário de fecundas administrações.

Fundada em Porto Alegre, em 7 de maio de 1927, a empresa tem seu controle acionário exercido por seus próprios funcionários, através da Fundação Rubem Berta, criada em 1945.

Colocada em 14º lugar, entre as 125 companhias associadas à IATA, e em 1º lugar, entre as 19 companhias da América Latina, a VARIG, em 1984, faturou o equivalente a 1 bilhão de dólares — 258% a mais do que no ano de 1983.

Da fundação da empresa, em 1927, até o ano passado, os aviões da VARIG voaram 1 trilhão, 808 bilhões, 206 milhões, 890 mil km, equivalentes a 2.352 viagens de ida e volta à Lua. Transportaram com seus aviões, 66 milhões, 837 mil e 271 passageiros, voando um total de 3 milhões, 430 mil, 156 horas e realizaram um total de 1 milhão, 108 mil e 601 vôos.

Fundada por Otto Mayer, um sonhador alemão que veio aportar ao Brasil, e que não pôde dar continuidade ao seu sonho em face da deflagração da II Guerra Mundial, que impediu os alemães natos de dirigirem empresas no território pátrio.

O seu segundo presidente, Ruben Berta, homem dos mais lúcidos, probos e competentes administradores, sob cuja direção tive eu a honra de servir por cerca de 10 anos, como diretor da VARIG, Ruben Berta deu tudo de si, e num momento de iluminação da sua inteligência criou a Fundação dos Funcionários da VARIG, que veio a ser donatária de quase a totalidade das ações com direito a voto da empresa, e que mais tarde recebeu o nome de Fundação Ruben Berta, em homenagem ao seu falecido fundador.

O terceiro Presidente, Eric de Carvalho, que fora colega meu de administração da VARIG que, por quinze anos, dirigiu a empresa, expandindo as suas atividades para outros setores da economia criou a Empresa Tropical de Hotéis, que é proprietária do Hotel Tropical de Manaus, do Hotel Tropical de Santarém, do Hotel Planalto, em São Paulo, do Hotel das Cataratas, na Foz do Iguaçu, e de um hotel em João Pessoa. Com essa empresa, dando início a uma nova atividade, foi Eric de Carvalho que fez a empresa ingressar na era dos *Wide Body* comprando, inicialmente, os DC-10, com cujos aviões pôde concorrer em igualdade e superiores condições com as grandes empresas de todo o mundo.

O quarto Presidente e atual é Hélio Smidt, homem dos mais dedicados à empresa, há quarenta anos funcionário da VARIG. Hélio Smidt teve também a visão de expandir as atividades da VARIG para o setor financeiro; adquiriu parte das ações da Novo Norte Corretora de Títulos Mobiliários, e agora, recentemente, adquiriu o controle acionário de uma das empresas de investimento do grupo Brasilinvest e lhe deu já o nome de VARIG S/A Corretora de Títulos Mobiliários.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é esta a empresa que agora também conta com aviões do tipo Boeing 747, os conhecidos Jumbo.

O Sr. Gastão Müller — V. Exª permite um aparte?

O SR. AMÉRICO DE SOUZA — Com muito prazer.

O Sr. Gastão Müller — Como a Liderança do PMDB está no momento em minhas mãos, tenho que falar, e rapidamente, para congratular-me com V. Exª, como velho servidor da VARIG e com a própria VARIG pelo aniversário da empresa. A VARIG é uma doação do Rio Grande do Sul ao Brasil, e nós como fregueses da VARIG, como Parlamentares, sabemos quanto ela vale para as comunicações no Brasil, para o transporte de mercadorias, enfim, para que o Brasil se integre cada vez mais, como no caso específico nosso, do imenso Mato Grosso amazônico. De modo que congratulo-me com a Diretoria da VARIG, através de V. Exª, pelo seu sucesso, desejando que cada vez mais a VARIG se torne uma grande expressão da viação, não só nacional, mas de cunho internacional como já o é.

O SR. AMÉRICO DE SOUZA — Nobre Senador Gastão Müller, incorporo ao meu pronunciamento o aparte de V. Exª, que muito me honrou.

Mas dizia, Sr. Presidente, que a VARIG, uma empresa eminentemente nacional, administrada por seus funcionários, é um exemplo eloquente do quanto pode uma empresa ser vitoriosa dirigida por seus próprios funcionários. E a ofereço, Sr. Presidente, como um exemplo ao Governo Federal, para que ele possa ter na VARIG um espelho para a privatização de muitas das empresas estatais. Basta que se transformem essas empresas estatais para serem administradas por fundações de seus próprios funcionários, e tenho certeza de que o sucesso estará comprovado.

Ainda há pouco, num pronunciamento que fiz nesta Casa, sugeri que o Governo transformasse em fundação os Bancos Sulbrasileiro e Habitasul, porque tinha a certeza, como tenho, que na hora que entregarmos a direção dessa empresa à administração de seus funcionários que, por sua vez, também sofrem a fiscalização dos seus companheiros, tenho certeza de que o sucesso administrativo virá em seguida.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de destacar o elevado serviço público que a VARIG presta, independentemente da sua contribuição à nossa balança de pagamento, trazendo dólares do exterior cobrindo rotas para o Japão, para a Europa, para a África e para os Estados Unidos; é a VARIG coletora de divisas para minorar os nossos sofrimentos com os nossos déficits de pagamento.

Congratulo-me, Sr. Presidente, hoje na condição de Senador da República, e de apenas um admirador da empresa, à qual só me ligam laços de amizade e de fraternidade, congratulo-me com a direção da VARIG, na pessoa do seu Presidente Hélio Smidt e de todos os seus diretores. Desejo, portanto, neste pronunciamento, dizer ao Senado e à Nação, que temos uma empresa da qual podemos nos orgulhar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Alexandre Costa — João Castelo — José Lins — Carlos Alberto — Milton Cabral — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Albano Franco — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — Mauro Borges — Roberto Wypych — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Charelli — Alcides Sandanha.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Estou apresentando hoje à Mesa um projeto que trata do seguinte:

Institui a Semana Nacional da Democracia, cujo patrono é Tancredo de Almeida Neves.

Senador Gastão Müller.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criada a Semana Nacional da Democracia, tendo como patrono Tancredo de Almeida Neves.

Art. 2º Anualmente, entre os dias 15 e 22 de abril, em todo o País, os estabelecimentos de ensino público e privado, inclusive de nível universitário, cumprirão um calendário de comemorações através de palestras, conferências e debates destinados à exaltação dos valores e princípios democráticos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Quando a Nação ainda não se refez do duro golpe recebido da mão pesada do destino, expresso na fatalidade da morte de Tancredo Neves, venho, através do presente Projeto de Lei, propor ao Congresso Nacional a oportunidade de perenizar a memória do grande líder pelo renovado ensinamento dos princípios democráticos, sem dúvida, o seu dogma de vida.

É preciso que permaneça entre nós o eco sincero e forte da voz de Tancredo como quando disse no discurso de novembro de 1984 em Vitória, no Espírito Santo:

“De norte a sul do Brasil, estou pregando, em praça pública, a unidade nacional. Prego a concórdia, a construção do futuro, e não me prendo aos pesadelos do passado.”

Sua pregação teve êxito. O Brasil, depois dele, é um País cujo povo recuperou o entusiasmo cívico, que, espera e luta por um futuro de paz e de liberdade. Ao deixar o governo de Minas Gerais, em agosto de 1984, Tancredo afirmou:

“As alvoradas da liberdade não surgem como acontecimento natural. As manhãs da liberdade se fazem com a vigília corajosa dos homens que exorcizam com sua fé os fantasmas da tirania.”

Foi ele, principalmente, a partir daquele momento, o anunciador dessa alvorada. Vigilante corajoso, empunhou a arma da conciliação e inoculou em todos nós o fogo da sua fé, fazendo-nos entender que a construção do amanhã vale muito mais que a lembrança amarga do passado inglório. Consciente da fragilidade do regime militar, ao contrário de muitos, não fez da tribuna e da palavra os instrumentos da discórdia.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Exª um aparte?

O SR. GASTÃO MÜLLER — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Jorge Kalume — Quero louvar a iniciativa de V. Ex^a. Estou de pleno acordo com o projeto que está submetendo à consideração desta Casa. Mas devo dizer a V. Ex^a, como a nossa memória é fraca, — ouvi falar, a memória humana é fraca — quando da queda de Getúlio Vargas em 1945, que Eduardo Gomes foi o candidato da UDN e o Brasil todo aclamava Eduardo Gomes como o Líder da democracia, o inconfundível brasileiro que veio implantar a liberdade no Brasil. E como ficará Eduardo Gomes diante do projeto de V. Ex^a? Eu devo dizer que vou apoiar o projeto de V. Ex^a nas Comissões das quais faço parte e neste plenário. Mas, eu pergunto: e o que dizer do inconfundível, também estadista saudoso, hoje, Marechal Eduardo Gomes que também lutou, com lenço branco, pela democracia?

O SR. GASTÃO MÜLLER — Não tem nada a ver uma coisa com a outra. O Marechal Eduardo Gomes é patrono da Força Aérea Brasileira. Nós aprovamos o projeto e eu, inclusive, dei parecer na comissão.

Ele não foi um homem do mesmo nível, em termos de luta pela democracia, que Tancredo Neves, no momento.

O nosso eminente patrício, Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, expressou a vontade, na época, de um partido político do Brasil que foi derrotado, que não estava com a maioria, de um aspecto novo de liberdade após a ditadura Vargas.

Tancredo tem muito mais amplitude nacional, tem muito mais profundidade, sem diminuir os méritos do Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, que eu acho muito mais notável pelos serviços prestado ao Brasil, como aviador e como integrador do Brasil com a criação do CAN. V. Ex^a já pronunciou discurso sobre este assunto e eu até, também, fui orador, e trocamos apartes neste sentido.

Com todo respeito que tenho por Eduardo Gomes, pela sua memória, Tancredo Neves, na História Contemporânea, tem mais profundidade e mais altitude em relação ao Marechal-do-Ar.

Crítico feroz e mordaz, tinha, sempre, em primeiro plano dos seus discursos, a mensagem pragmática e serena a mostrar o rumo mais seguro na caminhada para o desenvolvimento. Político por natureza, fez do diálogo o elo pelo qual conseguiu realizar as mais difíceis articulações em vários momentos da vida nacional. Em nenhum instante, porém, se sabe de algum vacilo seu quanto à obediência aos princípios que adotara. E ele próprio assim se definia:

“Eu sou pragmático e conciliador na ação, mas ao mesmo tempo inflexível em matéria de princípios. Sempre que você transige em princípios, ganha num episódio, mas apenas num episódio. Perde em substância e permanentemente.”

Por isso, talvez, tenha conseguido o respeito e a admiração até mesmo dos mais ferrenhos adversários. Incapaz de um gesto ou uma expressão de descortesia, tinha, como poucos, à hora certa, a palavra exata para manifestar a inflexibilidade de um ponto de vista. A serenidade no debate, a segurança no diálogo, a firmeza nas decisões e a tranquilidade no ouvir, davam a dimensão do cidadão e do político para quem “não são os homens, mas as idéias que brigam”.

Acostumado às tensões e dificuldades de vários períodos da História nas últimas quatro décadas, descobriu as vantagens das decisões refletidas. Na sua prática política não havia lugar para a impetuosidade e os rompantes impensados. Fiel seguidor da máxima de Getúlio Vargas, “vamos deixar as ondas baterem e depois estudaremos a espuma”, Tancredo soube superar com sabedoria e dignidade todos os óbices que se apresentaram em sua longa vida de homem público. Por essas razões o preten-

demos patrono da Semana Nacional da Democracia, de cuja instituição objetiva este projeto de lei.

Ao propormos, entre 15 e 22 de abril, todos os anos, o cumprimento de um calendário de palestras, conferências e debates destinados à exaltação dos valores democráticos, queremos aproveitar as datas comemorativas ao descobrimento, à memória de Tiradentes e, naturalmente, a partir de agora, também à memória de Tancredo Neves, para permitirmos às gerações atual e futuras o conhecimento de fatos e de personalidades marcantes da nossa História.

O grande religioso, político e literato Dom Aquino Corrêa, afirmou certa feita.

Veja bem, Srs. Senadores, esta frase. Prestem atenção nesta frase de meu conterrâneo D. Aquino Corrêa, ilustres Senadores:

“O pessimismo é a tristeza sem esperança. O mal não é a tristeza, senão o desespero. (...) A tristeza tem o efeito artístico da sombra, mas, para isto, há mister combiná-la luminosamente com a esperança. (...) A mocidade é a mais bela encarnação da esperança, façamos uma literatura que a eduque e eleve, propinando-lhe, no vaso de ouro filigranado e terso das letras, não o veneno róseo da pornéia, nem os perrexis do erotismo fácil e enervante, mas sim as ambrosias e os néctares dos entusiasmos puros, das virtudes generosas, das crenças fortes, dos patriotismos sinceros e dos heroísmos que glorificam toda uma raça.”

A morte de Tancredo Neves enlutou o Brasil, mas a tristeza dessa hora não deve diminuir a nossa esperança. Ao contrário, a melhor maneira de homenagear um homem como ele, é, com certeza, difundir entre os jovens, geração após geração, o legado de suas idéias e do seu exemplo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral, por cessão do Senador Passos Pôrto.

O SR. MILTON CABRAL PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na madrugada de 8 para 9 de maio, quando estávamos reunidos no Congresso Nacional, votando aquelas propostas de emenda à Constituição, tomando decisões da maior importância para a redemocratização do País, chegou o momento de votarmos a respeito do voto do analfabeto. E eu tinha uma certa responsabilidade até naquele instante porque, na Comissão Interpartidária, tive a satisfação de ser o sub-relator dessa questão, e a oportunidade de apresentar à Comissão uma proposta de redação para essa emenda. Essa proposta foi aceita pela Comissão, e hoje está na Constituição através do voto dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores.

Mas lembrei-me também, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de um problema que surgiria com o voto do analfabeto. Ouvi alguns companheiros, Deputados e Senadores, lembrando a questão do alistamento desses milhões de brasileiros que estavam, naquele instante, recebendo a sua carta de alforria da cidadania nacional, e os custos que representariam para o alistamento desses milhões de analfabetos que agora podem ser eleitores. Na prática, nós sabemos que isso é uma realidade. Não vamos es-

conder os fatos. Então, naquela madrugada, recordei-me de que alguém já havia tratado desse assunto, alguém já havia previsto este problema, não, talvez, relacionado ao analfabeto, mas relacionado aos custos eleitorais e a facilitar o alistamento eleitoral. E esse alguém hoje estava na Presidência da República.

Recordei-me de que o então Senador José Sarney teria apresentado um projeto, e eu pedi, hoje pela manhã, que me conseguissem uma cópia deste projeto e resolvi endossá-lo, resolvi reapresentá-lo na íntegra, exatamente como foi apresentado há alguns anos atrás e já dei entrada deste projeto na Mesa.

Tem o seguinte teor:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 1985

Cria o Serviço Nacional de Alistamento Eleitoral e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todo brasileiro é obrigado a alistar-se para exercer o direito de voto, a contar do dia em que completar 18 (dezoito) anos de idade, na forma da Constituição, das leis federais e das instruções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 2º Os cidadãos que necessitem de auxílio para a locomoção, preparo de documentos legais, inclusive fotografia e dados de identificação, necessários à qualificação e inscrição como eleitores, receberão ajuda suficiente do Estado, por intermédio da Justiça Eleitoral.

Art. 3º É criado, como órgão permanente de apoio à Justiça Eleitoral, diretamente subordinado ao Tribunal Superior Eleitoral, o Serviço Nacional de Alistamento Eleitoral, para promover e superintender a inscrição do eleitorado.

Art. 4º O Serviço Nacional de Alistamento Eleitoral será exercido, em cada Município, por uma junta composta de três membros, presidida pelo Juiz Eleitoral, como membro nato, indicados os demais pelos dois partidos mais votados na Comarca, dentre cidadãos de notória idoneidade moral.

§ 1º Onde não houver Justiça Eleitoral, a presidência da junta caberá à mais alta autoridade judiciária local.

§ 2º Nas cidades onde existam mais de uma Zona Eleitoral, serão criadas tantas juntas quantas forem as zonas existentes.

§ 3º No ato da indicação de que trata o presente artigo, nomear-se-á o respectivo suplente.

§ 4º Em caso de vacância, novos membros serão indicados, na forma do caput deste artigo, para término do mandato.

Art. 5º Incumbe ao Serviço Nacional de Alistamento Eleitoral:

I — organizar o planejamento anual do alistamento eleitoral, no território de sua jurisdição;

II — tomar todas as providências necessárias ao alistamento, com a obtenção e preparo dos documentos exigíveis do eleitor, inclusive a feitura de fotografias e a elaboração dos dados de identificação;

III — providenciar o transporte dos alistados e seus preparadores.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta do Fundo Partidário.

Art. 7º O Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de 60 (sessenta) dias, baixará instruções regulamentando a aplicação desta lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Continuam plenamente atuais os argumentos apresentados pelo então Senador José Sarney quando, na Sessão de 20 de setembro de 1974, justificou, neste Plenário, a criação do Serviço Nacional de Alistamento Eleitoral, idéia que tentara transformar em realidade bem antes, quando se discutiu e votou, nesta Casa, Mensagem do Poder Executivo, estatuinto o transporte gratuito para os eleitores.

Na verdade, se o direito de votar é um dever cívico, deve o Estado ajudar o cidadão a cumpri-lo, quando certas exigências da própria legislação lhe exigem despesas a que não pode acudir, pela sua pobreza ou quase indigência.

Lembrava, naquela justificação, o atual Presidente da República que, ao exigir do indivíduo a obrigação do serviço militar, o Estado organizou o Serviço de Alistamento, sustentando o convocado na caserna, cumprindo-lhe, por igual, ajudá-lo a prestar serviço obrigatório do voto.

Aprovado o projeto, o eleitor financeiramente incapaz deixará de transferir as despesas do alistamento àqueles que julga mais necessitados do seu voto, coibindo-se a simonia eleitoral, que é um câncer da democracia representativa.

Nesse procedimento primário está a gênese dos famosos "currais eleitorais", denunciados no Brasil desde o pleito de 1945, como na incapacidade financeira do maior número se explica a razão de não representar o nosso eleitorado nem quarenta por cento da população, embora não possamos esquecer a incapacidade legal dos analfabetos. Lembro que isso é de autoria do então Senador José Sarney em 1974.

Advertia, naquela oportunidade, o Presidente José Sarney, a propósito da influência do poder econômico nos pleitos eleitorais, defluente, em grande parte, dessa reconhecida pobreza da maioria votante, lembrando, ademais, que apresentara, mais uma vez, a idéia da criação desses serviços nas últimas Convenções da ARENA. Lembro também que ele era Presidente da ARENA, na época.

Ao renovar esta Proposição, que nos pareceu irretocável na sua formulação e na sua justificação, esperamos que a maioria parlamentar, nas duas Casas do Congresso vencidas aparentes objeções constitucionais, aprove a presente Proposição que, de certo, não receberá veto do Presidente da República, que mantém reiterada fidelidade às instituições democrático-representativas no País e sabe que ela se fundamenta, iniludivelmente, no sufrágio universal, que significa a participação, nos pleitos eleitorais, da totalidade dos cidadãos habilitados a votar.

Sala das Sessões,

— Jutahy Magalhães.

Este o projeto com a justificação que apresentei hoje, Sr. Presidente, e espero contar com o apoio das Lideranças da Maioria e da Minoria, e da Comissão de Constituição e Justiça, muito especialmente, que poderá fazer as retificações necessárias, quando há um período, entre 74 e 78, do qual algumas mudanças foram efetuadas na lei, inclusive, o problema do voto dos analfabetos e o problema da filiação do eleitor que, hoje, não é mais apenas até os dezoito anos, ele já pode se alistar se completar os dezoito anos até à data da eleição.

Então, são apenas algumas pequenas modificações, inclusive a Comissão de Constituição e Justiça examinará o problema da inconstitucionalidade. Mas tenho certeza de que, na Comissão de Constituição e Justiça, todos os óbices serão ultrapassados, com certas modificações e certas adaptações que se fizerem necessárias. Vamos aproveitar o fato de estar na Presidência da República o autor desse projeto, que é da maior importância para que possamos inscrever e alistar quase 15 milhões de novos eleitores.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não, ouço V. Ex^a com todo prazer.

O Sr. Alberto Silva — Acho que V. Ex^a teve uma feliz idéia, uma feliz idéia de trazer ao conhecimento da Casa um projeto do atual Presidente da República. De uma coisa estamos certos, de que ele não será vetado, e teremos a oportunidade, aqui, de estudar o projeto, na certeza de que ele será aprovado. Evidentemente, pela descrição sumária que V. Ex^a fez, eu queria apenas acrescentar, aí, além das felicitações que trago a V. Ex^a por ter encampado esse projeto da mais alta significação política para o País, acrescentar que tivemos uma reunião no SERPRO, há cerca de uns 20 dias atrás, e aquele órgão que é dos mais respeitáveis deste País está interessado em ajudar a classe política e encontrar uma maneira de facilitar esse alistamento. A colocação feita pelo então Senador José Sarney, em colocar este Serviço Nacional de Alistamento, em ir dando, mais ou menos, a forma com que ele iria atuar, acredito que o SERPRO poderá trazer uma contribuição notável à execução prática da proposição do Senador José Sarney, hoje Presidente da República. Quero crer que V. Ex^a levando o projeto para as comissões e sendo membro de uma delas — eu sei — talvez fosse interessante convocar o Presidente do SERPRO, o Dr. José Dion Telles, um homem extraordinariamente competente e interessado nas coisas públicas, para dar uma ajuda. Eu até quero crer que ele vai propor eliminar fotografia, e arranjar uma outra maneira que a identifique. Porque sabe V. Ex^a que uma das fraudes que existem por aí é que a pessoa costuma dizer que aquela fotografia era de quando ela era nova, aos 18 anos, quando tirou o título; então essa pessoa, já com 40 anos, estará diferente, ao passo que colocar o dedo no lugar, e o SERPRO descobrindo uma maneira prática de ler a impressão digital, assim como o homem do caixa lê rapidamente a assinatura de alguém, então acho que uma máquina que leia a impressão digital dará segurança absoluta ao voto do analfabeto; é mais seguro a impressão do dedo do que a fotografia. Acredito que V. Ex^a traz à Casa uma enorme contribuição, ao ter encampado o projeto do Senador e Presidente José Sarney.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a, Senador Alberto Silva, e estou certo de que, como V. Ex^a, os outros companheiros apoiarão essa proposição, com as modificações — como disse — que se fazem necessárias. Eu quis apenas transcrever na íntegra o projeto, porque aí está lançada a idéia para ser aperfeiçoada, tornada factível, porque, como V. Ex^a havia declarado, também, estou certo de que não será vetado. E a idéia é muito importante. Hoje, então, mais do que nunca isso se faz necessário. Então vamos introduzir esse Serviço Nacional de Alistamento, para tranquilidade de todos os políticos brasileiros, principalmente os da nossa região pobre, que é a Região Nordeste.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, eram estas as considerações que desejava fazer sobre o assunto, esperando que este projeto não tenha o destino de tantos outros, que ficam dormindo nas gavetas dos Srs. Parlamentares.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Muito se tem discutido, ao longo dos anos, e muito se tem divulgado, por todo o território nacional, campanhas em favor de uma categoria trabalhadora, que considero marginalizada e esquecida pelo Poder Central.

Primeiro, Sr. Presidente, dizendo isso, gostaria, neste meu intróito, de dizer que o funcionário público brasileiro, que dá a grande contribuição para que o País possa se desenvolver, para que possamos dar o desenvolvimento pleno da Nação, continua sendo massacrado e marginalizado pelo Poder Central.

E agora, aproveitando esta pávida sexta-feira, gostaria de iniciar uma campanha, já que o assunto foi deflagrado pelo Ministro da Administração, e já que o assunto ganhou um espaço nas páginas de jornais, gostaria de iniciar, hoje, com a participação de todos os funcionários públicos, e com o apoio dos senhores políticos, a campanha pelo 13º salário do funcionalismo público brasileiro.

Gostaria de iniciar esta campanha com a participação de todas as associações de funcionários públicos do Brasil, para que os funcionários públicos neste novo Brasil, neste Brasil de esperança, neste Brasil da Nova República, neste Brasil de uma nova mentalidade política, neste Brasil de maiores liberdades, neste Brasil de democracia plena, o funcionário público é tolhido pela lei, não pode se manifestar, não tem o direito de greve, está algemado, tolhido, e ele não tem o direito de reivindicar; quem tem esse direito somos nós, e temos de reivindicar pelos funcionários públicos; primeiro, para que o Ministro do Trabalho possa promover, o mais depressa possível, uma reforma na lei sindical, para que os funcionários públicos tenham a condição de manifestação como todos os outros têm.

É necessário, Senador Virgílio Távora, tenho de fazer esta indagação ao Líder do Governo, Senador Alberto Silva, que é um particular amigo meu, por que o Governo obriga a empresa privada a pagar o 13º salário e ele não paga?

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^a permite um aparte? (Assentimento do orador.) Continuando a sua pergunta, por que a imensa maioria dos seus servidores recebe o 13º salário e somente os chamados estatutários, que constituem uma minoria pronunciadíssima, não têm direito a essa conquista que já se escreveu, de há muito, entre aquelas consagradas pelo Direito Trabalhista Brasileiro? No dia em que isto for explicado, poderemos passar adiante. Mas, no momento, dizer claramente: Não há a menor justificativa para dois procedimentos diferentes...

O SR. CARLOS ALBERTO — Há discriminação, não há?

O Sr. Virgílio Távora — ... dois tratamentos completamente diferentes, dispare, para pessoas que exercem, muitas vezes, a mesma função, tem os mesmos encargos e as mesmas responsabilidades.

O SR. CARLOS ALBERTO — O que estou vendo aí, nobre Senador Virgílio Távora, é que o Governo passou a divulgar o 13º salário dos seus servidores, mas, de imediato, o Ministro da Fazenda Francisco Dornelles, em entrevista, disse não ter caixa para que o 13º salário seja pago aos estatutários. É como diz o Senador, ex-Ministro, César Cals, tem caixa para 900 bilhões para o Sulbrasileiro, mas não tem caixa para fazer o 13º salário do estatutário.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Concedo o aparte ao eminente Senador Jutahy Magalhães, do Estado da Bahia.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a, eminente Senador Carlos Alberto, está trazendo um assunto do maior interesse, não apenas para nós que estamos aqui a ouvi-lo, mas para a classe do funcionalismo, que se estende por este Brasil afora. Gostaria de lembrar, dentro das inda-

gações que V. Ex^a vem fazendo, e recorro que nós aqui éramos representantes da maioria, até pouco tempo atrás, e recebíamos informações que as vezes nos obrigavam a tomar certas atitudes, muitas vezes antipáticas, mas dentro das informações que tínhamos, do interesse nacional, das possibilidades do Tesouro. Mas, vi que a partir da posse dos novos dirigentes, porque não gosto dessa expressão — já disse aqui — Nova República, aí me torno muito velho, porque nasci em 1929 e não sei mais como se chama a república de antes de 30, e não sei como vou ficar aqui...

O Sr. Virgílio Távora — A República Velha, a Pátria Velha!

O Sr. Jutahy Magalhães — Velha foi a que acabou, foram estes últimos vinte anos.

O Sr. Virgílio Távora — Mas esta era a designação de então, já acabou.

O SR. CARLOS ALBERTO — O Senador Virgílio Távora é do Estado Novo.

O Sr. Virgílio Távora — De antes.

O Sr. Jutahy Magalhães — Então, Sr. Senador, estamos vendo o quê? Na Câmara a Maioria, em acordo de liderança, votou o problema do Sulbrasileiro, a garantia de emprego para seus funcionários. Então há o quê? Uma linha de conduta nova que endosso; também tenho meus interesses nas questões sociais. V. Ex^a sabem que fui Presidente da Comissão de Legislação Social, portanto tenho o maior empenho em tratar desses assuntos e agora, está o novo presidente, aqui, juntamente conosco, Senador Alberto Silva e o que temos de fazer agora? Se hoje é possível darmos a um grupo de funcionários de uma empresa estatal, porque a nova empresa será uma empresa estatal, garantia de emprego, por que vamos deixar, então, surgir um grupo privilegiado? Temos de defender aqui a garantia de emprego para todas as empresas estatais. Vamos defender a igualdade de tratamento para todos os empregados de estatais do Brasil e V. Ex^a pode tomar esta bandeira para defender também a igualdade do 13º salário para os funcionários públicos, já que hoje existe recurso para tanto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Agradeço o aparte de V. Ex^a que é por demais salutar para este meu pronunciamento e o encargo para que possa, então, servir de advertência para o Governo Federal as colocações que V. Ex^a, muito bem fez acerca do funcionalismo.

O Sr. César Cals — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Quero aqui, Senador César Cals, fazer uma colocação e gostaria de que ficasse nos Anais como uma advertência. É que esta bandeira do funcionalismo público federal, início na tarde de hoje e todas as semanas aqui estarei pedindo o 13º salário do funcionalismo público. E tem mais, vou viajar o Brasil inteiro, visitando todas as associações representativas para que possamos colher manifestos de apoio, Sr. Presidente e possamos, então, levar ao Governo Federal e às autoridades competentes, essa exigência nossa, porque entendo que só poderemos conquistar o 13º salário para o funcionalismo público se conseguirmos conscientizar toda a categoria para uma mobilização nacional. Não é que o Senador Carlos Alberto já esteja aqui pregando movimentos que provoquem o Governo, mas estou pregando aqui a conscientização da categoria, para que possamos, com a conscientização de todos, e com todos mobilizados no Brasil, conquistar esse direito, porque não podemos admitir essa discriminação.

O Governo obriga, exige e fiscaliza a empresa privada.

O Governo paga a alguns do próprio Governo, mas não paga aos estatutários. Por isso mesmo, pergunta-

mos: por que tal discriminação, por que o Governo obriga a empresa privada a pagar e ele não paga, nobre Senador Lenoir Vargas? Esta é a grande indagação. E vou conclamar as associações do Brasil inteiro para que remetam ao Congresso Nacional, aos Senadores do Governo, aos Senadores da Oposição, aos Srs. Deputados, manifestos cobrando a posição de cada um, para que assim possamos fazer justiça ao funcionalismo público federal, aos funcionários públicos estaduais, a todas as categorias, nos diversos Estados da Federação, para que possamos dar aos nossos servidores maior tranquilidade.

Dizem que o Governo não tem dinheiro para pagar, mas, um dia desses, conversando com um técnico, ele me dizia: Senador, se não tem, poderia até se fazer assim. E... mostrou-me, por a+b, que o Governo tem condições, e inclusive que o 13º salário poderia ser feito através de pagamento mensal, a exemplo do FGTS, depositando em conta e rendendo juros e correção monetária para o servidor.

O Sr. César Cals — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Com muito prazer, Senador César Cals, V. Ex^a que é um dos mais atuantes e brilhantes Senadores desta Casa e que, com a experiência de ex-Ministro, vai trazer contribuições para o meu pronunciamento.

O Sr. César Cals — Prezados companheiro, Senador Carlos Alberto, V. Ex^a, hoje, iniciou uma campanha que acho das mais justas, e pode me alistar como soldado dessa sua campanha. O pronunciamento de V. Ex^a deu ocasião a que o Senador Virgílio Távora colocasse alguns outros aspectos, que também foram complementados pelo Senador Jutahy Magalhães. Na realidade, não é possível que haja discriminação entre servidores públicos do mesmo governo. Todos sabem que o servidor público é de fato o instrumento da eficiência da máquina governamental. Por que razão o servidor das estatais tem 13º salário e o servidor estatutário não tem? Foi a indagação do Senador Virgílio Távora: o Senador Jutahy Magalhães também lança outro aspecto: por que a diferença de nível de remuneração, se todos fazem a mesma coisa? É incrível que a máquina governamental chegue ao ponto de usar o artifício de criar empresas prestadoras de serviço para fazer o mesmo que os outros estatutários fazem.

O SR. CARLOS ALBERTO — É verdade.

O Sr. César Cals — No caso do Ministério das Minas e Energia, eu encontrei toda uma estrutura de apoio ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica pela CAEB, Companhia Auxiliar de Empresas Brasileiras. Então, cria-se uma empresa para burlar a própria lei. Mas vai muito além, ainda, a discriminação; as empresas estatais têm as suas fundações que dão assistência médica, escolhem médicos, complementam a aposentadoria, e o estatutário não tem nada que possa complementar esse outro tipo de assistência social. Então, o aspecto é de que o primo pobre do Governo é o estatutário...

O SR. CARLOS ALBERTO — É realmente o primo pobre.

O Sr. César Cals — ... pessoas que têm o seu vizinho fazendo a mesma coisa, com uma remuneração mais alta, podendo escolher o médico, tendo toda uma série de assistência. No Ministério das Minas e Energia, procurei sanar esse aspecto, criando o Programa de Assistência ao Servidor do Ministério das Minas e Energia, com a contribuição das estatais. Mas saiba V. Ex^a que o Ministro estava quase de bandeja na mão para que as estatais, que gastam trilhões de cruzeiros, pudessem dar 50 milhões por ano, para um programa mínimo de assistência, a fim

de complementar aqueles casos de urgência das famílias dos funcionários. Acho que este é um assunto de muita importância para o Brasil, porque influi na eficiência dos funcionários, para que eles tenham a tranquilidade de que suas famílias não estão sendo injustiçadas. Não é possível que um servidor CLT tenha todo um tratamento de primo rico e o outro tenha todo um tratamento de primo pobre. Creio que V. Ex^a não poderia ter sido mais oportuno nesse seu pronunciamento e nessa campanha.

Acho que nós que temos experiência, já vimos esses assuntos, como os Senadores que têm uma larga experiência aqui no Senado, devemos unir as nossas vozes. Creio até que o Senador Alberto Silva, na Liderança do Governo, também viveu isso no Estado, quando empresas como a CEPISA — Centrais Elétricas do Piauí, ou outras estatais daquele Estado tinham uma remuneração muito maior do que as empresas dos órgãos da administração pública estadual. Qual é o estímulo para esse homem trabalhar? Todos dizem que ao mesmo trabalho — e esse é um princípio de lei — deve corresponder uma igual remuneração. Então, creio que os membros da Comissão de Constituição e Justiça devem, também, examinar se é legal, se é constitucional que o mesmo Governo empregue dois homens, um CLT e outro estatutário, fazendo o mesmo trabalho, com remunerações diferentes. Creio que isso fere o princípio da Constituição. Cumprimento V. Ex^a e acho que é oportuno essa campanha que procurarei apoiar em todos os Estados do Brasil.

O SR. CARLOS ALBERTO — Muito obrigado, Senador.

O Sr. Jorge Kalume — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Concedo o aparte ao nobre Senador Jorge Kalume.

O Sr. Jorge Kalume — Eu não sei se a minha voz é mais distante...

O Sr. Virgílio Távora — Mas não menos vigorosa e eloquente.

O SR. CARLOS ALBERTO — Pode ser a mais distante, mais é das mais importantes.

O Sr. Jorge Kalume — ... mas o vigor, o desejo que bem se diz é tão forte quanto os mais fortes deste País. V. Ex^a trouxe um assunto fundamental. Eu tomei conhecimento, ainda no ano passado. Ministros da Velha República, como se convencionou chamar também o que se passou, já estavam tratando desse assunto, no sentido de estender esse benefício...

O SR. CARLOS ALBERTO — É verdade.

O Sr. Jorge Kalume — ... aos demais funcionários que não tiveram essa sorte. Mas como a Velha República perdeu nas votações, acredito que os responsáveis, hoje, pela Nova República, que são elementos do passado,...

O SR. CARLOS ALBERTO — É evidente.

O Sr. Jorge Kalume — ... tenham a mesma sensibilidade de seus colegas de ontem, e venham ao encontro dos servidores públicos, dando-lhes o 13º salário. Já estou também cogitando disso. Vou fazer, se V. Ex^a não o fizer, uma emenda constitucional sobre esta matéria. Mas, já que V. Ex^a deflagrou, se antecipou, eu quero agora ser o seu auxiliar.

O SR. CARLOS ALBERTO — Eu agradeço a V. Ex^a

O Sr. Jorge Kalume — Eu estou engajado nessa campanha meritória e de cunho social dos mais relevantes. Parabéns a V. Ex^a

O SR. CARLOS ALBERTO — Muito obrigado, Senador Jorge Kalume, pelo seu engajamento. Entendo que todos nós devemos, no Senado, todos os dias, através de um Senador da República ou, pelo menos, uma vez na semana, fazer um pronunciamento a favor do 13º salário. É a campanha nacional, porque com a tomada de posição e a participação de todo o Senado, é evidente que nós estaremos motivando os servidores públicos da União a se manifestarem, a se pronunciarem acerca da matéria. Não tenho menor receio de dizer que eu poderia até ser enjoativo, poderia até, certos dias da semana, falar sozinho, mas vou garantir que todas as semanas aqui estarei no plenário do Senado Federal — e faço bem explicado como o faz o Senador Virgílio Távora — estarei cobrando o 13º salário e fazendo a campanha de mobilização nacional.

O Sr. Lenoir Vargas — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Com muita honra, nobre Senador Lenoir Vargas.

O Sr. Lenoir Vargas — O meu aparte é apenas para solidarizar-me com V. Exª que neste momento lança essa campanha nacional em favor do 13º salário para o funcionário público federal. Acredito que V. Exª vai ter êxito na sua campanha, porque estamos verificando que os novos dirigentes da República já estão encontrando recursos substanciais para aplicar nos seus programas de ação, e vão também chegar a esse ponto que V. Exª está defendendo, o 13º salário. É verdade que parte desses recursos, pelo que estamos tomando conhecimento, é retirada dos lucros das empresas estatais, lucros esses que representavam a remuneração aos acionistas das respectivas empresas. Mas sabemos que alguns desses lucros já estão sendo absorvidos por um tipo de política do atual Governo da República, de modo que, possivelmente, as ações das suas empresas, que eram rentáveis e que eram valorizadas, dentro de pouco tempo vão começar a deixar de ter essa valorização, porque esses recursos estão servindo para sustentar a política do Governo. De modo que os recursos existem com essa nova maneira descoberta pela Nova República.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Carlos Alberto?

O SR. CARLOS ALBERTO — Agradeço o aparte de V. Exª, e concedo o aparte ao nobre Senador pelo Estado do Piauí, a voz do povo, ex-Governador, Senador da República, e com grande prestígio nacional, certamente com prestígio maior junto ao Governo Federal, porque V. Exª tem sido aqui um dos baluartes. E vou ao Piauí reunir-me com os Servidores Públicos do Piauí, para trazer também o manifesto de apoio do Piauí.

O Sr. Alberto Silva — Será uma honra para mim a presença de V. Exª no meu Estado.

O SR. CARLOS ALBERTO — Também, em chegando ao Piauí, se me perguntarem quem é o meu candidato a Governador, direi que o meu candidato a Governador é V. Exª.

O Sr. Alberto Silva — Veja V. Exª como encontro no Partido de Oposição um sustentáculo tão grande quanto a palavra desse jovem tribuno que empolga o Senado nesta tarde.

O Sr. Jutahy Magalhães — Pelo que estou sabendo, o sustentáculo não será só dele, não.

O Sr. Virgílio Távora — Estamos vendo que é de muita gente mais.

O SR. CARLOS ALBERTO — Veja que eu já lancei a candidatura de V. Exª ao Governo do Piauí.

O Sr. Jorge Kalume — V. Exª tem a unanimidade desta Casa!

O Sr. Alberto Silva — Eu agradeço essa manifestação. Até parece que estão formando um complot. Pelo que estou vendo, V. Exªs não desejam que eu responda ao discurso do nobre e dinâmico Senador pelo Rio Grande do Norte. Acho que essa tarde é especial e até me sinto satisfeito de ter vindo ao plenário, imaginando que os Líderes do meu Partido estavam aqui e, por coincidência chego e assumo esta Liderança sozinho contra aguerridos companheiros, começando com a juventude do brilhante Senador do Rio Grande do Norte. Mas deixe primeiro terminar a rodada de apartes. Uma rodada interessante, brilhante, da qual recolho alguns ensinamentos. O primeiro deles é que o Senador Lenoir Vargas descobre algo que eu ainda não havia me concentrado, que a Nova República, como V. Exª chamou, que ainda não tem dois meses de funcionamento descobriu que os lucros das estatais eram transferidos para os seus próprios dirigentes e que tomou uma medida, na minha opinião, saneadora de transferir esses recursos que iam para alguns privilegiados, para fazer parte agora do pagamento de outros programas do Governo, a começar pelos programas sociais como anuncia o nosso Presidente José Sarney, que começa com o programa social. Mas o que me causa espécie, nobre Senador Carlos Alberto, é o seguinte. Durante vinte e um anos, o Governo que se instalou no País, em 1964, procurava corrigir distorções que vinham da República que não se sabe mais se é aquela pátria velha, ou República velha, mas a república que terminou com seu João Goulart, e que tinha uma determinada inflação, mas eu me recorro bem que eram pouquíssimas as estatais que existiam no País. O grosso mesmo era o funcionalismo público no seus diferentes ramos de atividade na máquina administrativa do País. Foi o Governo de 1964 que, entendendo que muitos dos serviços precisavam ser geridos por uma outra espécie de administração, criou as estatais. E foi criando...

O Sr. Virgílio Távora — Certíssimo, aliás.

O Sr. Alberto Silva — ... criando até que hoje são setecentas e tantas. E algumas se tornaram tão grandes que viraram monstros quase que incontroláveis. O nobre Senador César Cals, que hoje também fez parte da rodada de apartes, disse-nos que no seu Ministério existiam estatais e fundações para suprir serviços que deveriam ser atribuídos ao funcionário público. A tese do 13º salário, nobre Senador Carlos Alberto, é absolutamente defensável. E acredito que o nosso partido vai adotá-la, vai talvez até empolgar mais depressa do que a campanha de V. Exª, porque os homens que estão aí entrando no Governo, alguns que pertenceram ao Governo anterior e que naturalmente num determinado momento o deixaram, e passaram quase a fazer oposição ao Governo que terminava, esses homens sentiram lá a necessidade dessa providência...

O Sr. Virgílio Távora — A começar pelo primeiro mandatário da Nação...

O Sr. Alberto Silva — Certamente que ele, conhecendo como conheceu, e que nada pôde fazer — é o que eu suponho — que os nobres Senadores que hoje estão na Oposição devem ter tido vontade de apresentar uma proposição de 13º salário. Mas o Governo que tinha um A-5 na mão não permitia que o seu Partido tomasse a providência que V. Exª toma hoje, com toda a desenvoltura e aplauso nosso.

O SR. CARLOS ALBERTO — Muito obrigado!

O Sr. Alberto Silva — Quer dizer, durante vinte e um anos...

O Sr. Virgílio Távora — Vinte anos, onze meses e dezesseis dias, não vinte e um anos.

O Sr. Alberto Silva — ... o Partido que sustentou o Governo não teve forças ou não quis apresentar uma proposição concedendo o 13º salário para o funcionalismo público. Logo, nobre Senador Carlos Alberto, esta rodada de apartes não acrescenta nada à sorte dos funcionários públicos, porque V. Exªs sustentaram o Governo que terminou em 15 de março durante 21 anos, e não puderam, ou não quiseram, trazer à discussão pública o 13º salário para o funcionalismo público.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte Senador Carlos Alberto?

O Sr. Alberto Silva — Creio que V. Exªs, levantando esta questão hoje, estão pagando uma dívida que ficaram a dever ao povo e ao funcionário público, porque, repito, ou não quiseram ou não puderam. Eu prefiro dizer que não quiseram.

O Sr. César Cals — V. Exª está sendo injusto, porque, na realidade...

O Sr. Alberto Silva — Creio que o nobre Presidente não permitiria um aparte paralelo. V. Exª já fez e deu o seu aparte. Eu apenas estou dando, aqui, o meu aparte; não estou defendendo que não se deva dar, pelo contrário, eu estou me engajando na proposição do nobre Senador Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO — Claro, Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — E mais, agora, quero crer que V. Exªs não têm razão, quando colocam numa jovem Nova República, que não tem dois meses ainda completos, a responsabilidade de resolver um problema que, durante 21 anos, V. Exªs não puderam ou não quiseram resolver. Mas, de já, como Líder do meu Governo, nesta tarde, eu quero dizer a V. Exª que nós vamos trabalhar para que o 13º salário saia, talvez nem tanto pelo entusiasmo e pela pressão do nobre Senador pelo Rio Grande do Norte, mas pela conveniência do Governo que prepara um projeto de lei com base no social, e uma das primeiras providências será atender o funcionalismo público, com o 13º salário, tenho certeza nobre Senador.

O SR. CARLOS ALBERTO — Gostaria de colocar, aqui, uma frase do ex-Presidente que não chegou a assumir, Tancredo Neves. Sua Excelência, em sua entrevista na Câmara dos Deputados, a todos os homens de imprensa do mundo inteiro, quando perguntaram sobre o passado, disse: "Vamos esquecer o passado. O que nos interessa é o futuro." Veja só. V. Exª disse que a Nova República está muito nova, com dois meses de gravidez. Mas veja que ontem, na Velha República, eu não poderia aqui jamais dizer que Alberto Silva é o meu candidato preferido ao Governo do Estado do Piauí.

O Sr. Alberto Silva — Agora pode.

O SR. CARLOS ALBERTO — Mas anteontem, uma emenda constitucional me deu o direito de poder, nesta tarde, dizer da minha simpatia por V. Exª e dizer que V. Exª é o nosso candidato. Por quê? Até por que a Nova República me concedeu esse direito, ou seja: o adultério ideológico. Eu sou do PDS, V. Exª é do PMDB, mas eu me sinto feliz em poder pronunciar o nome de V. Exª como preferido nosso. Então, veja que a Nova República nos deu também o direito de, como Tancredo Neves, esquecer o passado e buscar o presente em torno de um futuro. Agora podemos dizer: precisamos fazer com que o funcionalismo público receba o 13º salário.

O Sr. Alberto Silva — Eu me associei ao eminente Senador do Rio Grande do Norte.

O SR. CARLOS ALBERTO — Então, quero colocar para V. Ex^a exatamente isto: quando falamos em Nova República, não que a Nova República venha resolver com dois meses, ou amanhã, um problema. Precisamos esquecer o passado, porque, se formos aqui focalizar todos os dias do passado, não cuidaremos do futuro. E o que precisamos é exatamente buscar o futuro para este País. O que precisamos é do engrandecimento desta Nação, como um todo, com a participação de todos. E aí estão as reformas feitas para que possamos dar essa contribuição. Por isso, peço a V. Ex^a, data venia, a atenção que V. Ex^a me merece, tenho um carinho muito especial por V. Ex^a,...

O Sr. Alberto Silva — Muito obrigado a V. Ex^a!

O SR. CARLOS ALBERTO — ... desde o meu tempo de jovem Vereador no Rio Grande do Norte, já era sabedor da sua atuação e, por isso, coloco-me sempre como profundo admirador de V. Ex^a...

O Sr. Alberto Silva — Muito obrigado e, creia, a recíproca é verdadeira.

O SR. CARLOS ALBERTO — Então, espero que V. Ex^a esqueça o passado. Vamos banir o passado. Até porque eu não tenho muito comprometimento com o passado. Eu não participei de 64. Nessa época, eu ainda estava nos bancos escolares, como menino estudante que era. Não fui responsável pelo sistema que se implantou no País. Mas, se quiser comprometer 64, aí, com todo apreço que tenho por V. Ex^a V. Ex^a tem muito mais comprometimento com o regime passado do que este seu colega, amigo, humilde Senador do Nordeste.

O Sr. Alberto Silva — Igualmente!

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a me concede um aparte?

O Sr. Lomanto Júnior — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS ALBERTO — Concedo, primeiramente, ao Senador Jutahy Magalhães, e depois, gostaria de ouvir esta voz ativa da Bahia, o Senador Lomanto Júnior.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Carlos Alberto, eu gostaria de dizer — e tenho que relembra um pouco o passado — que, na última Mensagem de aumento do funcionalismo, o DASP teve a oportunidade de mostrar estudos que estavam sendo realizados pelo Governo passado a respeito do 13º salário para o funcionalismo público. Estavam estudando realmente para tentar chegar a uma conclusão. Fizeram esforços, mas não conseguiram. Pelos problemas financeiros da época, não conseguiram atribuir esse benefício ao funcionalismo. Aí, eu discordo do Senador Alberto Silva, quando diz que não quiseram. Quiseram, só que não conseguiram. Relamente, não conseguiram. Mas, se ficarmos, aqui, a cada instante, lembrando o passado, com "V. Ex^as têm responsabilidades...", começaríamos, em primeiro lugar, a ver quantos anos são da responsabilidade de muitos companheiros que estão do lado de lá. Uns têm a responsabilidade de 14 dos 21 anos; outros têm a responsabilidade de 20 dos 21 anos; então, o Presidente da República, que era Presidente do nosso Partido até pouco tempo, se nós não quisemos, S. Ex^a é quem não queria. Nós éramos obedientes seguidores do Presidente do nosso Partido.

O SR. CARLOS ALBERTO — Evidente.

O Sr. Jutahy Magalhães — Então, está na hora de Sua Excelência, na Presidência da República, colocar em exe-

cução o Programa do nosso Partido, que talvez seja o melhor de todos os programas, e que Sua Excelência não quis, ou não pôde — vamos aqui asperar as palavras do Senador Alberto Silva.

O SR. CARLOS ALBERTO — S. Ex^a participou da elaboração do programa, não é Senador?

O Sr. Jutahy Magalhães — S. Ex^a ou não quis ou não pôde, prefiro dizer, ao contrário do Senador Alberto Silva, que S. Ex^a não pôde, — o Senador Alberto Silva diz que S. Ex^a não quis, mas temos que dizer S. Ex^a não pôde — não conseguiu chegar a trazer os benefícios sociais que todos nós proclamamos em nosso programa partidário e que defendemos em nossa ação parlamentar. Agora, como eu disse anteriormente, tínhamos, muitas vezes, informações dos responsáveis pela área financeira do nosso Governo que não permitiam que tomássemos certas posições devido à situação momentânea por que o País atravessava. Se hoje as informações são outras e vemos pelas posições que a maioria está tomando, temos que aplaudir isso e, em vez de pensarmos no passado, como diz V. Ex^a, vamos pensar no futuro e vamos trabalhar todos juntos para pagarmos essa tremenda dívida social que todos temos para com o País e com a sociedade brasileira.

O SR. CARLOS ALBERTO — Tenho a certeza de que, a partir de agora, o Senador Alberto Silva vai esquecer o passado e vai buscar só o futuro, porque é no futuro que S. Ex^a poderá consagrar o seu intento político.

Eu gostaria de dar primeiro o aparte ao Senador Lomanto Júnior, para que, depois, pudesse voltar para V. Ex^a.

O Sr. Lomanto Júnior — Na verdade, nada tenho a acrescentar ao brilhante e oportuno pronunciamento de V. Ex^a...

O SR. CARLOS ALBERTO — Muito obrigado.

O Sr. Lomanto Júnior — ... porque os meus colegas Jutahy Magalhães, César Cals, Jorge Kalume, Virgílio Távora e o próprio Líder da Oposição, o Líder do Governo, meu prezadíssimo amigo Alberto Silva, todos foram acordes com a essência do seu pronunciamento nesta tarde. Efetivamente, há uma dívida muito grande do País para com o funcionalismo público, como também com o trabalhador rural. Nós vimos um projeto vetado, de autoria...

O SR. CARLOS ALBERTO — Do mais alto alcance social.

O Sr. Lomanto Júnior — ... de um dos Senadores de maior proeminência do PMDB, aliás, projeto que também subscrevi, do Senador Álvaro Dias. Esse projeto foi vetado. E o que ele concedia? Era exatamente uma pensão à viúva do trabalhador rural, uma pensão de 50% do salário mínimo, se não me engano. Enfim, era um benefício...

O SR. CARLOS ALBERTO — Era o auxílio-doença.

O Sr. Lomanto Júnior — ... dos mais desejados, dos mais justos, que nós poderemos imaginar para aquela classe laboriosa do trabalhador do campo. Pois bem, vetaram o projeto. Nós esperamos que esse 13º salário venha a ser uma realidade, o quanto antes, porque realmente é uma necessidade que tem o funcionalismo, não é justo que ele também não tenha essa participação já hoje instituída para vários setores, para vários segmentos da nossa sociedade. Pois bem, agora não insista V. Ex^a muito neste problema de passado e presente, porque V. Ex^a sabe que é difícil, hoje, fazer uma espécie de fronteira en-

tre o passado e o presente. Se nós analisarmos as figuras humanas, as figuras proeminentes da vida pública brasileira, não saberemos se eles são do passado ou do presente.

O SR. CARLOS ALBERTO — Concorde com V. Ex^a e com o Senador Jutahy Magalhães. Por isso fiz ver que o Presidente Tancredo Neves, talvez preocupado com o passado de muitos dos seus companheiros, teve que colocar logo naquela entrevista para o mundo que era necessário esquecer o passado e se buscar o futuro e o presente. Então, acho que nós devemos colocar no tabuleiro da discussão somente o futuro. E o futuro é o que nos interessa. E o que nos interessa muito nesta hora presente é o 13º salário do funcionalismo, até o próprio Ministro da Administração, que é do meu Estado, já se pronunciou favorável. Agora, é evidente que teremos que buscar mecanismo de apoio que o Governo Federal possa, então, sentir também essa necessidade.

Gostaria de, antes do aparte de V. Ex^a, nobre Senador Alberto Silva, já que a minha frente está um expert em economia, que é o Senador Virgílio Távora, gostaria, Senador Virgílio Távora, de fazer uma indagação a V. Ex^a. Não seria o caso, nessa sugestão que me foi oferecida, e V. Ex^a que é um expert no assunto, então, quem sabe, não pudesse dar maiores luzes a essa sugestão, de o 13º ser pago em parcelas mensais, depósito em banco, como o FGTS, que é feito com o depósito mensal e com a correção monetária e o juros, que seria convertido, e o servidor público estatutário receberia o seu 13º corrigido.

O Sr. Virgílio Távora — Sem a menor sombra de dúvida. Vamos aos números, rapidamente.

O SR. CARLOS ALBERTO — Exatamente. Eu quero receber lições de V. Ex^a.

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^a não recebe lição de ninguém.

O SR. CARLOS ALBERTO — A partir de agora, quero ficar "rouco" de ouvir V. Ex^a.

O Sr. Virgílio Távora — Vamos supor, mesmo, que todos esses 38 trilhões da reformulação orçamentária, apresentada pela Nova República, como pessoal, fosse todo de pessoal estatutário; um mês, seria ordem de grandeza de 3 trilhões e alguma coisa, o que não é; dividido isso em doze, ter-se-ia 300 bilhões por mês. O que são 300 bilhões por mês numa parcela de 38 trilhões? O que são 300 bilhões por mês numa receita — dados do Governo — de 120 trilhões de cruzeiros? Trezentos bilhões por mês, sem fazer demagogia, é um terço do que, oficialmente, diz o Governo que vai aplicar na solução do caso de 24 mil servidores.

O SR. CARLOS ALBERTO — Neste caso, um terço.

O Sr. Virgílio Távora — É para dar, apresentando a V. Ex^a, a ordem de grandeza do que isto significa dentro de um conjunto tão grande.

O SR. CARLOS ALBERTO — E o que isso representaria, Senador Virgílio Távora, em torno de um depósito mensal para o servidor; inclusive, com uma correção em conjunto?

O Sr. Virgílio Távora — Seria justamente uma capitalização que o servidor teria, como o PIS e o PASEP, e, vamos falar claro, com muito mais valor do que o próprio PIS e PASEP, conforme o caso.

O SR. CARLOS ALBERTO — Aí está, Senador Alberto Silva, e eu gostaria que V. Ex^a levasse essa sugestão, porque estaremos, também, colocando-a em debate, a do depósito mensal do 13º salário do servidor público

para que ele possa receber com juros e correção monetária. Quem sabe V. Exª poderá, também, dar-nos algumas sugestões, ou até aprovar — quem sabe — a idéia.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador Carlos Alberto, voltando a esse aparte, e pedindo desculpas porque o discurso de V. Exª já se alonga, em virtude dos sucessivos outros apartes que apareceram, ao encerrarmos essa agradável e utilíssima discussão, gostaria de dizer que V. Exª traz à consideração dos nobres Senadores um assunto palpitante, que é o interesse do funcionalismo. Realmente, uma classe que vem tendo os seus salários mais do que comprimidos, tão defasados da realidade que, talvez, de toda a classe assalariada, seja a mais infeliz de todas, porque nem a correção que se estabelece quando se concede o aumento do salário mínimo, esse aumento não é dado ao servidor público, é muito abaixo da inflação. Por isso, V. Exª tem toda a razão em trazer um tema tão palpitante. Apenas eu gostaria de colocar bem a minha posição. Na verdade, nós todos aqui somos responsáveis pelo futuro desta Nação, como vínhamos sendo antes, sendo governo ou oposição, nem por isso, nós deixamos de ser representantes do povo.

O SR. CARLOS ALBERTO — Claro.

O Sr. Alberto Silva — Quero fazer um parêntese ao agradecer V. Exª as palavras elogiosas e simpáticas dirigidas a minha pessoa, como representante do meu Estado, e eu quero devolver que a simpatia é recíproca, ao tempo em que posso, com toda clareza, dizer, neste plenário, que V. Exª não só é um talentoso representante do Estado do Rio Grande do Norte, como V. Exª, realmente, rompeu...

O SR. CARLOS ALBERTO — É muita generosidade de V. Exª

O Sr. Alberto Silva — ... com qualquer tipo de ligação partidária. V. Exª é fruto do seu talento pessoal, do seu trabalho em favor do seu povo e dos mais desfavorecidos da sorte. Foi aí onde V. Exª se projetou no seu Estado, como defensor intransigente dos mais humildes, dos mais pobres. Por isso mesmo, esse povo do Rio Grande do Norte o colocou como Líder, trazendo V. Exª a esta Casa, sem estar preso a nenhuma oligarquia ou a nenhum esquema político conhecido e dominante no Estado potiguar. Fazendo esses agradecimentos às palavras de V. Exª, quero dizer, como disse desde o princípio, que concordo com V. Exª que nós todos somos responsáveis por esta República que está aí, que é de todos nós, e que deveremos trabalhar. Agora, que o Governo vai ter que se debruçar sobre os números, que não são pequenos, e V. Exª tem conhecimento da exposição feita pelo Ministro Francisco Dornelles, lá na Câmara dos Deputados, em que S. Exª coloca que o déficit do Orçamento é da ordem de 80 a 90 trilhões...

O Sr. Virgílio Távora — Perdão, o déficit de caixa. E, permitindo o orador, estendo, neste momento, o convite a V. Exªs para terça-feira ou quarta-feira estarem presentes, já convocamos gentilmente, a Liderança do Partido de V. Exª, a Liderança do PFL para, justamente, debatermos as idéias gerais inovadoras, que tivemos ocasião de assistir, serem lançadas na Câmara dos Deputados, não só durante a exposição como aos apartes que se seguiram aos debates, todos muito esclarecedores.

O Sr. Alberto Silva — De qualquer forma, V. Exª ajuda e empurra, sem querer, o Líder eventual, nesta tarde, do Governo, a ir ao passado buscar os números. Porque, como temos por profissão e somos todos de raciocínio cartesiano, não vamos deixar que as estatísticas sejam esmaecidas, vamos buscar os números lá atrás. V. Exª, com todos os números, brigou muito neste plenário para

que suas idéias fossem levadas em consideração, às vezes, no exercício da Liderança. E perdoo-me o nobre Senador por fazer uma incursão ligeira no passado e voltar a ele apenas para pinçar os números e trazer a essa realidade. Talvez tenha sido por falta de atendimento às inúmeras solicitações que aqui foram feitas, inclusive pelo Líder de então, Virgílio Távora, para que o Governo adotasse certas e determinadas medidas, que não tendo sido tomadas chegamos ao resultado de hoje, com uma dívida de 100 bilhões e um déficit de caixa — recolho a lição, não sou versado no problema econômico, mas, como sou também da classe da engenharia, o número não passa na minha frente sem a devida avaliação — um déficit de caixa, isto é, está faltando dinheiro, segundo me parece é esta expressão, de 90 trilhões para que...

O Sr. Virgílio Távora — De 84,9, para ser mais preciso.

O Sr. Alberto Silva — ...se equilibre o Orçamento da República. É um número muito alto, um número quase que assustador para quem deseja arrumar a casa, em termos de finanças. Em todo o caso, V. Exª diz, naturalmente com uma certa simplicidade, que 300 bilhões por mês é uma cifra pequena comparada com 3 ou 4 trilhões, que representa o pagamento do funcionalismo mensalmente, se não me engano.

O Sr. Virgílio Távora — O orador permite?

O SR. CARLOS ALBERTO — Senador Virgílio Távora com a palavra.

O Sr. Virgílio Távora — Se está se voltando assim ao passado, diremos a V. Exª que inicialmente o que apresentado como déficit de caixa, a partir de terça-feira vamos debulhá-lo, explicá-lo e dizer se concordamos ou não, porque essa foi uma conceituação nova do Sr. Ministro Dornelles, que precisa ser esmiuçada. Fá-lo-emos e já convocamos todas. Mas o que dissemos foi o seguinte: vamos supor que nesta nova reavaliação feita por S. Exª, 38 trilhões era o que se gastaria — veja bem — com o funcionalismo público, e dando por barato que todos fossem estatutários, sabe V. Exª que o que sucede é justamente o contrário, estamos raciocinando por excesso — então, por mês, um mês seria, por ordem de grandeza, de 3,2 trilhões. Então, eu teria 3,2 trilhões, na proposta do eminente Senador pelo Rio Grande do Norte, distribuído em duodécimos...

O SR. CARLOS ALBERTO — Duodécimos, exato.

O Sr. Virgílio Távora — ...e corresponderia também, por excesso, a 300 bilhões mensais. Mas, meu caro, falando em 300 bilhões, todo mundo se assusta. Mas não devem se assustar muito, porque a facilidade com que se jogou 900 bilhões, aqui pelo Congresso, 900 bilhões numa instituição bancária. Pois bem, ainda mais já havendo...

O SR. CARLOS ALBERTO — Tirando da reserva de contingência.

O Sr. Virgílio Távora — Espera aí já vou lá. ...ainda mais já havendo socorrido um banco que vai desaparecer com 820 bilhões, há de concordar que só apresentamos esses números para mostrar que esses dados, esses recursos tirados da reserva de contingência que se serve para atender às calamidades e aos aumentos do funcionalismo, há de ver que era uma quantia — não quisemos aqui minimizar — mas uma quantia perfeitamente suportável.

O SR. CARLOS ALBERTO — Como disse o Senador César Cals, é o 13º salário.

O Sr. Virgílio Távora — Mas é isso que eu estou dizendo.

O SR. CARLOS ALBERTO — É o 13º salário. Está certo, Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Então, realmente, nós não estamos aqui, eminente Senador Carlos Alberto, inclusive quando damos apoio a essa ótima iniciativa...

O SR. CARLOS ALBERTO — Inclusive, Senador Virgílio Távora, quando da discussão sobre o Sulbrasileiro, V. Exª poderia então, como Líder da Oposição, até discutir sobre o assunto e colocar essa sugestão, que é reserva de contingência, é o pagamento do 13º salário do funcionalismo público.

O Sr. Alberto Silva — Muito bem, nobre Senador. Eu creio que os esclarecimentos...

O Sr. Virgílio Távora — Terça e quarta-feira V. Exª estará aqui para iluminar o debate com suas luzes.

O Sr. Alberto Silva — Os esclarecimentos do nobre Senador Virgílio Távora, a pedido, justamente...

O SR. CARLOS ALBERTO — Eu tinha que dar o aparte ao nobre Senador Virgílio Távora, porque o Regimento não permitia que ele apartasse V. Exª naquele momento e eu fiquei em uma situação de extrema dificuldade. Por isso passei logo a palavra ao Senador Virgílio Távora.

O Sr. Alberto Silva — É evidente. Está tudo certo. Regimentalmente, está tudo dentro da lei. Agora, nobre Senador, eu creio que, antes de encerrar, dois ou três pontos poderiam ficar. Já o nosso Presidente acende ali a luz de advertência. Eu queria concluir da seguinte maneira...

O SR. CARLOS ALBERTO — Mas S. Exª é muito tolerante.

O Sr. Alberto Silva — O discurso de V. Exª, como sempre brilhante, como sempre com idéias novas, é oportuno, e acredito que o Governo vai levar em consideração, como já está levando. Conforme as informações que temos aqui, o Governo já estuda o atendimento ao 13º salário. Mas, mais uma vez eu não posso deixar esse aparte sem o reparo. A estatística nos obriga a buscar lá atrás, e foi o nobre Senador Virgílio Távora quem foi trazer ao plenário, ou V. Exª, ou ambos, o problema dos 900 bilhões ou 1 trilhão ao Sulbrasileiro. E aí fica parecendo que o Sulbrasileiro caiu de pára-quedas na Nova República, com tudo isso! Não, o Sulbrasileiro é resultado de velhos erros, de tantas corrupções que foram produzidas no passado, como CAPEMI, como tudo mais e que chega por isso mesmo.

O SR. CARLOS ALBERTO — Por favor, não diga isso não, porque vai comprometer muita gente que está na Nova.

O Sr. Alberto Silva — Então, é evidente que a sangria final, para não deixar a região do Rio Grande do Sul sem um banco que foi o sustentáculo da região durante 100 anos, sem deixar 35 mil funcionários ao desamparo, é que o Governo, recebendo esta herança, vai ter que resolver. Mas eu paro no ponto que V. Exª propõe, o que nos interessa e daqui para frente. Vamos encontrar a maneira de reparar erros, por exemplo: a nossa produção agrícola, e aí vão números para análise do nosso eminente companheiro Virgílio Távora, a nossa produção agrícola amarrrou-se em 50 milhões de toneladas, e amarrrou-se porque faltou dinheiro para aumentá-la, faltou providências para aumentar o mercado e aumentar os recursos da Nação. Por quê? Só buscando empréstimo lá fora, da poupança alheia e trazendo para cá não se resolve o problema do Brasil. Então, produzir mais e ter recursos, e agora acredito que o novo Ministro da Agricultura —

nosso companheiro daqui — está pedindo alguns trilhões para produzir mais, nobre Senador Carlos Alberto. Na hora que o Governo der a ele os trilhões de que ele precisa para aumentar a nossa produção, e em vez de 50 milhões de toneladas de grãos formos para 80, aí o Governo não precisará dessa mecânica de depositar mensalmente, ele terá recursos para pagar bem mais o funcionalismo e pagar até o 13º salário. De qualquer forma, V. Exª trouxe, como sempre, uma contribuição útil, e tem, da nossa parte, o maior apoio e o maior apreço pela proposição de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia. Fazendo soar a campainha.) — Nobre Senador Carlos Alberto, peço a V. Exª que conclua o seu pronunciamento, pois seu tempo já está ultrapassado, e teremos uma sessão do Congresso Nacional às 18 horas e 30 minutos.

O SR. CARLOS ALBERTO — Concluirei Sr. Presidente. Agradeço as participações de todos os Senadores que, na tarde de hoje, me deram a gratificação de participação da discussão sobre o 13º salário do servidor público desta Nação. Porque o que não se pode admitir é o Governo Federal obrigar a se pagar o 13º salário ao servidor celetista, ao homem da empresa privada, mas o estatutário ficar discriminado.

Portanto, Sr. Presidente, somente para encerrar, gostaria de, mais uma vez, alertar a todos os Senadores para a campanha que vamos colocar nas ruas, para a campanha que vamos fazer de conscientização; vamos viajar o Brasil inteiro; vamos buscar apoio de todas as associações de servidores públicos deste País. E todas as semanas eu aqui estarei, da tribuna do Senado Federal, com a participação de Senadores do PDS, do PMDB, que é Governo, da Frente Liberal, que é Governo, do PDT, do PTB, nesta grande luta, para que possamos dar aos nossos servidores essa grande conquista.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, meus nobres e eminentes colegas Senadores da República.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O regime instituído no País pela Constituição de 1967, agravada, em seu autoritarismo, pela Emenda nº 1, de 1969, se caracteriza por um exagerado centralismo que implica, finalmente, na negação do federalismo republicano, atingidos, principalmente, os municípios, sacrificados, de maneira nunca vista anteriormente, a sua autonomia.

Essa redução das potencialidades municipais começa com a discriminação tributária, restando às municipalidades os tributos indiretos menos rendosos, além da participação em alguns outros, segundo critérios de que a União é aplicadora exclusiva.

Já tivemos mais de uma centena de municípios privados de sua autonomia, elegendo apenas as Câmaras de Vereadores, como as dos Territórios Federais, os situados em área de segurança nacional, os das capitais e as estâncias hidrominerais.

Essa hipertrofia do Poder Executivo, principalmente no plano federal, foi a principal característica dos últimos dezoito anos, explicando não apenas a pobreza econômico-financeira dos municípios, mas a sua decadência política, quando os melhores valores locais passaram a desinteressar-se da Prefeitura e da Vereança.

Questões do peculiar interesse dos municípios, como os subsídios dos seus Vereadores e Prefeitos, a emancipação dos Distritos, a criação de áreas metropolitanas, passaram a ser disciplinadas nos planos federal e estadual e até a sua Lei Orgânica, com exceção do Rio Grande do Sul, é disciplinada em Lei Complementar estadual.

Para frisar um exemplo, basta lembrar que a Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, estabelece que a região emancipada terá no mínimo uma arrecadação equivalente a cinco milésimos da Receita Estadual de Impostos, importância impossível de ser atingida por uma população de dez mil habitantes — menos de dois milésimos do ativo demográfico do Estado — com eleitores de dez por cento dessa população e um centro urbano constituído de duzentas casas.

Trata-se de uma lei incoerente nas suas exigências, não oferecendo qualquer incentivo ao progresso municipal, incapaz de prever as dificuldades de uma população desajustada de antecipar-se, quando se encontra a mais de setenta quilômetros da sede municipal, crescentes as dificuldades dos assalariados no atendimento a gastos elevados, quando necessitam deslocar-se para resolver problemas no Distrito sede, seja junto ao Executivo, ao Judiciário, à Delegacia de Polícia, enfim, aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

A reforma constitucional próxima deve examinar esse problema, liberando os municípios de uma tutela federal e estadual insuportáveis.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Parente.

O SR. RAIMUNDO PARENTE (PDS — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Venho de receber, do Sr. Prefeito Municipal de Parintins, no Estado do Amazonas, um telex verdadeiramente dramático, em que aquele Chefe Comunal solicita a minha interferência junto ao Departamento de Aeronáutica Civil e ao próprio Ministro da Aeronáutica, no sentido de que a empresa de navegação aérea Transportes Aéreos da Bacia Amazônica — TABA — cumpra as suas obrigações decorrentes da concessão para exploração de linha de terceiro nível na Região Amazônica.

Conforme a denúncia apresentada pelo Prefeito parintense, aquela companhia, já completamente desacreditada perante a comunidade interiorana, ainda de acordo com as declarações do Prefeito Municipal, mais ou menos há um mês não realiza nenhum voo para a cidade de Parintins, sem dar a menor satisfação nem as autoridades, nem ao povo do Município, o que vem causando os mais graves prejuízos econômicos e sociais à toda aquela área, com o comércio local sendo obrigado a receber os artigos e produtos que importa através de transbordo de cargas, feito geralmente nas cidades de Santarém e Manaus, o que demanda em um gasto enorme de tempo, tornando esses prejuízos às vezes irreversíveis, quando se trata de produtos perecíveis.

No interior amazonense, como V. Exªs. bem o sabem, as estradas naturais são os rios. Com uma navegação fluvial altamente deficiente o transporte, naquelas paragens, é sempre difícil e muito precário. Decorre daí a importância do transporte aéreo que, além de encurtar as distâncias, não atende somente aos interesses econômicos mas, do mesmo modo, aos interesses sociais, como é o caso, por exemplo, do transporte de doentes para a Capital do Estado, muitas vezes em situações de emergência, considerando a precariedade do atendimento médico-hospitalar do interior.

A cidade de Parintins, por seu turno, possui um aeroporto que é tido como modelo em toda a região, construído graças à compreensão do Governo Federal, que não mediu esforços para dotar aquela cidade de um campo de pouso moderno, onde falta, apenas, no momento, a instalação dos serviços específicos de rádio e sinalização luminosa de pista para voos noturnos, o que não impede que durante o dia aquele aeroporto receba, com segurança, qualquer tipo de aeronave.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, faço meu o apelo do Prefeito Municipal de Parintins, objetivando a que o DAC e o Ministério da Aeronáutica determinem à TABA cumpra as obrigações que contraiu quando ganhou o direito de explorar uma linha aérea de terceiro nível na Região Amazônica, entendendo que, se essa concessão lhe foi dada, decorreu simplesmente do fato de que o Departamento de Aeronáutica Civil e o Ministério da Aeronáutica acreditaram e confiaram na sua capacidade operacional, no que respeita ao cumprimento das obrigações oriundas dessa mesma concessão. Não é admissível que uma empresa de navegação aérea que se autoproclama a maior da Amazônia, entregue-se ao desleixo e à irresponsabilidade, fugindo das tarefas específicas que lhe são cometidas, ocasionando com isso os mais desastrosos prejuízos à comunidade interiorana, que não pode continuar esperando a sua boa vontade de atender as cidades do interior, quando bem lhe convier.

Que as autoridades responsáveis por essa área de transporte intimem a TABA a cumprir sua obrigação, ou então, caso isso não aconteça, cassem-lhe a concessão, para dá-la a uma outra empresa, mais responsável e mais eficiente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Senador Martins Filho.

O SR. MARTINS FILHO (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores: sou, às vezes, mal interpretado nas posições firmes que assumo em relação ao governo de meu estado, tidas como ânimo de oposição.

Afianço, todavia, a V. Exªs, que tenho agido com o maior equilíbrio para me conter estritamente na denúncia do insuportável e exclusivamente na rejeição do inadmissível, evitando qualquer querela de menor significância, pois, antes de tudo, quero o bem do meu Estado e de seu sofrido povo.

Para que V. Exª tenham idéia do clima político que se vive, hoje, no Rio Grande do Norte, trago ao conhecimento da casa dois documentos atualíssimos, para que constem dos anais:

— Um, referente ao pleito de um empréstimo de cinquenta milhões de dólares pelo Governo do Estado;

— Outro, referente à violência que campeia em todo o Rio Grande do Norte.

O primeiro é uma carta do advogado François Silvestre de Alencar, dirigida a este Senador, nos seguintes termos:

Natal, 8 de maio de 1985.

Senador Martins Filho,
Meu abraço

O Diário de Natal tem divulgado insistentemente que o ilustre senador é responsável pela não consecução de um empréstimo de cinquenta milhões de dólares por parte do governo estadual para realizações de "obras sociais".

O senador conhece muito bem que tipo de "obra social" vai realizar este governo megalomaniaco com o dinheiro que será pago pelo futuro suor do povo Norte-rio-grandense. Conhecemos todos até onde vai a verdade de um governo violento que persegue seus adversários e depois usa a imprensa para desmentir qualquer denúncia de violência praticada contra Umarizal, Antônio Martins e outros municípios governados, a duras penas, pelo PMDB.

A "obra social" deste governo tem sido a edificação do poderio familiar, tem sido a feitura insana de obras de fachada, monstros de concreto armado condizentes com a prática fascista dos seus propósitos. Quanto custou o viaduto do Balde? Quanto cus-

tou o asfalto de péssima qualidade espalhado pelo Estado para encher a burra de empreiteiros apaniguados e angariar votos de última hora? Quanto custou a barragem do Açú, para cobrir as terras férteis do vale, para matar uma cidade de fome e de sabrigo e não prover a "irrigação redentora" da mentira prometida? Estão lá povo e carrasco, esperando a "obra social" que jogou n'água irresponsavelmente o dinheiro do povo sem dar explicações.

Todo o Rio Grande do Norte sabe para que o governo quer o dinheiro de "Tio Sam". Para agredir a miséria do povo com novas obras de fachadas, para comprar, com esmolas, os votos da periferia de Natal nas eleições deste ano. Quer o dinheiro para investir numa imagem do governador candidato a senador; quer raspar o desgaste para dar nova pintura e viciar mais uma eleição.

Não mude, senador. Preste mais este serviço ao seu Estado. Não permita que compromissos insondáveis demovam sua preocupação com o resguardo da coisa pública. Eles querem o dinheiro para inventar um governo que não puderam fazer. Para "cumprir" as promessas desmentidas pela prática. Hoje é o aniversário da vitória sobre o fascismo, mas os fascistas continuam esperneando.

Sendo só para o momento, despeço-me pondo-me à disposição de V. Ex^a para qualquer nova informação.

Com o abraço de François Silvestre de Alencar."

O segundo, um telegrama enviado ao governador pelo Prefeito de Antônio Martins, Joaquim Ignácio de Carvalho Neto e dado a público, com a redação seguinte:

"Exmo. Sr.

José Agripino Maia

DD. Governador do Estado do Rio Grande do Norte

Palácio do Potengi

Natal RN

Com imenso pesar, comunico a Vossa Excelência que mantive um áspero diálogo com o Secretário de Segurança Pública de seu governo, num desagradável encontro casual, quando relatei pessoalmente o sangrento episódio ocorrido em minha cidade, Antônio Martins, no dia 24 de março passado, onde meu filho José Antônio Carvalho sofreu atentado a tiro de espingarda, peretrado pelo soldado da Polícia Militar do Estado, Francisco Miguel da Silva, que agiu com a frieza e covardia de um reles bandido. Resultou desse atentado ferimento gravíssimo no Sr. José Ferreira da Silva, tratorista da Prefeitura, que estava no posto de trabalho, acompanhado de meu filho.

Pelos graves antecedentes de violência que infelicitam nosso Estado em sua administração, onde até um prefeito de meu partido tombou vitimado por bala assassina, vinte e quatro horas depois de ter solicitado segurança pessoalmente a Vossa Excelência, onde a polícia, chefiada pelo cidadão com quem tive o infortúnio de me alterar, ao invés de proteger nossa gente, atua como verdadeiro algoz, prendendo, espancando e matando inocentes, cujo único crime é não se perfilhar a certos chefes políticos fiéis a Vossa Excelência, e onde eu, sendo prefeito em exercício e já tendo sido deputado estadual e federal fui, recentemente, rendido à mira de arma, em via pública do município que governo e submetido à vexatória revista pública por um desqualificado meganha de seus quadros, talvez na esperança de que reagisse dando azo a eliminar-me, tenho fundadas razões para temer por minha vida e a dos meus familiares, depois da desagradável ocorrência de ontem, com o chefe de polícia de Vossa Excelência.

Destarte, faço esta comunicação formal a Vossa Excelência, que fica assim responsável por minha segurança pessoal, bem como pela de minha família e de meus amigos mais próximos, de Antônio Martins, na hipótese de novos atentados.

Atenciosamente, Joaquim Ignácio de Carvalho Neto, Prefeito de Antônio Martins."

Como vêem V. Ex^a, Sr. Presidente e Srs. Senadores, há sérias razões para que eu viva preocupado com os destinos do Rio Grande do Norte.

Obrigado. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Os Srs. Senadores Gastão Müller e Jutahy Magalhães enviaram à Mesa projetos cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 259, item III-a, do Regimento Interno, deve ter início na hora do Expediente.

As proposições serão anunciadas na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 57, de 1985, de autoria dos Líderes Gastão Müller e Moacyr Duarte, requerendo, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Ofício S/2, de 1985, do Governador do Estado do Rio Grande do Norte, solicitando autorização do Senado Federal para realizar operação de crédito externo no valor de cinqüenta milhões de dólares.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 58, de 1985, de autoria dos Líderes Gastão Müller e Moacyr Duarte, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Ofício nº S/8, de 1985, através do qual o Prefeito municipal de Anápolis (GO), solicita autorização do Senado para que aquela prefeitura possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 3,500,000.00 (três milhões e quinhentos mil dólares).

— 3 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1979, de autoria do Senador Orestes Quêrcia, que acrescenta parágrafos ao Art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

Pareceres, sob nºs 184 e 185, de 1984, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade; e — de Legislação Social, Favorável.

— 4 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1980, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre a escolha e a nomeação dos dirigentes das Fundações de Ensino Superior, tendo

Pareceres, sob nºs 747 e 748, de 1981, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade, com voto vencido, em separado, do Senador Moacyr Dalla; e — de Educação e Cultura, Favorável.

— 5 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1980, de autoria da Senadora Eunice Mi-

chiles, que acrescenta parágrafo único ao art. 373 da Consolidação das Leis do Trabalho, facultando à empregada com prole o direito à jornada de trabalho reduzida, com remuneração proporcional, tendo

Pareceres, sob nºs 445 a 447, de 1984, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Legislação Social, favorável; e

— de Finanças, contrário, com voto vencido, em separado, do Senador Jorge Kalume.

— 6 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da Constitucionalidade, nos termos do Art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre a aposentadoria especial do músico, tendo

Pareceres, sob nºs 1.032, de 1980 e nº 415, de 1984, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, 1º Pronunciamento: pela inconstitucionalidade; 2º Pronunciamento: (reexame solicitado em Plenário) — ratificando seu parecer anterior.

— 7 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296, do Regimento Interno), do projeto de Lei do Senado nº 320, de 1980, de autoria do Senador Pedro Simon, que revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 1.144, de 1981, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 8-5-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Senhor Presidente da República José Sarney reuniu ontem, pela segunda vez, desde a sua posse, o seu Ministério com a presença dos Líderes do Governo no Senado, na Câmara e no Congresso Nacional.

É do meu dever transmitir ao Senado e à Nação a impressão que recolhi daquele encontro de trabalho do mais alto nível que, a meu ver, consagra a Nova República na medida em que o pronunciamento do Senhor Presidente da República e de vários Srs. Ministros, sobretudo da área econômica, com as decisões ali anunciadas, representam o cumprimento rigoroso de compromissos da maior importância assumidos por todos nós, que compomos a Aliança Democrática, na praça pública, durante a memorável campanha que deu respaldo popular à eleição de Tancredo Neves para Presidente da República.

Em primeiro lugar, reporto-me ao pronunciamento do Senhor Presidente da República, já hoje divulgado por toda a imprensa, mas que tem algumas passagens que merecem, de logo, serem registradas nos Anais do Senado.

Sua Excelência referiu-se, com muita ênfase, à unidade das forças da Aliança Democrática que apoiaram Tancredo Neves para a Presidência da República. Deu especial relevo à prioridade do social no seu Governo, diante da crise avassaladora que aí está e que, sem dúvida alguma, é uma consequência inevitável da desastrosa política

econômico-financeira praticada pelos vários governos que se sucederam, ao longo desses vinte anos, sobretudo em decorrência dos acordos firmados, ultimamente, com o Fundo Monetário Internacional, os quais levaram o País a uma grande recessão que aumentou consideravelmente a ociosidade do nosso parque industrial, com efeito imediato no crescimento do desemprego e do subemprego.

A crise, então, que se gerou na área social é do conhecimento de todos os Srs. Senadores. A fome e a miséria rondam os lares de milhões e milhões de brasileiros, particularmente no Nordeste, a região mais populosa, como todos sabem, do País.

E não foi por outra razão que Sua Excelência lançou, ontem, o chamado Plano de Emergência que, segundo palavras do Ministro do Planejamento, João Sayad, está resumido nos seguintes programas:

“Na área da alimentação inclui-se aqui a merenda escolar; alimentação de gestantes e nutrízes; alimentação de crianças de 0 a 2 anos; a formação de um fundo rotativo no âmbito da COBAL, destinado à aquisição e distribuição de uma cesta básica de alimentos nas periferias dos grandes conglomerados urbanos, e nas áreas rurais mais carentes.

Quanto à saúde, nos concentraremos especialmente no combate às endemias, saneamento básico e habitações populares. Nestas áreas os investimentos, esperamos, terão duplo impacto positivo. Atendem às necessidades primordiais e ainda trazem um benefício adicional de gerar empregos. Em relação à justiça e segurança pública, em particular, concentraremos nossos esforços na construção de presídios e delegacias, projeto que se reúne a um mutirão contra a violência, determinado pelo Senhor Presidente da República. São também programas de grande impacto na geração de emprego.

Gostaria de salientar que todos esses projetos conferem prioridades especiais às populações mais carentes do Nordeste, contemplados ainda com problemas específicos assentados nos recursos do PIN e do PROTERRA.”

Nesse particular, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a mim me parece, pessoalmente — e já neste instante eu falarei não na condição de Líder do Governo, mas de Líder do meu Partido —, que a aplicação desses recursos, particularmente na Região Nordeste, deveria ser feita através de um sistema tripartido, isto é: 33% através de repasse aos Governos dos Estados; 33% através de repasse às prefeituras municipais; e 33% através de aplicação direta pelos órgãos federais que atuam na região, notadamente, a COBAL, o INAN e a CEME, para falar nos três órgãos mais adequadamente voltados para a execução desses programas específicos. Isto para que tenhamos uma aplicação racional desses recursos e para que evitemos o clientelismo político de caráter faccioso, que sempre prosperou na minha região.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por outro lado, o Senhor Presidente da República, no seu pronunciamento, referiu-se de maneira especial ao prestígio cada vez maior que pretende dar no seu governo ao papel do Congresso Nacional dentro do contexto político-administrativo do País.

Sua Excelência afirmou:

“Além das medidas de curto prazo que atestam à prioridade conferida pela Nova República ao desenvolvimento social e ao Nordeste, estou adotando as providências com vistas a elaboração do projeto do IV Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Esse Plano será feito num estilo aberto, participativo, onde cabe ao Congresso estabelecer as gran-

des opções substanciais na política de desenvolvimento, competindo ao Executivo definir a estratégia para viabilizá-las. Planejamento que concilie a unidade de objetivos com a liberdade econômica. Planejamento democrático, que reflita a vontade da maioria e que oriente o desenvolvimento para beneficiar a maioria. Planejamento consentâneo com o pluralismo econômico, social e político propugnado pela Nova República.

O IV PND espelhará, com realismo, o elenco de propósitos contido no “compromisso com a Nação”, firmado solenemente pela Aliança Democrática. Será o leme que orientará os destinos nacionais nos próximos quatro anos.”

No tocante aos planos de desenvolvimento, numa intervenção que tive oportunidade de fazer na reunião ministerial, como Líder do Governo no Senado, sugeri ao Senhor Presidente da República que também examinasse, com a área econômica, sobretudo com a SEPLAN, a elaboração urgente de um Plano de Desenvolvimento Regional para o Nordeste, conforme prevê a Constituição, o qual equivaleria a mais um plano-diretor da SUDENE, como sempre se fez no passado, com absoluto sucesso; pois foi, no seio do Congresso Nacional, que nasceu, inclusive, o chamado 34/18, proveniente de uma emenda do ex-Deputado Gileno de Cárli, que criou os incentivos fiscais para promover o desenvolvimento regional.

Nesse Plano Diretor da SUDENE, teríamos oportunidade, como disse ontem o Senhor Presidente da República, de incluir os 12 bilhões de dólares do Projeto Nordeste, que equivalem, hoje, em cruzeiros, a 60 trilhões de cruzeiros, para aplicação em 15 anos. Voltei a lembrar, na reunião ministerial, que eu não compreendia como nós, no Congresso, estávamos discutindo a aplicação de 900 bilhões para sanear instituições financeiras do Sul do País, e deixávamos de ser ouvidos sobre a aplicação de 60 trilhões de cruzeiros, para o custeio de projetos de grande interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

O Sr. Aderbal Jurema — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ouço V. Ex^a

O Sr. Aderbal Jurema — Senador Humberto Lucena, como Líder de plantão do Partido da Frente Liberal, estou acompanhando com o maior interesse a análise que V. Ex^a está fazendo da fala do Presidente José Sarney. Em verdade, quando o Presidente José Sarney afirma que quer governar sob orientação, respeitando as decisões maiores do Congresso Nacional, Sua Excelência adota uma filosofia que estava sendo esquecida, não apenas no Brasil, mas na maioria dos países sul-americanos. Certo pensador francês disse, certa vez, ao Presidente De Gaulle — herói nacional, mas que tinha aquela qualidade de um tanto exagerada, uma vocação quase que exagerada de ditador — “Nós temos dois tipos de democracia: a democracia governada e a democracia governante. E De Gaulle perguntou-lhe: “O que é democracia governante?” Democracia governante é aquela que o Sr. quer que não pratiquemos, é aquela que ouve o Congresso Nacional, é aquela que ouve os Deputados, é aquela que ouve os Senadores nas grandes decisões nacionais”. Por isso, congratulo-me com o Presidente José Sarney que traz para a sua mensagem, que traz para a sua orientação política a filosofia da democracia governante e que V. Ex^a, neste instante, põe em relevo, sobretudo, quando se refere à necessidade de uma revisão na distribuição dos recursos a fim de que não apenas as Prefeituras ou o Governo Federal ou o Estado participem dessas verbas que devem ser, por igual, distribuídas, porque somente assim nós faremos, ao mesmo tempo, a descentralização administrativa sem prejudicar a independência e autonomia dos Estados e a unidade nacional. Isso se chama, sem dúvida, democracia governante.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito grato às palavras de V. Ex^a nobre Senador Aderbal Jurema, que ilustram o meu pronunciamento.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República mencionou, também, no seu pronunciamento, a herança maldita que a Nova República recebeu dos governos anteriores, em termos financeiros. É alarmante a revelação do Senhor Presidente da República. Mas, é preciso que a Nação, aos poucos, vá tomando conhecimento daquilo que nós encontramos para ter bem presente que, embora nós todos estejamos cientes da nossa responsabilidade na condução dos negócios públicos, sobretudo após o falecimento do grande Líder que foi o Presidente Tancredo Neves as dificuldades que encontramos são, realmente, desafiante e merecem, por isso, a compreensão de todo o povo brasileiro.

Afirmou Sua Excelência:

“Srs. Ministros, devo uma palavra sobre o quadro financeiro com o que nos defrontamos. O orçamento da União, de acordo com previsões feitas por este Governo, incluem uma arrecadação de 121 trilhões. O total previsto de gastos do Governo, incluindo as despesas de administração pública direta, as transferências às empresas estatais, e demais entidades da administração indireta, aos Estados e Municípios, à Previdência Social, bem como os dispêndios incluídos no orçamento monetário, ascendem a um total de 205 trilhões e 900 bilhões de cruzeiros. Há, portanto, de acordo com o Ministério da Fazenda e o Planejamento, um déficit de caixa, este ano, de 84 trilhões e 9 bilhões de cruzeiros assim distribuídos:

— Déficit do Tesouro Nacional: Cr\$ 4,9 trilhões;

— Déficit das empresas estatais e demais entidades da administração indireta, coberto pelas autoridades monetárias: Cr\$ 20 trilhões;

— Déficit dos governos estaduais e municipais, da administração direta e indireta, coberta pelas autoridades monetárias: Cr\$ 8,2 trilhões;

— Necessidade de recursos da Previdência Social coberta pelas autoridades monetárias: Cr\$ 4,5 trilhões;

— Déficit do orçamento monetário por conta de subsídios, juros e demais encargos financeiros: Cr\$ 47,3 trilhões, dos quais Cr\$ 15,9 trilhões correspondem a juros da dívida pública interna.”

Esta dívida interna é um dos nossos maiores desafios e ascende, hoje, segundo os dados da área econômica, cerca de 120 trilhões de cruzeiros, de tal sorte que nós não sabemos o que é hoje mais grave no País: se a dívida externa de 100 bilhões de dólares ou a dívida interna de cerca de 120 trilhões.

S. Ex^a fez questão de também salientar o grande compromisso do seu governo com a austeridade da coisa pública:

“Determinei especial urgência à proposta de legislação que vai tornar realidade a punição para todos os responsáveis por fraudes no setor financeiro. É evidente que as leis existentes representam uma porta aberta para a impunidade.”

E, mais adiante:

“É preciso que todos saibam que neste Governo não será permitido o peculato, que neste Governo não admitiremos o favorecimento ilícito e que todos que se desviarem dos severos padrões éticos em nome dos quais ele se constitui, serão sumariamente punidos.”

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) (Fazendo soar a campainha.) — Lembro a V. Ex^a que o seu tempo está esgotado.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Vou concluir, Sr. Presidente

Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao terminar o seu pronunciamento, veio o ponto mais alto, a meu ver, da fala presidencial, naquela reunião do Ministério na manhã de ontem. Foi quando Sua Excelência disse textualmente:

Quero anunciar à Nação que em seguida, na presença dos presidentes da Câmara e do Senado dos presidentes dos Partidos e dos seus líderes perante o Congresso Nacional, assinarei mensagem encaminhando proposta de Emenda à Constituição restabelecendo as eleições diretas, acabando com o Colégio Eleitoral, que se reuniu em 15 de janeiro para que fosse extinto. É o que estamos fazendo.

Embora a duração do mandato presidencial deva ser objeto de deliberação soberana, da Assembléia Constituinte, manifesto, de logo, a minha posição de que este mandato deva ser de quatro anos.

Sua Excelência foi ao encontro do pensamento do Presidente Tancredo Neves, de saudosa memória. E quanto ao nosso grande Líder desaparecido, o Senhor Presidente José Sarney encerrou com chave de ouro o seu pronunciamento, dizendo categoricamente:

“Perdemos o nosso condutor, mas não perdemos a esperança e não renunciaremos ao seu compromisso com a Nação. Renovo o meu juramento.”

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

“NÃO VAMOS NOS DISPERSAR”

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. HUMBERTO LUCENA EM SEU DISCURSO:

Senhores ministros:

Entre a primeira reunião de 17 de março e o nosso encontro de hoje, a Nação viveu dias de perplexidade. Viajamos entre a ressurreição e a tragédia, entre a esperança e o desencanto. Ninguém em nossa história assumiu o poder diante de tantos transtornos e em momento tão difícil. É assim que vejo o presente, mas não é assim que vislumbro o futuro. O Brasil não é catastrófico.

O legado de Tancredo Neves é a conciliação e dele é a voz de comando que nos ampara: “Não vamos nos dispersar”.

Perdemos o nosso condutor, mas não perdemos a esperança e não renunciaremos ao seu compromisso. Renovo meu juramento da noite fria de São João Del-Rei: “Seu sonho será o nosso sonho, sua esperança será a nossa esperança”.

Estes cinquenta dias têm sido de grande trabalho. De inormida preocupação com os problemas da Pátria.

O esforço foi compensado: a mudança chegou. Assumimos o poder civil, as decisões passaram a ter a marca da participação, o Governo perdeu a arrogância a infabilidade para ser uma busca de acerto. A voz das ruas, dos políticos, do povo em geral, passou a ser ouvida e os governantes assumiram a missão de servir o País.

**“Perdemos o nosso condutor,
mas não perdemos a esperança
e não renunciaremos ao seu
compromisso. Renovo o
meu juramento”**

Em meio às perplexidades gerais da transição destes dias difíceis, a máquina do Estado não parou. Um estilo novo foi implantado, e a seriedade para com a coisa pública é permanente em nossas deliberações.

Nas diretrizes fixadas na primeira reunião ministerial, e que se inspiraram no “compromisso com a Nação” da Aliança Democrática, foi estabelecida uma prioridade para o social de acordo com o programa da Nova República, definindo-se que o remanejamento das despesas governamentais fosse feito no sentido da satisfação das carências básicas da população.

Foram alocados à agricultura, nos meses de março e abril, recursos da ordem de Cr\$ 4,5 trilhões. Nos mesmos meses Cr\$ 1,1 trilhão foi destinado ao apoio às atividades de exportação.

O equilíbrio das contas externas sendo buscado através da obtenção de significativo superávit no comércio exterior. A prioridade concedida ao financiamento das exportações contribuiu para que o saldo comercial do mês de abril ultrapassasse 1 bilhão de dólares. O nível das reservas brasileiras está na casa dos 8 bilhões de dólares.

Dentro da estratégia de combate à inflação, o Governo está executando uma política fiscal e monetária austera e estabelecendo maior seletividade nos gastos públicos, tanto no campo da administração direta quanto da indireta. Está também desenvolvendo uma política de disciplina de preços, que se faz necessária nessa fase.

Embora essas políticas não costumem produzir resultados expressivos em curto prazo, a inflação de abril já se situou em 7,2%.

De outra parte, o crescimento anual da base monetária que em início de março era de 260%, baixou, no final de abril, para 207%.

Ao examinarmos cada decisão a tomar, emerge com toda nitidez o enorme desafio, que já antecipávamos, de compatibilizar a necessária retomada do crescimento com o controle da inflação.

Mas não podemos adiar essas decisões. Elas têm que ser tomadas de imediato, sob pena de sermos arrastados para o pior, o que não acontecerá: recessão com hiperinflação.

Temos um quadro que exige definições, e esta é uma das razões desta reunião. Trata-se de como atender às carências mais imediatas da população brasileira, em termos de alimentação e empregos.

Senhores ministros,

Estou aprovando as prioridades sociais (Plano de Emergência para 1985) que contemplam programas nas áreas de alimentação, saúde, saneamento básico e habitação popular, ampliação do emprego, segurança pública, desenvolvimento rural do Nordeste, recuperação da infra-estrutura danificada pelas enchentes.

A urgência do combate à fome, à miséria e ao desemprego desaconselha a criação de programas complexos, de demorada maturação. Optei por buscar maior eficiência e eficácia para ações de desenvolvimento social de indiscutível oportunidade e de rápido retorno social. É o que estamos fazendo para cumprir a opção pelos pobres.

O conjunto desses programas, que atendem às prioridades sociais do Governo para 1985, conta, a partir de hoje, com recursos, de origem não inflacionária, no montante de 12,9 trilhões de cruzeiros.

Estou adotando as providências, para que esses recursos sejam liberados com rapidez, cumpridos rigorosamente os cronogramas de desembolso aprovados.

Além das medidas de curto prazo que atestam à prioridade conferida pela Nova República ao desenvolvimento social e ao Nordeste, estou adotando as providências com vistas à elaboração do projeto do IV Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Esse Plano será feito num estilo aberto, participativo, onde cabe ao Congresso estabelecer as grandes opções constitucionais na política de desenvolvimento, competindo ao Executivo definir a estratégia para viabilizá-las. Planejamento que concilie a unidade de objetivos com a liberdade econômica. Planejamento democrático, que re-

flita a vontade da maioria e que oriente o desenvolvimento para beneficiar a maioria. Planejamento consensual com o pluralismo econômico, social e político propugnado pela Nova República.

O IV PND espelhará, com realismo, o elenco de propósitos contido no “compromisso com a Nação”, firmado solenemente pela Aliança Democrática. Será o leme que orientará os destinos nacionais nos próximos quatro anos.

**“As decisões têm que ser
tomadas de imediato, sob pena
de sermos arrastados para
o pior, o que não
acontecerá: recessão
com hiperinflação”.**

Senhores ministros,

Devo uma palavra sobre o quadro financeiro com que nos defrontamos. O orçamento da União, de acordo com previsões feitas por este Governo, inclui uma arrecadação de Cr\$ 12 trilhões.

O total previsto de gastos do Governo, incluídos as despesas da administração pública direta, as transferências às empresas estatais e demais entidades da administração indireta, aos estados e municípios, à Previdência Social, bem como os dispêndios incluídos no orçamento monetário, ascende a um total de Cr\$ 205, 9 trilhões.

Há, portanto, de acordo com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, um déficit de caixa de Cr\$ 84,9 trilhões, assim distribuído:

— déficit do tesouro nacional Cr\$ 4,9 trilhões;

— déficit das empresas estatais e demais entidades da administração indireta, coberto pelas autoridades monetárias, Cr\$ 20 trilhões;

— déficit dos governos estaduais e municipais, da administração direta e indireta, coberto pelas autoridades monetárias: Cr\$ 8,2 trilhões;

— necessidade de recursos da Previdência Social, coberta pelas autoridades monetárias: Cr\$ 4,5 trilhões,

— déficit do orçamento monetário por conta de subsídios, juros e demais encargos financeiros: Cr\$ 47,3 trilhões, dos quais Cr\$ 15,9 trilhões correspondem a juros da dívida pública interna.

No caso da Previdência deve-se mencionar que a União a ela está destinando aproximadamente Cr\$ 4 trilhões adicionais.

Assinala-se que, nesses números, não figura a parcela dos débitos das empresas estatais que é financiada por fornecedores, por prestadores de serviços e pelo sistema bancário público e privado, assunto que está em exame pela SEPLAN.

O montante de Cr\$ 84,9 trilhões constitui, pois, um déficit de caixa que só pode ser coberto por controle de despesas, aumento do endividamento público, aumento da carga tributária ou emissão de moeda. Temos assim um caos das contas públicas e uma máquina administrativa emperrada, sem agilidade e desestimulada.

Um levantamento exaustivo de todos os dispêndios e compromissos financeiros do Governo está sendo cuidadosamente finalizado. Todas as fontes de recursos estão identificadas. Estão sendo analisadas todas as contas do orçamento da União, do orçamento monetário, do orçamento das empresas estatais e da Previdência Social.

Este Governo não permite o peculato.

Todos os que se desviarem dos severos padrões éticos sob os quais se constitui serão demitidos

O descontrole que enfrentamos resulta, em grande medida, da inexistência de um orçamento único que, discutido pela sociedade é aprovado pelo Congresso Nacional, seja executado pelo Governo, com todo o rigor.

Já determinei que a Comissão de Reordenamento Financeiro do Governo Federal, criada pelo Decreto nº 91.156, de 18 de março de 1985, intensifique seus trabalhos para que possamos submeter, ainda este ano, ao Congresso esse orçamento unificado.

A dívida externa brasileira superou os 92 bilhões de dólares em fins de 1984. Seu vencimento em cada um dos próximos 5 anos é de cerca de 14% desse total. A esse montante deve-se somar cerca de 12 bilhões de dólares correspondentes à dívida vencível no curto prazo.

São compromissos financeiros que é imperioso negociar com grande realismo e objetividade. O Governo já afirmou que o Brasil não repudia esses compromissos. Vai honrá-los, mas buscará ajustá-los a prazos e condições compatíveis com as exigências de nosso desenvolvimento, sem posição conformista. Os credores têm que reconhecer que não podemos parar de crescer. Como disse Tancredo, a dívida não se paga com a fome do povo brasileiro, nem com a paralisação do nosso desenvolvimento, nem com o desemprego. Temos obrigação de assegurar aos brasileiros melhores condições de vida e bem-estar.

Determinei especial urgência à proposta de legislação que vai tornar realidade a punição para todos os responsáveis por fraudes no setor financeiro. É evidente que as leis existentes representam uma porta aberta para a impunidade e são necessárias providências de imediato controle e vigilância para as atividades desse setor, de modo a que não se repitam os escândalos que envergonham a Nação.

A economia nacional não pode mais ser compelida a assumir prejuízos providos pela incompetência, pela desídia ou pelos crimes dos que administram recursos de terceiros. Neste sentido, a fiscalização das autoridades terá que ser a mais exigente, atuante e rigorosa.

A luta contra a corrupção é fator decisivo e ponto de honra do Governo para o êxito da administração pública, que não deve ser descuidada, porque ela é fator de eficiência.

Recomendo aos senhores que façam minucioso inventário dos bens sob a sua guarda. Se não devemos nos mover pela histeria punitiva, é conveniente verificar onde e como foi possível a ação corruptora e cuidar para que tais fatos não se repitam.

É preciso que todos saibam que neste Governo não será permitido o peculato, que neste governo não admitiremos o favorecimento ilícito e que todos que se desviarem dos severos padrões éticos em nome dos quais ele se constituiu, serão sumariamente punidos.

Senhores ministros:

A ordem democrática foi restaurada sob o primado da lei. O Governo não tem transigido e não vacilará em seu dever de preservá-la. As greves esperadas nesta época do ano, em que os salários de importantes categorias profissionais são ajustados, estão sendo acompanhadas, com isenção de atitude conciliadora, mas firme, pelo Governo.

É de estranhar o número e extensão desses movimentos nesse momento tão difícil, mas na medida em que conseguirmos impor disciplina à economia, o recurso à greve, direito dos que trabalham, certamente, será cada vez menor.

Há, também algum exagero nas reivindicações de determinadas categorias profissionais, que não se encontram entre as mais sacrificadas de nosso povo. Delas espero, portanto, mais compreensão nesta hora de transição que estamos vivendo.

Reitero que a firmeza do Governo não se manifestará apenas na manutenção da ordem pública e na proteção à propriedade e aos direitos da cidadania. Ela é indispensável também no rigoroso controle dos preços, que decidimos implementar para combater a inflação.

Senhores ministros:

É compromisso da Aliança Democrática a ordenação constitucional. Dando cumprimento a essa promessa instalaremos a comissão encarregada de sugerir à Assembleia Nacional Constituinte, conforme inspiração de Tancredo Neves, as linhas mestras da nova Carta Política do Brasil.

O Governo estimulará amplo debate nacional sobre a futura Constituição, de modo a preparar a Nação para promulgá-la em clima de liberdade e participação de todas as forças políticas, sem exclusão de ninguém, porque uma democracia pluralista e aberta não pode conter discriminação ideológica. Assim convocaremos, em breve, a Assembleia Nacional Constituinte.

Por outro lado, iniciaremos imediatamente consultas com vistas à formulação de um projeto político integrado para a Nova República.

Quero anunciar à Nação que, em seguida, na presença dos presidentes da Câmara e do Senado, dos presidentes dos partidos e dos seus líderes perante o Congresso Nacional, assinarei mensagem encaminhando proposta de emenda à Constituição restabelecendo as eleições diretas acabando com o Colégio Eleitoral, que se reuniu, em 15 de janeiro, para que fosse extinto. É o que estamos fazendo.

Embora a duração do mandato presidencial deva ser objeto de deliberação soberana da Assembleia Constituinte, manifesto, de logo, a minha posição de que este mandato deva ser de quatro anos.

Senhores ministros:

Algumas considerações e recomendações finais. Não abdicó da responsabilidade de todas as decisões do Governo. Exercerei supervisão e controle sobre toda a máquina administrativa que necessita de mecanismos modernos de ação.

A unidade do Governo é básica. Ele deve agir com espírito de corpo e de maneira solidária. A falta de recursos jamais deve ser o apanágio da inoperância. Devemos voltar às coisas simples e ao poder criativo para encontrar maneiras de realizar em condições adversas.

O ritmo do Governo deve ser o do trabalho árduo. O Governo não é uma festa, mas o exercício de uma missão. Assim, deve ser austero e humilde.

A falta de recursos não deve ser o apanágio da inoperância.

Devemos voltar às coisas simples e ao poder criativo para realizar.

A coesão do Governo é, portanto, imperativo, das severas razões nacionais. Sei como sabem os senhores, que estamos todos sujeitos à fragilidade da nossa condição humana. Mas a hora é singular e singular deve ser a nossa atitude. Temos que nos conduzir acima de nós mesmos, e exigir mais virtudes de nossas virtudes, mais paciência de nossa paciência, e mais inteligência de nossa razão.

As grandes transformações se fazem com sacrifícios. Deus nos tem preservado dos conflitos políticos maiores. Soubemos realizar a grande mudança de março, sob a bandeira do entendimento. Para fazer a Pátria com justiça vamos depender da inteligência e do desprendimento dos homens públicos, a começar pelo desprendimento daqueles que integram a cúpula do Governo.

Continuaremos essa marcha. Ela não será detida por nada. No rigoroso respeito para com o povo brasileiro, a que servirei com honra e devotamento, exercerei a Presidência da República na plena autoridade que me concede a Constituição.

Não me sinto inibido diante das circunstâncias que me conduziram a este momento, ao contrário elas me exigem mais força e mais audácia. Este é meu dever e eu cumprirei com absoluta determinação.

As manifestações de apoio e confiança que venho recebendo do povo brasileiro ajudam-me a cumprir minhas obrigações para com o País.

Agradeço a todos os senhores pela dedicação nestes primeiros e difíceis dias de Governo.

Não preciso pedir-lhes mais uma vez o espírito de equipe. Este deve ser primeiro dever da lealdade da Nova República, que exige trabalho e sacrifício.

Relato do Ministro do Planejamento, João Sayad, na primeira reunião ministerial.

Logo após a primeira reunião do Ministério da Nova República, Vossa Excelência determinou à Secretaria de Planejamento da Presidência da República que, em conjunto com os ministérios setoriais, elaborasse uma proposta para as prioridades sociais de 1985. Duas condições o senhor estabeleceu: primeiro, considerada a urgência de desfecharmos o combate contra a fome, miséria e desemprego, não se deveria criar programas novos de longa e demorada maturação. Trata-se de dar maior eficácia aos programas já existentes. A segunda condição, considerado o perigoso déficit público, a necessidade de combater sem trêguas a inflação e, portanto, dada a premência de controlar os gastos do setor público, as prioridades sociais, que ora submeto à apreciação de Vossa Excelência, precisariam ser apoiadas com recursos não inflacionários. Dessa avaliação interministerial, concluída em um mês, resultou um conjunto de projetos sociais cuja prioridade máxima estou submetendo, hoje, a Vossa Excelência, juntamente com as medidas legais que os viabiliza. Este governo, pode assim, anunciar imediatamente suas prioridades sociais para o ano de 1985. Elas se resumem em programas nas seguintes áreas: na área da alimentação, incluem-se aqui a merenda escolar, a alimentação de gestantes e nutrízes, alimentação de crianças de zero a dois anos e a formação de um fundo rotativo no âmbito da COBAL destinado à aquisição e distribuição de uma cesta básica de alimentos nas periferias dos grandes conglomerados urbanos e nas áreas rurais mais carentes. Quanto à saúde, nos concentraremos, especialmente nos combates a endemias, saneamento básico e habitação populares. Nestas áreas, os investimentos, esperamos, terão um duplo impacto positivo. Atendem às necessidades primordiais e ainda trazem um benefício adicional de gerar empregos. Em relação à justiça e segurança pública, em particular, concentraremos nossos esforços na construção de presídios e delegacias, projetos que se reúnem a um mutirão contra a violência determinado por Vossa Excelência. São também programas de grande impacto na geração de empregos; gostaria de salientar que todos estes projetos conferem prioridades especiais às populações mais carentes do Nordeste, contemplados, ainda, com problemas específicos assentados nos recursos do PIM-PROTERRA.

Todos estes programas envolvem diretamente a Secretaria de Planejamento e os Ministérios da Educação, Saúde, Agricultura, Justiça, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e Ministério do Interior e os recursos provêm, basicamente, do Finsócial e do Pim-Proterra.

A primeira avaliação indicou que os programas de prioridades sociais de 1985 contam com dotações orçamentárias estimadas em torno de 6 trilhões de cruzeiros. O levantamento preliminar das necessidades adicionais revelou a premência de novas destinações no montante de cerca de 6 trilhões de cruzeiros.

Informo, hoje, a Vossa Excelência, que será possível obter esses recursos adicionais de modo não-inflacionário. De fato estou submetendo a sua aprovação que o excesso de arrecadação do Finsócial estimado em 3 trilhões de cruzeiros e do Pim-Proterra estimado em 800 bilhões de cruzeiros serão destinados prioritariamente aos programas sociais, e as dotações necessárias poderão ser alcançadas sem a transferência para este

projeto de 2 trilhões de cruzeiros de recursos tributários do tesouro. Ao todo, portanto, as prioridades sociais de 1985 têm, desde já, uma dotação de 12 trilhões de cruzeiros. Para garantir a eficácia para a utilização destes recursos, estou submetendo a vossa excelência, decreto que regula as liberações das dotações do FINSOCIAL e do Pim-Proterra. Basicamente, estas liberações passam a ser feitas conforme o programa previamente estabelecido entre a Secretaria do Planejamento e o Ministério da Fazenda e que serão rigorosamente cumpridos. Estes decretos impedirão que os recursos da área social prioritária sejam utilizados para outros fins ou que não sejam liberados de forma regular. Circunstância que, às vezes, compromete de modo total a eficácia dos programas.

Finalmente, é preciso esclarecer que numa definição abrangente da área social o governo já conta hoje com uma dotação orçamentária de 19 trilhões de cruzeiros, já deduzidos o impacto da contenção de despesas. Neste universo, foram selecionados e eleitos prioritários os programas voltados, especificamente, para o combate à pobreza e miséria e para geração de empregos nas regiões mais carentes. Eram estes programas que tinham a dotação inicial de 6 trilhões de cruzeiros e que sendo prioritários receberão, preferencialmente, os recursos gerados por excesso de arrecadação nesse campo, os 6 trilhões de cruzeiros, a que me referi antes, formando um total de 12 trilhões para o ano de 1985.

Senhor Presidente, nós nem queremos e nem podemos enganar ninguém. Sabemos que estes recursos estão longe de serem suficientes, mas nós estamos apenas começando o sistema de prioridades e liberações regulares preferenciais de recursos para a área social, que ora submeto a Vossa Excelência, e que poderá ser permanente. Orientará e informará os próximos orçamentos preparados pelo Governo da Nova República e que terão como prioridade o programa e princípio de combate à pobreza e ao desemprego.

ATO DO PRESIDENTE Nº 74, DE 1985

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, e revigorada pelo Ato nº 12, de 1983, da Comissão Diretora, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de Lucio Veríssimo Machado de Souza, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 21 de março de 1985, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Murilo Badaró, Líder do PDS.

Senado Federal, 9 de maio de 1985. — José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 75, DE 1985

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, e revigorada pelo Ato nº 12, de 1983, da Comissão Diretora, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de Inaê Amado, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 1º de março de 1985, com lotação e exercício no Gabinete da 1ª Vice-Presidência.

Senado Federal, 9 de maio de 1985. — José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 76, DE 1985

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do processo nº 006431 85 2, resolve aposentar, voluntariamente, Sarah Gorenstein, Taquígrafo Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso III, parágrafo único, e 102, inciso I, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, e 414, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e artigo 2º, parágrafo único, da Resolução nº 358, de 1983, com proventos integrais acrescidos de 20%, bem como a gratificação especial de desempenho, a gratificação de nível superior e a gratificação adicional por tempo de serviço, observado o limite previsto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 9 de maio de 1985. — José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CENTRO GRÁFICO

Ata da 105ª Reunião

Às dez horas do dia vinte e cinco do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, na sala de reunião do Conselho de Administração do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Aiman Nogueira da Gama, por delegação do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal — Senador Moacyr Dalla — presentes os Conselheiros Luiz do Nascimento Monteiro, Sarah Abrahão, Luciano de Figueiredo Mesquita e Aloysio Barbosa de Souza, presentes, ainda, Rudy Maurer, Luiz Carlos de Bastos, Maria de Nazaré Pinheiro Carneiro e Agacieli da Silva Maia, respectivamente Diretor Administrativo, Diretor Industrial, Assessora Jurídica e Auditor do CEGRAF, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Centro Gráfico do Senado Federal. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro Luiz do Nascimento Monteiro que apresentou parecer homologatório sobre a Prestação de Contas do CEGRAF, referente ao 4º Trimestre de 1984. Em seu parecer o Conselheiro diz da exatidão das contas apresentadas e que a mesma está em condições de ser encaminhada à Egrégia Comissão Diretora do Senado Federal para aprovação e posteriormente ser remetida ao Tribunal de Contas da União. Após a conclusão do parecer, o mesmo foi amplamente apreciado por todos os presentes. Logo após, o Senhor Presidente — Dr. Aiman Nogueira da Gama — colocou a matéria em votação; sendo, a seguir, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, o Senhor Presidente — Dr. Aiman Nogueira da Gama — declara encerrados os trabalhos e para constar, Eu, Maurício Silva, Secretário deste Conselho de Supervisão, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais Membros. Brasília, 21 de março de 1985. — Aiman Nogueira da Gama, Presidente em exercício — Luiz do Nascimento Monteiro, Membro — Luciano de Figueiredo Mesquita, Membro — Sarah Abrahão, Membro — Aloysio Barbosa de Souza, Membro.

PARECER Nº 85

Relator: Luiz do Nascimento Monteiro.

Sobre a prestação de contas do CEGRAF relativa ao 4º trimestre de 1984.

Submete-se à nossa apreciação, a prestação de contas do Centro Gráfico do Senado Federal relativa ao 4º tri-

mestre do exercício financeiro de 1984, constituída dos balancetes dos Sistemas Orçamentário, Financeiro e Patrimonial.

O Sr. Auditor do órgão supervisionado por este Conselho, no Parecer nº 5/85, anexo, declara haver examinado as contas por amostragem, de acordo com as normas de auditoria aplicadas ao serviço público, inclusive com revisões parciais na arrecadação e recolhimento da receita, bem como confronto, por testes, com os registros existentes.

Concluindo, aquela Auditoria oferece parecer favorável à sua aprovação.

A nosso ver, não há como infirmar as contas apresentadas pelo Diretor Executivo do CEGRAF que, não refugem aos mandamentos legais e regulamentares, antes a eles se ajustando, ao ponto de levar-nos, também pelo método de amostragem e com base no parecer técnico supracitado, a opinar pela aprovação da prestação de contas.

Em 25 de fevereiro de 1985. — Presidente — Aiman Nogueira da Gama, Relator — Luiz do Nascimento Monteiro — Sarah Abrahão, Membro.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

3ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de abril de 1985

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de ano de mil novecentos e oitenta e cinco, às dezessete horas, presentes os Senhores Senadores Nelson Carneiro, Presidente, João Lobo e Deputados João Faustino, Vice-Presidentes, José Ribamar Machado, Milton Figueiredo, Nilson Gibson e o Doutor Luiz do Nascimento Monteiro, reúne-se o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Senhor Presidente inicia os trabalhos dando ciência do expediente remetido pelo Banco do Brasil S.A. — GEREN/OPEN-85/701-328, de vinte e quatro do corrente, que comunica o atendimento da isenção de impostos às nossas operações, retroagindo a medida às operações até então realizadas, conforme lançamento de crédito a nosso favor constante do aviso de dezessete do corrente. Comunicou, ainda, que no próximo dia três de maio, às dez horas, será concedida pelo Congresso Nacional o título de Grão-Mestre da Ordem ao saudoso ex-Presidente do Instituto, Deputado Bento Gonçalves, convidando todos os Conselheiros a comparecerem a essa justa homenagem que será prestada em Sessão Solene. A seguir, cientificou que virão ao IPC, doravante, para informar, todos os processos de despesas médico-hospitalares decorrentes de assistência médica ou cirúrgica, cujo reembolso seja solicitado à Câmara dos Deputados, consoante o Ato da Mesa nº 24, de 1983. Dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente, Deputado João Faustino, este informou que a Imobiliária Vera Empreendimentos Imobiliários Ltda. está solicitando autorização para nova locação da sala 1.105 do Edifício Palácio do Comércio — Setor Comercial Sul de propriedade do IPC, com o aluguel mensal de Cr\$ 550.00 (quinhentos e cinquenta mil), preço de mercado, ao mesmo tempo em que comunica sobre o débito pendente da locação anterior em vias de recebimento com a intervenção do seu Departamento Jurídico. A mesma firma encaminha cópia da Ata da Assembléia Geral do condomínio do Edifício Denasa, realizada em vinte e sete de março próximo passado, na qual foram aprovadas reformas e melhorias de responsabilidade do Condomínio, cujo montante seria rateado proporcionalmente a todos os condôminos, em forma de taxa extra, em dois pagamentos, vencíveis em quinze de abril e quinze de maio do ano em curso.

Debatida a matéria, foi aprovada nos termos propostos, tendo, antes, o Conselheiro, Senador João Lobo, sugerido que as próximas propostas sejam calculadas com base na alíquota referente ao salário mínimo que estiver vigindo na ocasião, forma que vem sendo adotada para impedir a defazagem dos aluguéis. O Senhor Presidente acolheu a sugestão comunicando que ficaria o Senhor Vice-Presidente, que está cuidando do assunto, de estudar essa possibilidade. Foram os seguintes servidores admitidos como Segurados Facultativos: Maria Madalena da Silva, Ronald Bezerra de Menezes, Humberto Caetano de Almeida, Petronilho Rodrigues da Silva, Isaías Alves de Castro, Zélia Maria Rodrigues Souza, Jorge de Souza, Líbia Maria Lopes Dourado Alves, José Murilo Freitas, Kátia Naizer de Moura Machado, Deusdete Gonçalves da Silva, Linda Nelma Suely Curado e Souza, Luiz Antônio dos Santos, João Miguel Milanez, Ana Maria Domingues dos Santos Silva, Pedro Aureliano de Paula, Eurico Jacy Kopp Auler, Roberto Mariano de Castro, João Gomes de Olinda, Irene Martins da Costa, Luiz Bernardo Guimarães e Jacyr Alzira de Santana. A seguir, foram relatados e aprovados os seguintes processos: — de concessão de pensão a José Bonifácio Cardoso Fregapani e Antônio Russo; de integralização de carência a Carlos Nelson Bueno. Finalmente, houve distribuição dos seguintes processos: de concessão de pensão a Alzira da Silva Macedo e Mirian Amora de Assis Republicano, respectivamente aos Senhores Conselheiros Raimundo Urbano e Carlos Wilson, de Auxílio-funeral ao Sr. Octacílio Santiago Rezende ao Conselheiro Francisco Studart. Nada mais havendo a tratar, é encerrada a reunião às dezoito horas e trinta minutos. E, para constar, eu, Zilda Neves de Carvalho, Secretária, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador Nelson Carneiro — Presidente.

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

1ª Reunião (instalação) realizada
em 2 de abril de 1985

Às quinze horas do dia dois de abril de mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Mauro Borges, Alexandre Costa, Henrique Santillo, Aderbal Jurema, Luiz Cavalcante e Nivaldo Machado, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Raimundo Parente, Lomanto Júnior, Benedito Ferreira, Mário Maia, Alfredo Campos, Lourival Baptista e Carlos Lyra.

Assume a direção dos trabalhos o Presidente da Comissão no biênio anterior, o Senador Alexandre Costa, que declara aberto os trabalhos, anunciando aos seus pares, a presença na Reunião de diversas autoridades e representantes de classe, e, em seguida, esboça, em linhas gerais, todo o trabalho à frente da comissão durante a sua gestão, salientando o bom relacionamento que teve com o Governo do Distrito Federal e o atendimento integral aos pedidos das instituições que procuraram uma solução, perante o Governo local, através desta Comissão.

Continuando, o Senhor Presidente esclarece que a presente reunião se destina à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio de 1985/1986.

Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente designa para funcionar como escrutinador o Senhor Senador Henrique Santillo.

Procedida a eleição, constata-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Mauro Borges 6 votos

Para Vice-Presidente

Senador Raimundo Parente 6 votos

O Senhor Presidente Senador Alexandre Costa proclama eleitos por unanimidade Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Mauro Borges e Raimundo Parente, e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Uma vez empossado, o Senhor Senador Mauro Borges manifesta os seus agradecimentos pelo sufrágio de seu nome para o exercício de tão honroso cargo e esboça, em linhas gerais, o seu programa de trabalho a ser feito à frente da Comissão do Distrito Federal, durante o período da sua gestão.

Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Mauro Borges franqueia a palavra a quem dela queira fazer uso, usando da mesma os Senhores Senadores Alexandre Costa, Henrique Santillo e Nivaldo Machado, cujos pronunciamentos são publicados em anexo a esta Ata, por determinação do Senhor Presidente.

Continuando o Senhor Presidente, Senador Mauro Borges, manifesta os seus agradecimentos pelas palavras de júbilo e incentivo dos seus pares, para dirigir a Comissão do Distrito Federal, no biênio 85/86.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente determina que as reuniões ordinárias deste órgão técnico sejam realizadas às terças-feiras às 10:00 horas e declara encerrada a presente reunião, lavrando eu, Kleber Alcorado Lacerda, Assistente da Comissão, esta Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes. — Mauro Borges.

ANEXO À ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 1985, REFERENTE AOS PRONUNCIAMENTOS DOS SENHORES SENADORES; NA INSTALAÇÃO DA COMISSÃO, FEITOS DURANTE A REUNIÃO, QUE SE PUBLICA, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE:

Presidente: Senador Mauro Borges

Vice-Presidente: Senador Raimundo Parente

Integra do apanhamento taquigráfico da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — vamos proceder à instalação da Comissão do Distrito Federal, e à eleição do seu Presidente e Vice-Presidente para o período de 1985/86.

Os Partidos já indicaram os nomes que deverão compor a Comissão. Pelo PDS, Senadores Raimundo Parente, Lomanto Júnior, Benedito Ferreira e Alexandre Costa; pelo PMDB, os Senadores Mauro Borges, Henrique Santillo, Mário Maia e Alfredo Campos; pelo PFL, os Senadores Aderbal Jurema, Carlos Lyra e Lourival Baptista; com seus respectivos suplentes.

Havendo número legal, vamos proceder à eleição.

Peço aos Srs. Senadores que recebam a cédula e procedam à votação.

Procede-se à votação.

Convido o Sr. Senador Henrique Santillo para proceder à apuração dos votos. (Procede-se a apuração).

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Sr. presidente, por unanimidade, foi eleito Presidente o Senador Mauro Borges, e Vice-Presidente, Senador Raimundo Parente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Procedida a apuração, foram eleitos os Senadores Mauro Borges para Presidente e Raimundo Parente para Vice-Presidente, para os quais peço uma salva de palmas. (Palmas).

Sr. Senador Mauro Borges, antes de convidar V. Exª para assumir a presidência desta Comissão que, por dois anos, tive a honra de dirigir, desejo dizer que, nesses dois anos, dentro das grandes restrições contidas nas atribuições desta Comissão, tenho a consciência tranquila de que tudo fiz para poder prestar reais e bons serviços ao Senado Federal e à Cidade de Brasília.

De um colega seu de bancada, o eminente Senador Henrique Santillo, tive oportunidade de receber, S. Exª, então, como 1º-Secretário da Casa, o maior apoio, a maior solidariedade, para que eu pudesse fazer o que pretendia, atingir o objetivo que pretendia alcançar.

Se mais não fiz, as atribuições não deixaram ou as deficiências naturais do homem público. Mas eu pude travar um entendimento muito grande com o Governo Federal, entendimento, que, tenho a honra de dizer, foi bom, porque o Governo do Distrito Federal, toda a vez que necessitou da Comissão do Distrito Federal, para cá mandou mensagens sérias, objetivas, e que correspondiam aos reais interesses da coletividade.

Atendi às sociedades de base que me procuraram. Estive nas várias entidades de Brasília, ora pronunciando conferências, ora recebendo solicitações e todas elas, sem exceção alguma, eu as encaminhei ao governo do Distrito Federal. Se muitos pleitos consegui solucionar, para alegria minha e daqueles que pleitearam, muitas outras, pela impossibilidade natural das leis, o Governo teve que negá-las.

A verdade é que eu não poderia fazer mais do que fiz. Pretender os que muitos acham, os que muito desejam, exigir desta Comissão o que ela não pode fazer, seria estabelecer, aqui nesta Casa, aqui nesta sala, um governo paralelo ao governo do Distrito Federal, e não caberia a mim, nem por formação, e por falta de condições, fazê-lo. Mesmo porque nada que foi correto, nada que foi pleiteado dentro da seriedade daquilo que pôde ser feito, o Governo do Distrito Federal me negou.

Transmitindo o cargo a V. Exª, Senador Mauro Borges, homem da maior experiência, que conduz uma bagagem de tradição de família, oriunda de Goiás, ontem Brasília, hoje vizinho de Brasília, que conduz a experiência de um grande governador do seu Estado, e de, hoje, um Senador que honra o Senado, quer pela sua simplicidade, quer pelas suas atitudes, quer, também, pela sua experiência, estou certo e cheio de alegria que estou transmitindo, também, a um colega que aqui assumirá e poderá, com toda essa qualificação, realizar uma administração à frente desta Comissão, preenchendo os vazios que, por deficiência ou incompetência, eu não pude preenchê-los.

Ao convidar V. Exª para assumir a presidência, eu o faço formulando os melhores votos, os mais sinceros votos ao amigo, ao Senador, ao presidente da Comissão do Distrito Federal.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Srs. Senadores, Srs. Parlamentares aqui presentes, autoridades, minhas Senhoras, meus Senhores e amigos que me dão a honra de comparecer a este ato de rotina, este ato simples, e eminente Senador Alexandre Costa, que agora me transfere a direção da presidência da Comissão do Distrito Federal.

Recebo esta incumbência, esta alta responsabilidade, com muito júbilo, com muita alegria e, sobretudo, consciência das responsabilidades que pesam sobre mim, sobretudo de receber das mãos de V. Exª um eminente Senador, um homem de grande experiência, ex-Governador do seu Estado, um dos construtores destas instalações modernas que nós hoje desfrutamos, um homem que tem dado os melhores exemplos de trabalho, de participação na vida legislativa do Senado, com a sua presença permanente nesta Casa e, sobretudo, com a sua independência de caráter, com a sua decisão, com a sua firmeza de atitudes. Sinto-me muito honrado, Sr. Senador Alexan-

dre Costa, de ter recebido das mãos de V. Exª a presidência desta Comissão e prometo não deslustrar os trabalhos que V. Exª fez, assim como os dos outros que nos antecederam.

É com grande satisfação, com grande entusiasmo, que hoje exerço essa tarefa.

A nossa situação é toda especial. O Legislativo do Distrito Federal não é comum. O município tem a sua câmara de vereadores, o Estado tem a sua assembleia legislativa e aqui, que não é bem um Estado e não é bem uma cidade, um município, tem no Senado o seu legislativo. E como órgão de ação, a Comissão técnica do Distrito Federal que age, como as demais comissões do Senado, para preparar decisões de Plenário.

Nós reconhecemos que, dada a organização, a estruturação do Senado, por mais que queiramos, não temos as condições nem o tempo para exercer, de fato, a representação popular do Distrito Federal. Isso seria, realmente, inviável. Mas, de qualquer forma, ajudamos e, como disse, com as limitações citadas pelo Senador Alexandre Costa, formamos, de certa forma, o Legislativo do Distrito Federal, encaminhamos as soluções para os Poderes competentes.

Entretanto, pessoalmente, acho, embora considere que essa é uma matéria polêmica, não haja realmente um consenso, a meu ver, agora que estamos começando a viver os novos tempos da Nova República, o fim do regime autoritário, com uma participação muito maior do Congresso Nacional, na vida do nosso País, acho que se deveria pensar, realmente, com muita seriedade, com muito interesse, na representação popular do Distrito Federal. E não vejo como fazê-la retirando o vereador. O vereador é a primeira escala da democracia (palmas), é o primeiro passo. É ele quem tem a intimidade, a convivência, conhecido por todos, às vezes até mais pelo seu apelido do que pelo seu nome. É o homem da intimidade, é o homem que, quando arrebenta um cano d'água, antes mesmo de se falar com o executivo, já se vai atrás do vereador para ele ser o patrono do reparo rápido.

E também, meus Senhores, o problema do governador. Também não há consenso sobre essa matéria. Eu mesmo, quando propus aqui a representação política para o Distrito Federal, propus que, no caso do governador, que não era propriamente uma representação na mudança, nesse caso, o governador deveria ser escolhido pelo Presidente da República, mas submetido à população do Distrito Federal, com um plebiscito, para homologar, democratizar a sua escolha.

Conversando posteriormente com o nosso candidato, o nosso eminente Líder, Presidente Tancredo Neves, antes ainda da sua eleição, conversando com S. Exª sobre esse assunto, e numa palestra que proferiu no OAB, S. Exª disse que realmente preferia eleição direta para governador do Estado. Eu aleguei uma pequena inconveniência, que seria a do Presidente da República apoiar um determinado candidato e ele não ser eleito, vencer o adversário. Disse-me S. Exª: "mas isso é uma objeção pequena, na verdade, há muito mais vantagem na eleição direta." "Com o que concordei entusiasmado, eu reconheço que fui tímido na minha proposta, mas S. Exª foi mais avante, com essa proposta.

Portanto, meus amigos e povo do Distrito Federal, só cabe agora nos agarrarmos à palavra do nosso Presidente (palmas), lutar pela eleição direta. Aparentemente, é muito fácil, o Presidente escolhe e indica. Mas vejamos que o Distrito Federal está até agora sem a indicação do Governador, e não deve ter sido por acaso. Deve ter sido, realmente, por dificuldades reais que apareceram que dificultaram a indicação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Portanto, o melhor, mesmo, é a voz do povo.

Há que se notar alguns receios com relação à Câmara de Vereadores. É que esta é uma cidade diferente. Ela é feita a um tempo só, para quem vive aqui, para o povo de Brasília, do Distrito Federal e, também, para o nosso País. Brasília é uma cidade que pertence à Nação. Todos

têm um pouco de propriedade, senão real, pelo menos espiritual, emotiva, com relação a Brasília. Não se pode pensar numa administração que só cuide dos interesses específicos da população. É preciso, de um lado, pensar nesses interesses, que são absolutamente legítimos, mas pensar, também, nos interesses desta Nação, que fez esta cidade, que investiu aqui e que quer que haja um clima de paz, de tranquilidade, de organização, de equilíbrio social, para que funcionem bem aqui os Poderes da República e as embaixadas.

Penso que é preciso estudar, debater, mas, creio, que não seria demais pensar em conservar esta Comissão do Distrito Federal como uma comissão para ser usada poucas vezes, que seria o caso de leis da Câmara de Vereadores que possam chocar-se com os interesses da República.

Digamos aí a utilização de enormes espaços verdes que possam comprometer a vida de Brasília. Nesse caso é de todo interesse que se anteponham obstáculos para que aqueles pressupostos que levaram à construção dessa cidade não sejam feridos. Seria o sistema bicameral, ficando esta Comissão do Distrito Federal encarregada da defesa daqueles pontos que incidirem na modificação da estrutura da cidade, dos seus padrões urbanísticos — digamos assim.

Mas, eu queria aproveitar a oportunidade para dizer a todos que aqui estão que vamos viver, a partir deste ano, uma época histórica, completamente diferente do passado, da construção de Brasília até aqui.

Estamos às vésperas das bodas de prata de Brasília, do seu aniversário. Estamos muito próximos dessa data e acontece que, para o ano que vem, se esperam as eleições para governadores de Estados, para vereadores, provavelmente, para Deputados e Senadores. Isso exige uma vida nova para o povo brasileiro, exige, efetivamente, um debate muito amplo, uma participação de todos, da qual penso não se deve excluir esta Comissão, dada a situação completamente nova que se criou. Naturalmente, cada um, dependendo da sua própria vocação, do seu interesse, mas creio que, certamente, a Comissão haverá de participar. Sobre tudo pela minha pessoa. Pessoalmente, teria muita satisfação em participar dos debates, desse exame do futuro de Brasília.

É evidente que tudo aqui tem que ser debatido e, muitas vezes, contestado, muitas vezes repensado. O passo inicial é a organização dos partidos. A vida partidária aqui, no momento, é clandestina. Eu mesmo apresentei um projeto de lei, que tramita no Senado, para que se tire a proibição da organização política e se possam imediatamente organizar os instrumentos que vão fazer jus, ou que vão fazer uso da representação política sem o que não há sentido.

Portanto, meus Senhores, há realmente uma vida nova. Brasília, a partir deste ano, inaugura um novo período de vida, de expectativas imediatas; é o contato imediato com a democracia, a participação. Eu faço um apelo, desde agora, para que se procure a Comissão Interpartidária, para as leis eleitorais e leis políticas, para que esses assuntos, referentes à representação política, à eleição para governador, sejam debatidos e que o povo, através de suas organizações, manifeste o interesse por uma melhor participação. Isso seria de grande importância, procurar não só os relatores da matéria, como os Presidentes dos Partidos e os Líderes de cada Partido.

Brasília tem, no seu escudo, uma legenda latina *vanis venturis*, os ventos que hão de vir, os ventos que farão a mudança, os ventos que, de vez em quando, levantam a poeira, levantam as folhas assentadas, para que se possa fazer a renovação, para que se possa, realmente, estar com as instituições políticas e com a sociedade sempre renovada, sempre atualizada.

Agradeço, profundamente penhorado, a presença de todos aqui, especialmente dos meus colegas Senadores, e

tenho a esperança de que possamos ter muitas reuniões, aqui nesta Comissão e que possamos, realmente, nesta fase nova de Brasília, ajudar, colaborar na evolução política, nas conquistas políticas do nosso povo.

Muito obrigado. (Palmas.)

Tenho a satisfação de convidar, para fazer uso da palavra, o nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Nobre Senador Mauro Borges, Srs. Senadores, Srs e Srs.:

Estamos vivendo momentos de angústia nacional com a crítica situação de saúde do nosso líder maior, condutor do processo de transição para a democracia deste País, Presidente Tancredo Neves.

Mas é preciso que continuemos — esse é o lema — a sociedade assim o exige. E após as suas judiciosas palavras, eminente Senador Mauro Borges, a mim me resta apenas congratular-me com esta Comissão por tê-lo eleito dela Presidente, a V. Exª, que é um dos homens públicos mais sérios que conheço deste País; (Palmas.) a V. Exª, que tem uma carga de experiência e de saber muito grande, para emprestar na condução desta Comissão, neste momento importante de Brasília e do Brasil.

Quero, pois, que minhas palavras sejam de congratulações, rápidas e simples. Mas não poderia, também, eminente Senador Mauro Borges, deixar de colocar aqui o meu reconhecimento, como Senador, ao trabalho desempenhado pelo ilustre Senador Alexandre Costa, nestes últimos dois anos, à frente desta mesma Comissão. (Palmas.)

Desempenhou S. Exª o seu mandato, o mandato que lhe foi outorgado por seus pares, com todo o respeito e dignidade. Durante todos os dois anos, de forma clara, manifestou S. Exª, através dos meios de comunicação, sua posição de democrata, em relação à necessidade urgente da conquista da representação política no Congresso Nacional pelo povo brasileiro; em relação à constituição imediata de um Legislativo próprio para esta Terra e, também, em relação às eleições diretas para o Governador do Distrito Federal.

Em nenhum momento, sua posição foi equívoca. Sempre foi clara, como Presidente da Comissão do Distrito Federal, traduzindo, de resto, a aspiração, que consideramos unânime, da população brasileira.

Muito bem disse V. Exª, profundo conhecedor dos problemas de Brasília e de sua região geoeconômica. Que Brasília vive dois momentos e precisa ser vista sob dois prismas, sob duas perspectivas diferentes: numa, aquilo que é mais legítimo, o fato de o povo brasileiro ter-se transformado, verdadeiramente, em povo e ter direito ao reconhecimento de sua cidadania, por um processo de conquista de todos; e, o outro, é o fato de Brasília precisar servir ao Brasil; feita, construída pelo trabalho, pelo denodo de todos, com a participação de quase todos os brasileiros, sem dúvida, para servir ao Brasil.

Mas não perderemos de vista, nunca, a realidade construída no dia-a-dia, nestes últimos 25 anos, que é o fato de a população brasileira estar hoje com forum de povo brasileiro, portanto, ter direito a eleger seus deputados, seus senadores, seu Legislativo próprio, vereadores ou deputados, seja com for, mais um Legislativo próprio e eleger, também, por via direta, embora com os senões, que eu mesmo encampo, apresentados por V. Exª, mas também com as considerações também judiciosas do Presidente Tancredo Neves, a eleição direta de seu governador. (Palmas.)

Eis por que quero que V. Exª saiba, nesses próximos dois anos, realizando, como há de realizar, um trabalho muito importante para Brasília, nesse momento especial que ela vai viver, com bem disse V. Exª, por favor, conte com a humilde e modesta colaboração deste seu admira-

dor, deste seu para, deste seu co-representante do nosso querido Estado de Goiás. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Tenho a honra de convidar para fazer uso da palavra, o eminente Senador Nivaldo Machado.

O SR. NIVALDO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. ilustres membros desta Comissão.

Suplente desta Comissão, sinto-me honrado por integrar agora, em substituição a um companheiro de representação popular, este órgão do Poder Legislativo.

Honrado e agradecendo, também, a oportunidade de vir aqui, senão dar o testemunho, pelo conhecimento direto, da atuação do anterior Presidente, Senador Alexandre Costa, e de V. Ex^a, mas através das informações que eu sempre tive o cuidado e a preocupação de obter, a respeito da vida dos homens públicos. Porque a vida dos homens públicos não lhes pertence, pertence ao povo e o povo deve esmiuçá-la, o povo deve procurar entendê-la, interpretá-la, para, na hora de decisão suprema das urnas, ter condições de exercer o seu direito de cidadania, talvez um dos mais importantes do direito de cidadania, que é o exercício do direito de voto.

Por isso é que, Sr. Presidente e meus companheiros, tendo sido vereador na minha cidade, na velha e legendaria marinha dos Caetés, antiga Capital pernambucana, na Cidade de Olinda, iniciando a minha vida pública, logo após a volta do País à normalidade democrática, depois da ditadura Vargas, eu, nesta hora, me sinto à vontade, porque sei, como V. Ex^s o sabem, dar o testemunho de como é importante para o povo ter a sua voz aqui dentro, ter a sua palavra refletida, ter as suas reivindicações defendidas.

Sei quanto é importante para o povo ter o seu representante, a quem possa dirigir-se, aquela primeira autoridade a que se referiu V. Ex^a, nobre Senador Mauro Borges, porque sei, como ia dizendo, quanto é importante ao povo ter o seu representante na Casa Legislativa, para interpretar-lhe o pensamento, atender às reivindicações e defender os seus problemas.

Disso posso dar, Sr. Presidente, o testemunho pessoal, como disse, e repito, que me honrou sobremaneira, de iniciar a minha vida pública pelo humilde mandato de vereador, o mais humilde posto de representação popular, mas que nem por isso deixa de ser tão importante quanto o posto mais alto que agora tenho a sorte, a ventura de ocupar, e que V. Ex^s ocupam com tanta dignidade e competência, o cargo eletivo de Senador da República, aqui estando eu em substituição ao eminente Senador Marco Maciel, Ministro da Educação.

De modo que, para não cansá-los, para apenas, em síntese, transmitir a minha alegria, alegria de quem teve esta oportunidade de participar deste ato da constituição e da eleição da Presidência e da Vice-Presidência desta Comissão, dizendo aqui que essa preocupação, preocupação da representação popular, insubstituível nos regimes democráticos, essa preocupação há de continuar, sei e sinto, pelo que vejo e pelo que tenho lido, há de continuar dominando o povo brasileiro, na sua justa aspiração de ter a sua voz para a defesa das suas legítimas reivindicações.

Portanto, sabendo o quanto representa o vereador, sobretudo, o quem chega, e disse V. Ex^a muito bem, o primeiro pedido do homem, muitas vezes, desamparado e tantas vezes desamparado mesmo, até naquilo que lhe é comum e fundamental, que é o direito de sobrevivência, do homem desempregado, do homem que chega à casa do vereador e do prefeito — prefeito que fui também na minha cidade — e, chega aflito e precisa pelo menos de alguém que lhe dirija a palavra, que tire o lenço para enxugar a sua lágrima, que não é só dele, é de sua família, é de muitos companheiros e amigos. (Palmas.)

Aqui estou, então, para dizer que me sinto pago, premiado, pela oportunidade que V. Ex^a me proporcionou e que lutou por ela, porque, inclusive, conseguiu no Senado o adiamento da minha intervenção, para que aqui eu pudesse, dando número, completar o *quorum* necessário à eleição a que hoje se procedeu.

Portanto, Srs. Senadores, meus Srs., sem me demorar sobre a necessidade de que essa representação adquira uma estrutura completa de vereador, deputado, governador, assunto que, na verdade, será objeto de exame nesta Casa e pelas autoridades, que já preocupa, segundo seu depoimento, Sr. Presidente, o próprio Presidente Tancredo Neves, em torno do qual, na sua figura, esta Nação angustiada hoje se reúne e se une para dirigir o seu culto, a sua oração e as suas preces pela preservação da sua saúde, tão indispensável aos destinos do nosso País.

Portanto, meus amigos, aqui, nesta hora, reafirmo a minha esperança de que esta Casa será a célula mater, a unidade básica fundamental para dar arrimo, respaldo e apoio às justas reivindicações do povo de Brasília. (Palmas.)

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Sr. Presidente, propositadamente deixei para o final, para dizer-lhe que o Senado Federal preferiria vê-lo no Governo do Distrito Federal. (Palmas prolongadas.)

O SR. LUIZ CAVALCANTI — Mas uma coisa não impede a outra... (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Fico, mais uma vez, extremamente honrado com a confiança e a camaradagem e amizade com que me distinguem os meus colegas do Senado, e agradeço especialmente essas palavras de tanta confiança, do meu eminente colega, grande lutador, Senador Henrique Santillo e o aparte dado pelo meu grande amigo, o eminente Senador Luiz Cavalcanti.

Meus Srs., nada mais havendo que tratar, transmito, com muito pesar, a notícia que recebi agora que o nosso eminente Presidente, grande Líder, homem que veio para conciliar, foi novamente levado à sala de operação. O seu estado, evidentemente, deve ser grave, por exigir-lhe uma nova operação, nesta altura, depois de S. Ex^a já ter feito três operações. Acho que só nos resta concentrar o pensamento, fazer orações e pedir a Deus Todo-Poderoso que ajude o nosso Presidente a resistir e que possa viver, para servir ao nosso País que vive uma fase perigosa de transição. O povo compreende isso e mostra, por suas atitudes, uma paciência infinita, esperando que o Brasil se organize e que possa trabalhar em paz, cumprindo seus deveres e obrigações, para que se crie uma sociedade estável e feliz.

Que Deus ajude o nosso Presidente!

Meus agradecimentos a todos. Está encerrada a reunião.

2ª Reunião, realizada em 8 de abril de 1985.

Às dezessete horas do dia oito de abril de mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, comparecem os Senhores Senadores Mauro Borges, Presidente, Mário Maia, Lourival Baptista, Aderbal Jurema, Marcelo Miranda, Alfredo Campos, Carlos Lyra e Nivaldo Machado, reúne-se extraordinariamente a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Raimundo Parente, Lomanto Júnior, Benedito Ferreira, Alexandre Costa e Henrique Santillo. Fica registrado também a presença dos Senhores Senadores Murilo Badaró, Fábio Lucena e Carlos Chiarelli.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

A seguir, o Senhor Presidente, Senador Mauro Borges esclarece aos Senhores Senadores que a presente reunião se destina a ouvir as palavras do ilustre visitante Doutor Ronaldo Costa Couto, Ministro de Estado do Interior, designado pelo Senhor Presidente da República, José Sarney, para exercer, em caráter interino, como substituto, o cargo de Governador do Distrito Federal, vago em decorrência da exoneração, a pedido, do Senhor José Ornellas de Souza Filho.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Governador, Dr. Ronaldo Costa Couto, que em breves palavras faz um resumo da sua designação para o cargo de Governador do Distrito Federal.

Dando continuidade, o Senhor Presidente franqueia da palavra, para quem dela queira fazer uso, usando da mesma os Senhores Senadores Helvídio Nunes, Alfredo Campos, Carlos Chiarelli e Henrique Santillo, cujos pronunciamentos são publicados em anexo a esta Ata, por determinação do Senhor Presidente.

Antes de declarada encerrada a reunião, o Senhor Presidente Senador Mauro Borges, agradece a presença dos seus pares na presente reunião e também ao visitante, a honrosa presença do mesmo à Comissão do Distrito Federal.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Kleber Alcoforado Lacerda, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Mauro Borges.

ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 1985, REFERENTE AOS PRONUNCIAMENTOS DOS SENHORES SENADORES FEITOS DURANTE A REUNIÃO, QUE SE PUBLICA, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE, JUNTAMENTE COM O PRONUNCIAMENTO DO DOUTOR RONALDO COSTA COUTO, GOVERNADOR INTERINO DO DISTRITO FEDERAL:

Presidente: Senador Mauro Borges

Vice-Presidente: Senador Raimundo Parente

Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus Senhores e minhas senhoras, declaro aberta a primeira sessão da Comissão do Distrito Federal do Senado da República.

Temos, no momento, a satisfação de receber a visita do Ministro Ronaldo Costa Couto, que teve a gentileza de visitar o Senado da República, através da visita a esta Comissão, por razão da sua designação, em caráter interino, para responder pelo Governo do Distrito Federal.

O Senhor Presidente da República comunicou ao Senado a sua decisão do preenchimento temporário do cargo de Governador do Distrito Federal.

Não se tratando de indicação expressa para submeter o indicado à apreciação do Senado da República antes da sua nomeação, não há como fazer o tratamento regimental, ou seja, a inquirição tradicional do indicado como possível Governador do Distrito Federal.

Trata-se, como disse, de visita de cordialidade ao Poder Legislativo.

É necessário destacar, para que fique bem claro, que nos casos normais, não excepcionais como este, o Senado deve, através da sua Comissão do Distrito Federal, convocar e ouvir o candidato e submetê-lo à inquirição, para verificar as suas condições para o exercício do cargo de Governador do Distrito Federal. Não é este o caso. Apenas me refiro a outras oportunidades no futuro.

Sr. Ministro, temos grande alegria em recebê-lo aqui nesta reunião da Comissão do Distrito Federal, com a presença de outros Senadores não membros, a imprensa e pessoas gradadas ao Senado e ao Distrito Federal, que,

naturalmente, terão muitas satisfações em ouvir as palavras de V. Ex^a, e eu, como Presidente desta Comissão, e creio que posso falar em nome de todos os membros, daremos a V. Ex^a as facilidades naturais e normais para o seu pleno exercício nas atividades a que se vai dedicar nestes próximos trinta dias.

O Senado, através desta Comissão, não trará nenhum tropeço à ação de V. Ex^a.

Espero e formulo os melhores votos para que V. Ex^a, neste prazo tão curto, possa fazer aquilo que toda a população espera de V. Ex^a — trabalhar para a sua paz, sua segurança, seu sossego e o seu progresso.

Era o que tinha a dizer a V. Ex^a (Palmas!)

O SR. RONALDO COSTA COUTO — Senador Mauro Borges, Presidente da Comissão do Distrito Federal, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Senhores e Senhoras, meus amigos da imprensa, meus Colegas do Ministério do Interior e do Governo do Distrito Federal aqui presentes, esta é uma visita de cortesia. Entendi do dever do novo Governador do Distrito Federal, Governador interino, devia ser o meu primeiro ato visitar esta Comissão, visitar este Senado.

Devo-lhes dizer que chego à condição de Governador interino do Distrito Federal com dois compromissos: a democracia como princípio, e a liberdade como objetivo permanente. Não é nenhum favor para quem serve à Nova República. Pretendemos governar o Distrito Federal com respeito pela população, com a prioridade para o atendimento dos interesses da população mais pobre, das famílias pobres, que são tantas, principalmente na periferia da cidade. É uma cidade em que já se encontram presentes os problemas que infelizmente se manifestam também nos outros grandes centros urbanos brasileiros. Já temos problemas graves de segurança pessoal, segurança pública, principalmente na periferia. Temos problemas graves de transporte urbano. Temos deficiências já crônicas em termos de infra-estrutura social básica. Temos problema de desemprego. Temos problema da metropolização de Brasília, na qual o nosso caro Presidente é professor.

Brasília, na verdade, excedeu seus limites geográficos. Hoje é uma cidade que alcança o entorno. A população do Distrito Federal, somada à do entorno, já alcança dois e meio milhões de habitantes. Dessa região vem mostrando crescimento populacional explosivo, de que também não cabe descuidar.

Não se surpreendam os Srs. de saber que a região de Brasília cresceu nada menos que 15% ao ano, em termos de população, nos anos 60, e nos anos 70, 8%. Significa, na prática, que a população que temos hoje, aqui, de cerca de um milhão e meio de habitantes, é dez vezes a população de 1960.

Uma cidade que cresce de forma tão explosiva merece ser governada com carinho, com seriedade, com responsabilidade e com competência. Essa competência passa pela formação de uma equipe comprometida com a população desta região, não apenas da cidade de Brasília, passa pela formação de uma equipe que tenha compromisso com o futuro e com os valores da Nova República. Isto será feito.

Governar-se-á Brasília, neste período de interinidade, preparando-se o caminho para o Governador definitivo que virá, em prazo curto.

Aqui pedimos a Deus — tenho certeza de que junto com todos os Senhores — pela recuperação rápida do Presidente Tancredo Neves. A Sua Excelência caberá indicar o nome do Governador definitivo, e certamente o fará com a habitual lucidez e sabedoria que não lhe têm faltado.

Deve ser preocupação de todos os presentes se é possível conciliar as atividades de Ministro do Interior com a atividade de Governador do Distrito Federal. Digo-lhes que sim. Com boa vontade, com objetividade, é possível

conciliar as duas coisas durante algum tempo. Durante muito tempo seria estafante e seria realmente impossível. É viável, para um prazo curto, trabalhar em três tempos: trabalharei pela manhã, pela tarde, pela noite e também nos fins de semana, se preciso. Afinal, trinta dias de sacrifício, de um sacrifício abençoado, para tentar ajudar o povo de Brasília, principalmente o povo mais pobre de Brasília, não é exigência demasiada para quem dedicou a sua vida à carreira pública.

O homem público deve ocupar cargos para servir, e não para se servir deles.

Este é momento de emergência, este é momento de dificuldades, este é também momento de fraternidade neste País. É momento de solidariedade. Temos o nosso Presidente — verdadeiro ídolo de nossa Pátria no momento, pai de nossa Pátria. Temos o nosso Presidente doente. Sou pessoa profundamente ligada ao Presidente, por laços profissionais e afetivo. Tal fato deve ter pesado profundamente na designação do Presidente José Sarney, como também deverão ter pesado as ligações óbvias da atividade do Ministério do Interior com as atividades do Governo do Distrito Federal.

Espero que Deus me ilumine para que eu sempre acerte nas decisões. Espero contar, em todas elas, com o respaldo desta respeitável Casa, desta egrégia Comissão. Tenho certeza de que isto acontecerá, porque os nossos objetivos são os mesmos e os métodos parecidos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Sr. Presidente, Sr. Ministro Costa Couto, Srs. Senadores e Deputados, minha primeira indagação ao Sr. Ministro é relativa à condição em que V. Ex^a aqui se encontra, à qualificação que V. Ex^a aqui traz — Ministro ou Governador?

Nas suas rápidas palavras, V. Ex^a deu a entender, pelo menos assim compreendi, que aqui veio carregando o duplo fardo — Ministro e Governador.

Gostaria que este ponto ficasse esclarecido, a fim de que eu possa prosseguir nas considerações que desejo fazer.

O SR. ALFREDO CAMPOS — Sr. Presidente, para uma questão de ordem. (Assentimento da Presidência)

Pelo que entendi do que V. Ex^a falou no início, se trata de uma visita do Governador do Distrito Federal, do Ministro do Interior a esta Comissão. Não se trata, no momento — como me parece — assim o nosso caro Colega Helvídio Nunes tenha entendido, não se trata de sabatinar o Ministro, até porque a indicação está além de qualquer resolução do Senado. É uma indicação *pro tempore*, é uma indicação para um mês, ou menos até, e não estamos tomando conhecimento da decisão do Presidente da República. Estamos recebendo, em uma visita de cortesia, o Ministro e Governador interino do Distrito Federal, e tão só haveremos de sabatinar aquele que vier ser indicado pelo Presidente da República, para responder efetivamente pelo Governo do Distrito Federal, ou seja, ser nomeado posteriormente para Governador do Distrito Federal, e não o Ministro Costa Couto, que está respondendo interinamente pelo Governo do Distrito Federal.

Poderíamos muito bem travar este diálogo, mas não como sabatina da Comissão do Distrito Federal, pelo que entendi do que V. Ex^a, Sr. Presidente, disse no início desta reunião.

Meu caro Colega Helvídio Nunes não me leve a mal, simplesmente, porque assim o entendi e tenho a impressão de que nós todos, Senadores aqui presente, também entendemos assim.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Estou certo de que o nobre Senador Helvídio Nunes também pensa assim. S. Ex^a apenas iniciou a sua saudação. Óbvio que

eu não precisaria dar a palavra. Cada Senador tem a palavra livre para dirigir uma saudação ou qualquer forma de palavra ao nosso Ministro Ronaldo Costa Couto, que nos visita na qualidade de Governador interino, respondendo pelo Governo do Distrito Federal.

Tenho certeza de que o Senador Helvídio Nunes, com sua clareza de raciocínio, percebe bem essa circunstância. Naturalmente S. Ex^a está na sua Casa e tem direito de falar o que quiser.

Com a palavra o nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente. Agora estou em dúvida, se devo agradecer ou reclamar. (Risos)

Estamos na Nova República. Saímos de um estado de arbítrio para o da plenitude democrática. Pergunto a um Ministro de Estado, também Governador do Distrito Federal, pergunto sem nenhuma malícia, sem atingir, porque entendo que isso não fere S. Ex^a Será que estou dizendo alguma alevisia que aqui está o Ministro, e aqui está o Governador recentíssimo do Distrito Federal?! Que mal existe nesta pergunta?! Desejo saber se S. Ex^a está na condição de Ministro, se está na condição de Governador do Distrito Federal, pois que tomou posse hoje à tarde, ou se está exercendo a dupla qualificação — Ministro e Governador ao mesmo tempo.

Entendi descabida a explicação do nobre Senador por Minas Gerais. Estão procurando fazer uma tempestade num copo d'água!

Está aqui como Governador, como Ministro, ou se na dupla condição de Ministro e de Governador.

O Senado é suficientemente maduro para saber que está vivendo uma hora difícil. Ainda que o Senado não o saiba, vamos supor este absurdo, não poderíamos supor um segundo absurdo, que a nossa civilidade estava inteiramente afastada e que iríamos agredir verbalmente a um homem que, de maneira espontânea, aqui vem render uma homenagem a esta Comissão.

Sr. Presidente, mantenho a minha pergunta, pergunta que não tem sentido escuro, que não fere, que não desagrada. Ao contrário. Se eu fosse Governador do Distrito Federal, sentir-me-ia muito orgulhoso em declinar que era Governador do Distrito Federal.

Insisto, reitero a pergunta, a fim de que eu possa continuar conversando.

Sr. Presidente, V. Ex^a no princípio, disse: "Esta é a primeira reunião da Comissão do Distrito Federal". Integrante desta Comissão, o meu dever é aqui comparecer e participar dos trabalhos. Acredito que este também é o objetivo do Governador, que deseja ouvir, para que possa totalmente acertar.

O SR. CARLOS CHIARELLI — Sr. Presidente, para questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Concedo a palavra, para questão de ordem, ao nobre Senador Carlos Chiarelli.

O SR. CARLOS CHIARELLI — Sr. Presidente, não sou Membro desta Comissão do Distrito Federal. No entanto, como Líder de Bancada, tenho possibilidade desta participação.

Na verdade, longe de nós estejamos sequer presumindo qualquer alevisia nas inteligentes ponderações do Senador Helvídio Nunes, sobretudo no seu estímulo ao orgulho da manifestação das titulações dos nossos visitantes. Apenas pondero que há dispositivos regimentais que regulam a matéria. Se aqui houvesse uma reunião para inquirir, em termos rigorosamente regimentais, o Governador do Distrito Federal indicado, haveria necessidade de que esta reunião fosse secreta, e haveria necessidade de toda uma mecânica procedimental.

Então, estamos aqui dentro deste espírito, inclusive espírito que pautou a manifestação do Senador Helvídio

Nunes, da cortesia, do apreço, da estima, da saudação. Não estamos aqui realmente para o critério da sabatina, e sim apenas para um esclarecimento.

Esta, a questão de ordem que levanto.

O Ministro Costa Couto foi designado para responder interinamente pelo Governo do Distrito Federal — portanto, está temporariamente no exercício de uma função administrativa, a nível local — e também S. Ex.^a é Ministro de Estado. S. Ex.^a vem aqui nos trazer o apreço pessoal e nos dar ciência dessa função transitória.

Sr. Presidente, entendi que V. Ex.^a dissera, no texto da sua manifestação a esta Comissão, que a Comissão realmente vai preservar o direito de arguir e inquirir o Governador que venha a ser indicado em caráter permanente, aquele que efetivamente venha a ter que exercer funções presumivelmente duradoura, e não aquele que, neste momento especial da História do País, neste momento de solidariedade, de fraternidade, de preocupação com valores maiores, assume uma tarefa complementar, transitória, para trabalhar três tempos, e, mesmo não sendo explicitamente o Governador no sentido jurídico e pleno do termo, vai administrar o Distrito Federal momentaneamente.

Neste sentido, Sr. Presidente, deixo expresso que não se trata de uma sessão para ouvir o indicado para Governador, e sim uma sessão aberta em que a Comissão do Distrito Federal recebe a visita daquele que vai administrar transitoriamente o governo do Distrito Federal. Apenas desejo ter a confirmação desta minha dúvida, ou a manifestação de V. Ex.^a, porque creio tê-la ouvido de V. Ex.^a Então, queria ter confirmada essa informação, até para o funcionamento procedimental e regimental dos trabalhos.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Sr. Presidente, quanto é difícil falar na Nova República. (Risos) Estou pedindo um sim ou não. Já ouvimos durante 10 minutos a palavra, de uns, 15 minutos a palavra de outro, e não...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Nobre Senador Helvídio Nunes, teremos a maior honra e o maior prazer em ouvir e doura palavra de V. Ex.^a

Agradeço o esclarecimento do nobre Senador Carlos Chiarelli, pois sei que V. Ex.^a está absolutamente ciente do caráter. Entretanto, creio que S. Ex.^a falou menos para V. Ex.^a ou para mim e mais para o público que aqui está, que não se trata, realmente, de uma reunião clássica da Comissão, que seria secreta para inquirir o indicado para Governador do Distrito Federal.

Estamos ansiosos para ouvir as palavras de V. Ex.^a Peço que continue.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Desenganado, de que não terei a palavra, afirmativa ou negativa, do Ministro, prosseguirei, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO COSTA COUTO (fora do microfone-inaudível.)

O SR. HELVÍDIO NUNES — Sr. Ministro, peço a V. Ex.^a receba a minha participação com o maior respeito. Tenho V. Ex.^a com o maior respeito e grande admiração, pelas informações que ouvi desde a semana passada, sobretudo pelo depoimento que o Senador Murilo Badaró prestou, hoje, no plenário do Senado Federal.

O SR. RONALDO COSTA COUTO (Fora do Microfone) — Estou aqui na condição de Ministro, designado para responder interinamente pelo Governo do Distrito Federal, situação esta produto de dois eventos. Primeiro, o desejo do Presidente José Sarney de homenagear o Presidente Tancredo Neves, que, todos sabemos, tem um nome definido para ocupar o Governo do Distrito Federal, nome esse que não trouxe a público. Então, se aguarda que o Presidente Tancredo Neves, em processo de recuperação, possa explicitar esse nome. Segundo, estou aqui também na condição de democrata que quer visitar a Casa do Povo, quer visitar o Legislativo como seu primeiro ato como Governador interino.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Muito bem! Meus aplausos.

Chegaram duas mensagens ao Senado Federal, ambas datadas do dia 3 de abril. A primeira:

“Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que, na forma da lei e para os devidos fins, acabo de nomear o Dr. Ronaldo Costa Couto, Ministro de Estado do Interior, para exercer em caráter interino, como substituto, o cargo de Governador do Distrito Federal.”

A segunda:

“Para os devidos fins, tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que, na forma da lei, acabo de designar o Dr. Ronaldo Costa Couto, Ministro de Estado do Interior, para exercer em caráter interino, como substituto, o cargo de Governador do Distrito Federal.”

Na realidade, a primeira mensagem, traduzida anteriormente no decreto de 3 de abril de 1985, publicado no “Diário Oficial” de hoje, diz que V. Ex.^a foi nomeado para exercer, como substituto, em caráter interino, o cargo de Governador do Distrito Federal.

Antes que esse novo ato seja publicado no *Diário Oficial*, prevalece a nomeação, e não a designação.

Então, V. Ex.^a hoje foi nomeado, e amanhã, quando circular novo *Diário Oficial*, será designado.

Se estas alterações fossem produzidas no Governo anterior, Governo que não respeitava lei, que desobedecia à Constituição, ainda se justificava, porque, afinal de contas, lá no Nordeste — sou nordestino, sou do Piauí — diz-se com muita propriedade, com muita sabedoria: “cesteiro que faz um cesto faz um cento”.

Em menos de 24 horas V. Ex.^a vai passar de Governador nomeado a Governador interino.

Acredito que não é com esta Nova República que V. Ex.^a sonha.

O Nordeste está passando um dos momentos difíceis da sua história. Depois de 5 anos de seca, agora estamos vivendo um período de enchentes. A esta altura, cerca de 250 mil flagelados estão à espera de providências mais urgentes, mais prontas, mais efetivas do Governo. Enquanto isto, aqui estamos discutindo sobre se V. Ex.^a foi nomeado ou se foi designado. O que me causa espécie, Excelência, é que, de acordo com a lei, que já foi revogada, não por uma lei da mesma categoria, mas pela Lei das leis que é a Constituição, V. Ex.^a foi nomeado para

exercer a Governadoria do Distrito Federal pelo prazo de 30 dias.

Amigo, admirador do Presidente Tancredo Neves, tanto quanto os demais brasileiros, torço, peço e rezo pela recuperação da saúde do ex-Senador, do ex-integrante da Comissão de Constituição e Justiça — Tancredo Neves.

Perguntou-se, por acaso, o Presidente Tancredo Neves, no prazo de 30 dias, não tiver condições de saúde para assumir o Governo, como ficará a situação do Distrito Federal? V. Ex.^a será reconduzido? Se isto ocorrer, V. Ex.^a poderá ser reconduzido “n+1” vezes. Neste caso, alcançaremos aquela situação jurídica a que me referi na tarde de hoje no Plenário do Senado Federal: estamos face a uma fraude à lei.

Veja V. Ex.^a que não há nenhum ataque, não há nenhum doestio nas minhas palavras.

Esta é a Comissão do Distrito Federal e, como integrante desta Comissão, aqui vim para fazer estas colocações, com todo o respeito a esta figura ímpar do Presidente e com a maior consideração a V. Ex.^a

O SR. RONALDO COSTA COUTO — Caro Senador Helvídio Nunes, essa homenagem do Presidente Sarney ao Presidente Tancredo Neves, deixando que explicito o nome da pessoa que indicará para exercer, em termos efetivos, durante o horizonte de Governo, a Governança do Distrito Federal, creio que essa indicação do Presidente Tancredo Neves não necessariamente terá que aguardar a sua posse. Basta que o Senhor Presidente possa comunicar-se com o Presidente Sarney, que lhe está prestando essa homenagem. Esperamos em Deus que isto se dê muito brevemente.

O SR. HELVÍDIO NUNES — E se não acontecer?! Intervenções fora do microfone — (Inaudíveis)

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Sr. Presidente, usando da palavra brevemente, saúdo o Ministro Costa Couto e agradeço, em nome desta Comissão, sua visita.

Entendemos, que houve uma situação de fato criada com a vacância do cargo de Governador do Distrito Federal. Essa vacância, essa acefalia de poder no Distrito Federal não se deveu à vontade política nossa, nem do Congresso Nacional, nem do Presidente em exercício José Sarney.

A administração pública brasileira não admite a acefalia, não admite a vacância de cargo. Então, o Governo, a meu ver, acabou agindo bem designando interinamente o Ministro Costa Couto para responder, até que se possa resolver a respeito da nomeação do novo Governador do Distrito Federal, pela Administração desta Unidade da Federação.

Portanto, em meu nome e — estou certo — em nome da Maioria, agradeço a presença de V. Ex.^a, Ministro Costa Couto, nesta Comissão. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Borges) — Não havendo mais nenhum Sr. Senador que queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a presente reunião, com os meus agradecimentos ao Ministro Costa Couto. (Muito bem! Palmas)

(Encerra-se a reunião às 18 horas e 15 minutos.)